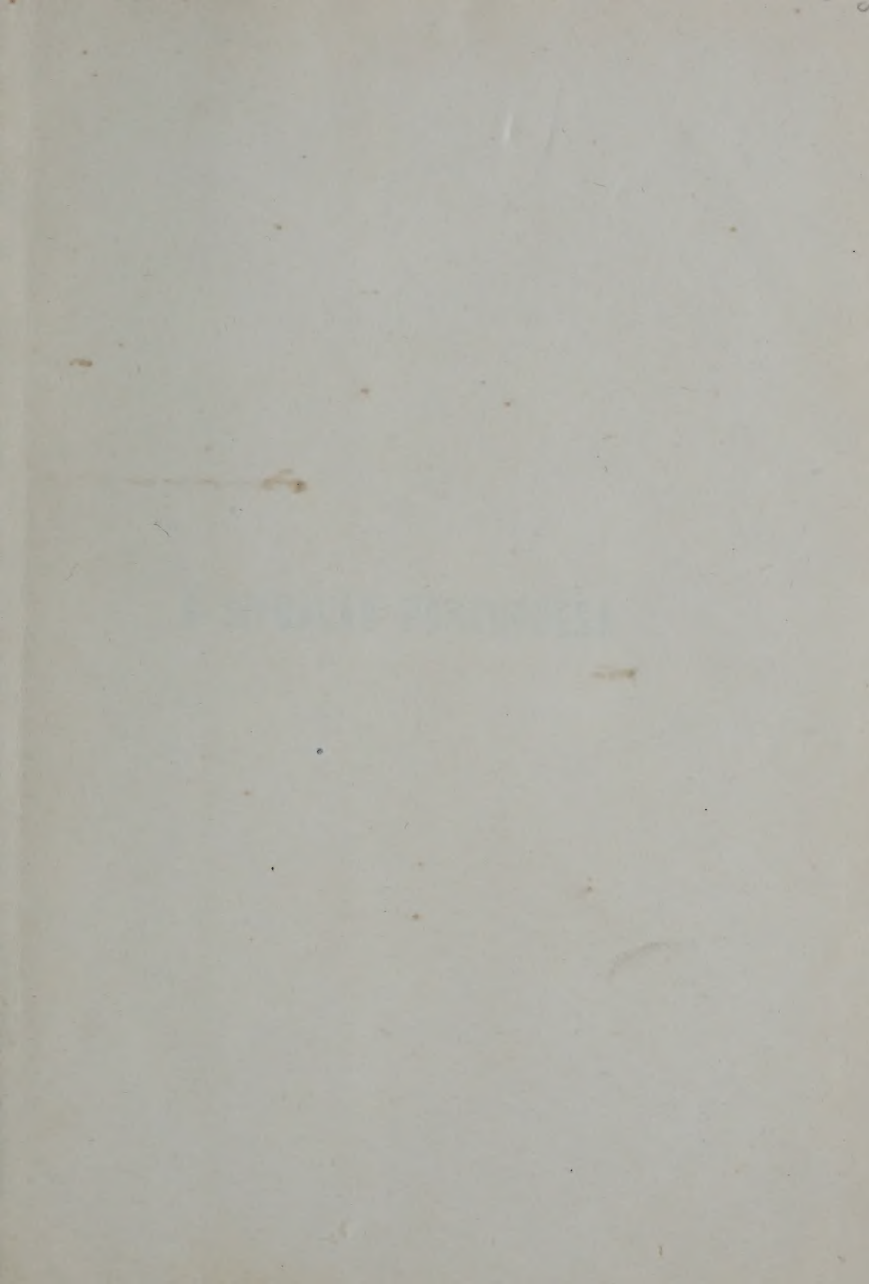
DAVID MAGNO

A Situação Portuguêsa

A SITUAÇÃO PORTUGUÊSA

David Magno
Cap.

DAVID J. G. MAGNO
Autor do «Livro da Guerra»

A SITUAÇÃO PORTUGUÊSA

(4.º Milhar)

Estudo histórico, político, militar e social da crise moral e económica que se atravessa, e da sua : : : : : solução : : : : :

Obra levantadora e criadora da alma nacional, versando as nossas Virtudes e Defeitos, as questões da Ditadura, da Religião, de Arte, da Pena de Morte, do Juri, do Milicianismo, das Escolas Militares, do Escotismo, da Educação Física, da Monarquia, da Democracia, do Inquilinato, da Instrução, da Produção, da Intervenção na Africa ou na Flandres, da Paz ou da Guerra, e do nosso Ideal Peninsular

COMPANHIA PORTUGUESA EDITORA, L.DA
PORTO

1926

DO MESMO AUTOR:

Exército Ilustrado (1898) — Revista extinta.

No Lombige (1909)—Relatório da ocupação da capital dos Dembos—Separata do Boletim Oficial de Angola, 1910.

Projecto de ocupação dos Dembos (1912)—V. «Revista Militar» 9 e 10—1914.

Monografia da região dos Dembos (1912) — Trabalho do Governo Geral de Angola.

Etnografia de Povos de Angola (1912) — 1.ª Edição, separata do Boletim Oficial, 1915. 2.ª Edição revista, publ. pela Sociedade Portuguesa de Antropologia, 1921.

Anais de Angola e Congo (1484 a 1912) — Separata da «Revista Militar», 1916-1917.

A Sublevação dos Dembos de 1913 — Operações contra o Cacúlo Càenda e outros — Separata da Sociedade de Geografia, 1916.

Preceitos de Fortificação e Combate Coloniais—V. «Revista Militar», 1915-1916.

Livro da Guerra de Portugal na Flandres (1920) — 4.º Milhar. Edição da Companhia Portuguêsa Editora.

A Situação Portuguêsa (1925-1926). De grande tiragem.

EM PROJECTO:

Africa e Flandres—Figuras, Factos e Impressões da nossa Grande Guerra.

A MEU PAE

E

A Minha Mãe, Maria da Encarnação Gonçalves

A estas duas almas, que santamente viveram e morreram,

Dedica

A minha gratidão de filho.

A Situação Portuguêsa

I

O Diagnóstico da Críse

> Só se desonram e decáem os povos que não sabem lutar; assim como só não vivem os povos que não sabem morrer!

Quem observar a Situação Portuguêsa do alto da imparcialidade e do patriotismo, e fizer o seu balanço, fàcilmente chegará à conclusão de que ela só é óptima para quem a explora; e de que alguns orgãos da Imprensa, a sôldo de interesses miseràveis, desviando-se da sua melhor função para defenderem ou para não verberarem os réus de lesa-Pátria, se tornam por isso os seus mais perigosos cúmplices, ajudando a explorar moral e materialmente êste povo lusíada e comprometendo a resplandecência das nossas Instituições Rèpublicanas.

Segundo êsses exploradores, para os quais a Nação não passa de um agregado de seis

milhões de estômagos ou a Pátria de um Comedoiro, sem nenhum outro ideal, a-pesar da situação evidentemente péssima, com uma dívida flutuante externa de £ 202.040 ([1]), um encargo de guerra de vinte e dois milhões esterlinos ([2]) uma queda cambial que eleva a libra de cinco escudos (em 1910) até cento e oitenta (em 1923), uma circulação fiduciária de quási dois milhões de contos em notas, ao passo que o encaixe em oiro no Banco é apenas de oito mil; com um déficit que, só no ano económico de 1924-1925, foi de 350:000 contos (V. decreto orçamental de 1-9-1925) e que, em relação a 1926, aumenta de 19.951.854$62; ([3]) com um consumo e uma importação sempre crescentes e uma produção e exportação decrescentes; com um regime tributário sempre tardíamente lançado e mal aceito—porque se não determina o que as circunstâncias impõem, mas sim o que o jogo eleiçoeiro permite—; e com um funcionalismo excessivo e não seleccionado, admitido pelos vivórios e nem sempre pelos seus concursos; com tudo moral e materialmente atrazado, desorganisado ou corrompido, sem faltar a falsificação de notas em tal quanti-

---

([1]) Declarações do sr. Ministro das Finanças ao Parlamento, em 15-1-1926.

([2]) As nossas despesas da última guerra diz-se que foram de 54 milhões de libras, mas o sr. Cunha Leal diz que foram de cem milhões de libras ou sejam 15 % da nossa riqueza pública (conferência no Ateneu Comercial do Pôrto, de 13-3-926).

([3]) Idem, declarações do snr. Ministro das Finanças.

dade, que dentro em pouco arruïnariam todo o crédito e toda a economia de Portugal; a-pesar de isto, dizem êsses exploradores desta triste situação, o país singra num mar de rosas!

Com partidos cada um a puchar para seu lado pelo barrete frígio da Rèpública, em risco de se esfrangalhar, indo cair, os das direitas nos braços da Monarquia e os das esquerdas nos braços da Anarquia, que os espreita, *e com o Exército, cujo sagrado dever é amar a Pátria e defendê-la dos seus inimigos tanto externos, como internos,* manietado pelas maleaveis interpretações da Constituição, que o inibe de deliberar, assistindo assim a esta dolorosa situação contraditória, sem a poder salvar; êsses tartufos, dignos de guilhotina, dizem que devemos ter a maior fé ou esperança no futuro risonho, na cornucópia inexgotável das virtudes da nossa Raça, que deu mundos ao Mundo; *que devemos ter confiança em que no momento psicológico também nos chegará o nosso Messias,* fazendo ressurgir os «superavits» que fôrem necessários ao nosso estado financeiro; que devemos emfim. . . deixar correr, deixar governar, repudiando sistemàticamente como de traidores, toda a ideia de uma ditadura salvadôra, como a de Sidónio—o qual nada salvou, a-pesar de ter sido o precursor latino dos ressurgimentos italiano de Mussolini e espanhol de Rivera, que aliás têem feito da Itália e da Espanha duas Pátrias Novas. O inverso disso seria falta do mais rudimentar amor à Rèpública, porque «um dos nossos maiores estôrvos consiste precisamente nesta maldita cultura de descontentamentos, nesta fúria permanente de

dobrar a finados, sem que ditòsamente os nossos campos se constituam de escombros e caliças, nem as nossas cidades de cemiterios desolados. A terra de Portugal é imortal e fecunda, que todos temos o dever de considerar florída e béla, mesmo através das rajadas que a devastem»! Dizer-se que isto corre mal? Não, porque corre às mil maravilhas... com notas de quinhentos escudos falsificadas aos milhões, num verdadeiro fartar de vilanagem!

Segundo alguns aspirantes a essa mesma exploração, o nosso país, pelo contrario, desce vertiginosamente para o abísmo; perderemos em breve as nossas possessões e atè a nossa independência, que só ficarão garantidas se as suas competentíssimas pessoas forem chamadas tambem a tomar conta da nau do Estado ou, quando menos, se este lême fôr entregue a uma ditadura das direitas, em que as chamadas fôrças vivas ou economicas possam desenvolver o seu capital, o seu comercio, a sua industria, a sua agricultura e ter autoridade sobre a sua propriedade, à sombra das baionetas.

Democracia!... Liberdade!... Que coisa é isso? «Existe ela? Existe mesmo alguma coisa aproximada?» Diz Mussolini, esse insígne detentor da Itália na sua resvaladura para o comunismo: «A civilisação é a antítese da liberdade pessoal e aquêles que quizerem beneficiar das vantagens dessa civilisação devem necessariamente pagá-la, sacrificando uma parte da sua liberdade individual. Quando os chamados liberais a reclamam, provam apenas uma profunda ignorância dos rudimentos do mecanismo governamental. *A massa não pode go-*

vernar a massa, como a quantidade não pode dirigir a quantidade».

Diz Maximo Gorki: «*O povo quis sempre, em todos os tempos, comer o mais possivel e trabalhar o menos possivel. Ter todos os direitos e nenhum dever*». O branco, assim como o negro, assim como o jumento, precisam constantemente de azorrague para caminharem direitos.

Em todos os povos, uns nascem fadados para o mando e outros para a obediência. Os fortes, os inteligentes e os honestos parecem ter por isso o direito de dominar os fracos, os imorais e os burros. Esta lei natural e social parece não poder inverter-se.

Segundo terceiros, é preciso demolir-se quanto antes esta falsa e injusta sociedade actual, provocando a desordem, o descontentamento e as dificuldades da vida, pela sua carestia, pelo aumento dos salários, que conduzirá a um aumento de mercadoria, para que uma sociedade nova, possa surgir do cáos. O trabalho do servo da gleba é um «artigo» como outro qualquer, que se deve vender ao capital pelo maior preço. É precisa a abolição radical dos burocratas da autoridade espiritual e da autoridade temporal. Não precisaremos por consequencia nem de religião nem de exército, à excepção duma Guarda Vermelha. A casta intelectual, toda essa pedantaria das escolas superiores será também apeada da sua torre de marfim, porque a inteligência nada consegue sem o braço. Isto, a que actualmente chamam Pátria, desaparecerá para dar lugar àquilo que terá por limites o Universo. A Paz e a Egual-

dade deixarão de ser utopias. Não haverá variantes de nascimento, nem de sorte, nem de fortuna, nem de miséria. A mulher será livre e toda a humanidade será senhora de si, como as aves ou os peixes, porque a natureza tudo prodigalisará na mesma distribuïção de climas e abundância de substistências. «Abaixo a pretendida ditadura do exército ou da plutocracia! Viva a ditadura da demagogia! Forças reaccionárias, forças conservadoras, forças económicas ou forças vivas—eis sôb diferentes máscaras o inimigo da democracia!»

E, segundo a própria Imprensa Literária ou independente, Portugal está sendo representado por um crucificado. . . de que é tipo a brochura «Consumatum est», que faz recordar o «Finis Patriae» de Guerra Junqueiro, parecendo que efectivamente um terramoto de indignação *contra alguns* maus políticos, contra as empresas que trazem jornais a seu sôldo, contra alguns vendilhões do Templo, se vem sentindo no sub-solo das oposições. . .

Esta síntese das correntes que actualmente se chocam no nosso país, síntese que suaviso, porque o fim desta publicação é procurar morigerar e não acusar essas correntes, nem mesmo verberar os homens que se disputam com todo o aspecto de carnívoros, devoradores, levando a sua paixão a insultar a Rèpública, ao mesmo tempo que declaram o mais entranhado afecto a uma Rèpública Nova, que êles hão de fazer. . . , levantando-se suspeições mútuas e ódios ferozes, nada deixando estudar nem produzir em favor da colectividade, não passa, porém, na realidade, de ser *a expressão da*

nossa decadência, que de longe vem, e, sobretudo, da luta fatal, inexorável e eterna pela existência, hoje tão viciosa — cáos este, de factos e de ideias, sem solução, que se vem sentindo principalmente de um certo tempo a esta parte, agravando-se entre nós pela recente transição da Monarquia para a Rèpública e pelo desequilibrio económico e social em que nos lançou a Grande Guerra, sobretudo pelos nossos particulares defeitos, pois que *sendo nós o beligerante que menos sentiu ou sofreu a guerra, foi Portugal onde mais subiu o déficit, onde mais se agravou o custo de vida e onde, por isto mesmo, a desmoralisação mais trasbordou.*

Por efeito não só desses desnaturados açambarcadores, que preferiam deixar inutilisar a mercadoria a vendê-la mòdicamente a quem sofria de fome e designadamente a esses combatentes que por êles tinham ido arriscar-se e sacrificar-se à África e à Flandres; por efeito dessa admissão de milhares de funcionários e de promoções injustificaveis, ao mesmo tempo que desde 1914 a 1924, isto é, durante longos dez anos não se actualisavam os impostos, porque nem o jôgo eleitoral nem a solidez das novas instituições o permitiam, a situação dos antigos servidores da Patria tornou-se angustiosa, percebendo quatro quando a vida estava a dez e vencendo doze quando esta havia trepado para trinta e cinco, ao passo que por ocasião das invasões francesas o nosso papel apenas sofrêra um desconto de 30 %! ! ! Sòmente muito tarde, depois destes dez anos, é que o snr. Major Álvaro de Castro, fez o sacrifício do seu partido à Patria, da qual por isso se tornou

Grande Benemérito, pondo os tributos tambem ao cambio, que fixou.

De resto, o Poder, por estes motivos e atrítos, caindo a cada passo em novas mãos (45 ministérios desde 5 de outubro de 1910), em regra, cada vez menos experientes, tem sido impotente para evitar os efeitos desta brandura dos nossos costumes, dêste defectismo nacional, passando-se então a viver numa agitação social e política constante, de vez em quando assinalada por recontros algo sangrentos e desligados que, pretendendo restabelecer a concórdia ou o equílibrio desejado, não fazem senão comprometê-lo cada vez mais, porque se não reflecte, porque se não quere reflectir que *as nações, assim como os indivíduos, só lentamente evolucionam com segurança e quando inspirados por princípios honestos.*

*

* *

A propósito destes recontros desligados e perdidos, que assim vão dando assunto para tôda a vida — e oxalá que ela seja longa — dêsse eminente academico e preclaro historiador Rocha Martins, ocorre observar que, abstraindo dos nossos últimos pronunciamentos, em cujas razões não entro, e apreciando apenas filosòficamente as sedições na sua generalidade, direi que estas, quando juguladas e condenadas nem sempre ficam sendo vistas com justiça, porque a razão viverá sempre do lado da vitória, para que algumas se devam evitar.

Todavia, as que sucedem por esse mundo fóra, pelo México, pelo Haiti, pelo Brasil, etc., *não são um mal, porque elas revelam sempre algum mal.*

As Revoluções, quando dignas deste nome, parecem até determinadas pela Providência, assumindo todos os aspectos de um verdadeiro despedaçar de algemas. Se não fossem as revoluções Egipcia, Romana, Inglesa, Francesa, Russa, Chinesa e outras que irão sucedendo, ainda hoje os homens estariam a ser lançados às féras em honra dos Césares. E os povos, por mais brandos que pareçam, são sempre leões adormecidos, sem exclusão do português, que jamais voltará a ser o fanático e apático de 1801 ou de 1807. Os brios ou as ferocidades despertam á medida do avanço da sua civilisação, bastando que o leão sacuda uma pálpebra para desde logo produzir um *19 de Outubro de 1921.*

Esse algum mal, acima referido, não deverá pois perdurar. É natural. Pela lei das compensações, de que nos fala o sábio americano Emerson, não há acção a que não suceda reacção, agitação a que se não siga a acalmação; mas, pelo desenvolvimento progressivo que vão tomando as ideias e os factos, parecendo que o imponderável se revelou, despertando o espírito e a matéria para o Infinito, desenvolvimento que cada vez tornará os povos mais agitados e insubmissos, exigentes ou ameaçadôres, contra as fôrças egoistas, em que as convicções não existem, ou sobem e descem conforme os interesses, como a temperatura faz subir ou descer o mercurio dos termómetros, egoismo êste que costuma negar o direito do

seu bem estar aos demais desprotegidos, *como se Deus consentisse em deixar-se ser pai dos novos ricos e padrasto dos novos pobres;* devemos passar a julgar todas estas manifestações da luta pela existência com mais ponderação, com mais humanidade ou com mais justiça, tragam elas o rótulo que trouxerem. *Se o Bem só existe na Verdade, a Justiça só póde existir na Equidade.* Todo o homem deve esforçar-se por conceder ou por conquistar um pouco dêstes atributos dêsse *Deus de Todos, sem o que, toda a religião será falsa e toda a sociedade incerta.*

Contra estas agitações produz efeito a repressão colectiva, a energia de quemquer que tenha o pulso firme e as costas quentes, mas aquêle que se deixando vencer pelo seu temperamento ou pelas suas velhas conveniencias não se souber adaptar um pouco a esta situação, que busca um novo equilibrio relativo, ora cedendo ora travando, não possue a justa noção psicologica do momento historico que decorre.

Respeitando a beleza e a conveniencia da tradição, temos que nos ir equilibrando quanto possivel no batel de um pèlago cada vez mais proceloso, na esperança de que, como digo, *uma relativa* bonança se restabeleça, na certeza porém de que nunca mais os povos abdicarão dos seus direitos conquistados, regressando atrás. Nada mais se pode esperar do que um ligeiro corte de excessos.

«O retrocesso aos tempos primitivos, com a ruina do esfôrço de cem gerações ou o predominio grosseiro de uma classe pela violência,

seria um acontecimento de tal forma monstruoso que não poderia manter-se [1].

«Nos tempos medievais e ainda nos tempos modernos varíos obstáculos, de natureza material e moral, separavam os pensadores das várias nações; apenas uma élite muito restrita estava interessada no progresso dos conhecimentos humanos. A amplitude que nos últimos tempos tomaram os meios de comunicação e de transporte; a divulgação scientifica por meio do jornal, da revista e do livro; o ensino das línguas vivas nas escolas médias dos países cultos; a instalação de museus e bibliotecas nos centros mais populosos; a descoberta do cinema; a instituição do ensino técnico, emfim, concorreram para uma rápida difusão das ideias entre todos os povos. Desta difusão proveio a cultura geral média, que tornou possivel o desenvolvimento de largo sentimento de solidariedade humana—*a Democracia*» [1].

Mas as condições económicas do mundo, o largo desenvolvimento das indústrias, que trouxe a multiplicação das classes operárias, e as novas condições do trabalho, levantaram desde 1848 a questão social, à frente do qual se pôs Karl Marx, o maior propagandista do socialismo. Segundo as suas teorias esta nova luta das classes não é de caracter pessoal nem assenta no ódio, limitando-se a uma questão de livre concorrencia, em que se considera o

---

(1) João **Soares—«A Idade Moderna e Contemporanea»**.

trabalho como uma mercadoria que o produtor tem o direito de procurar vender pelo máximo, mas a verdade é que ela saíu já de todos os limites do campo mercantil para o da guerra contra as classes lesadas pelas suas revindicações, constituindo tudo isto para os governantes um novo e enorme acréscimo de dificuldades.

Tanto assim que, se hoje fosse possivel cá voltarem o Marquês de Castelo Melhor, o Marquês de Pombal, o Marquês de Tomar ou o Ministro Fontes, suceder-lhes-ia o mesmo que a D. Carlos, a Sidónio Pais, a Machado Santos e a outros dos nossos homens públicos dos últimos anos, se não preferissem usar da esperteza escarninha de alguns outros, que passaram a servir a Pátria de longe, bem acautelados do *amor*, da *admiração, do êxtase* dos seus patricios, visto ser-lhes completamente impossivel dominar a situação criada.

*

* *

Esta crítica Situação Portuguêsa, das mais dificeis do mundo, não deriva sómente do advento dêste regime de Democracia, e desta questão Social e do Aumento da População, deriva da falta de solução da Reforma Constituicional, de que depende o Problema Politico, parecendo urgente que os partidos dirigentes se reduzam a dois, um avançado ou progressivo e outro conservador ou tradicionalista, revesando-se e fiscalisando-se; *deriva* da falta do Saneamento Financeiro e do Ressurgimento

Colonial; *deriva também da circunstância invencivel de ser um País Pequeno,* em que as figuras dominantes são todas compadres uns dos outros, não podendo nunca os governos representar um escól como se a população fosse maior e mais educada ou instruida como a da Suécia, da Noruéga, da Dinamarca, da Belgica, da Holanda e da Suiça, países menores mas optimamente administrados; *deriva da ganancia dos novos ricos e da última praga de negociantes intermediários, que chegaram a multiplicar-se como os coelhos da Austrália, e os quais,* pouco ou nada possuindo em 1914, dispõem hoje de dezenas, de centenas e até de milhares de contos amealhados ilícitamente. Depois de um prévio inquérito às fortunas particulares, para satisfação daqueles que depois de 1914 caíram na penúria, nada mais curial do que a dívida de guerra ser paga exclusivamente por êles.

Por uma forma muito mais exageráda do que quando foi da jornada de Alcácer-Kebir em que, «comquanto el-rei mandasse lançar bando de que sofreriam grandes penas aquêles que subissem aos preços, prendendo-se a principio ainda alguns, o custo das sedas, dos panos, das armas e de tudo quanto era necessário, subiram cinco ou seis vezes, arrazando as fortunas dos nobres, que tinham de se apresentar com a sua gente e ficando pelo contrario os negociantes, e certas classes operárias, ricos para toda a vida (V. pag. 49 e 50 de «O Desejado» — êsses novos ricos, de hoje, depois da guerra, elevaram de trinta a quarenta vezes mais o custo de quanto era indispensavel

à vida, fazendo do mesmo modo sentir o seu vampirismo especialmente sôbre os servidores da Pátria; *Deriva ainda da insofrida agitação social* de parte de uma classe ignára, que conseguiu tocar com os lábios na taça do prazer, sentindo agora novas ambições de burguezía, trabalhando metade da semana e dedicando a outra metade às casas de espectaculo ou a ouvir os seus agitadores, em geral sem cultura, que lêem mas não assimilam; *e deriva finalmente da falta dêsse salutar especifico de todos os tempos e de todos os códigos— a pena de morte*—a qual sendo a corôa da moral e da disciplina sociais, representa ao mesmo tempo uma ameaça ou um freio constante contra o instinto rapace, voraz, saturnal, da especie humana.

Paixões políticas, crimes, escandalos, tem-os havido sempre, acusando-se no mesmo tom gregos e troianos, mouros e cristãos, absolutistas e pedreiros-livres, talassas e jacobinos, afonsistas e sidonistas, silvistas e dominguistas, burgueses e proletários; porem, a indisciplina social e moral, a desmesurada ambição actual de todo o operário querer ser burguêz e de todo o eleitor querer ser ministro, cujo direito não contesto e apenas acho impossivel, como a de todo o pobre querer ser rico; o desrespeito pelo principio augusto ou sagrado da Autoridade e a criminalidade pública e particular, só descarrilaram e recrudesceram desde que a abolição da pena de morte proclamou perante o mundo que Portugal é... o celestial país, da maior brandura de costumes!

Mesmo sem esta ameaça da fôrca, que tan-

tos males teria evitado entre nós; mesmo sem isto que agora dificilmente encontrará legisladores de coragem para de novo outorgarem, num gésto de amor pela moral e pela Pátria, e menos carrascos que a possam executar em nome da salvação pública, a-pesar de por outro lado não faltarem bombistas, de esperar é, repito, que um *relativo* equilibrio volte; mas, o certo é que emquanto essa lenta evolução se não realisa, o mal instala-se e torna-se crónico, enervando e torturando a alma dos que mais amam o bem estar geral, dos que mais anceiam ver esta Pátria sossegar, trabalhar e engrandecer-se, *torturando tambem a minha, a ponto de determinar este livro, este desabáfo patriotico*, sem que o meu ofício nem o meu temperamento sejam para palavriádos ou para romances doentios ou vasios, que é quasi só o que vai comprando esta geração de tanto nefelibata ou assexuado.

O Povo Português, tão ingenuo e atrazado, para o qual ás vezes parece não haver ideal superior do que esse prazer tão grosseiro dos seus zabumbas e dos seus foguetes de dinamite, cada vez mais precipitado no turbilhão ou na vertigem dos destempèros modernos e abandonado aos instinctos, cada vez menos se corrige, definhando em seu caracter, quer individualmente quer colectivamente, e por isso em suas ideias e acções, confundindo-se todos, tanto os dirigentes como os dirigidos, nos mesmos defeitos rácicos, nas mesmas responsabilidades perante o Tribunal das Nações e perante o julgamento da História, se realmente se não pozér em marcha um forte movimento

de educação ou qualquer Cruzada Prática — *porque, de cruzadas teóricas, estamos nós fartos* — contra o excesso de todo este estendal de coisas, atendendo-se a que, na verdade, como diz Gustavo Le Bon «o povo é essencialmente conservador (e obediente) e sómente avança com cautela.

As grandes revoluções sociais (que tudo convulsionam para mais tarde ter que se retomar o caminho que fôr andado de mais) não partem dêle, mas de meia dúsia de agitadores», saídos das sarjetas como Marat. Diz o mesmo notável psicólogo: «*Se as élites seguem as multidões, em vez de as dirigirem, a decadência está próxima.* Esta lei da história não conhece excepção. Um dos mais perigosos erros hodiernos é o querer-se desprezar o passado. Como ser isso possivel? As sombras dos pósteros dominam as nossas almas. Elas constituem a maior parte de nòs próprios e tecem a trama do nosso destino. Quer se trate da sucessão dos seres ou das sociedades, o passado cria o presente». *Quere isto dizer que a Situação Portuguesa muito se deve tanto aos extremistas que téem andado de mais, como aos reacionários que teém andado de menos*!

*

* *

Povo tradicionalissimamente religioso, com as suas fronteiras talhadas pelo montante cristão, tanto Áquem como Álem-mar, parece já enfadado do Principio de Todo o Bem e inclinar-se para um inconsciente scepticismo, sem

crença nem fé no quer que seja de espiritual, que consolida as nações mais poderosas e civilisadas da Terra, abandonando toda a ideia de Deus e mesmo os quadros da divina arte, para se entregar a fetiches, idolatrando os retratos dos homens, que só os querem para degraus, prometendo-lhes eternamente a intolerancia, de mistura com o barateamento de bacalhau. E, todavia, a Grande Guerra acabou de nos dar o mais eloqüente exemplo de quanto valem as forças morais ao serviço da Pátria; assim como a sciencia, pela bôca de um dos maiores iluminados da nossa terra, o Dr. Mendes Correia, lente de Antropologia, nos diz, como nos diria Camilo Flammarion, magister màximo e filosofo dos astros : «O nosso século, tentando ascender às origens, verifica mais do que nunca, a insuficiencia da mente humana e dos seus poderosos meios auxiliares perante o grande enigma do Universo. Uma atitude moral de qualquer homem de bem, despido aparentemente de preocupações confessionais ou teológicas, é afinal, uma atitude religiosa . . . que significa uma subordinação a principios que estão *para alem* das realidades imediatas e palpaveis da existência humana. *A sciencia pode e deve servir essa atitude moral*» que ao Povo vae escasseando.

Duas forças diversas, uma espiritual e outra temporal, governarão para sempre a Humanidade. Uma comunhão de esforços enlaça as duas, de modo que os inimigos da Pátria são sempre os apóstatas desse Poder Misterioso, que escapa a toda a nossa mentalidade e que a Filosofia — a sciência das sciências — não se

atreve a negar, antes pelo contrário, proclamando que *apenas a Sciencia e a Religiosidade separam os homens de toda a animalidade.*

Corpos tão pigmeus e frageis, e pensamentos tão incomensuraveis como são os humanos, duas forças os atráem constante e irresistivelmente: uma para a morte, para a terra e para tudo quanto é rasteiro e outra para o alto ou para uma existencia imortal. A consciencia do bem e do mal, a compreensão da beleza, da perfeição e das maravilhas do Universo, tudo nos segréda que nós não somos objectos inteiramente abandonados ao Mundo. Devemos servir-nos e servi-lo. Mal daqueles individuos que não possuirem um crença alta que os valorise e detenha contra os seus bestiais instinctos, e ai dos povos quando não tiverem uma moral nacional fortemente organisada para saberem querer, caminhar e vencer no trilho do ideal.

— Que sentimento elevado une e norteia o nosso Povo? Nenhum!

*

* *

Vive com as janelas fechadas à sua existencia, porque 79 % *dos individuos são analfabetos ao passo que na Dinamarca esta percentagem é de 0 %!* Se há escolas não ha frequencia de alúnos, porque os seus progenitores, sem recursos ou sem compreensão da utilídade da instrução, os abandonam à desmoralisação da rua.

Este circulo vicioso è um dos maiores infortunios do Povo que assim não pode ser tão

útil ao país, nem mesmo quando se ocupe a partir pedra ou a cavar. Foi para acudir a tão grande crise, que um grupo de portugueses residentes no Rio de Janeiro se propôz criar a Liga Propulsora da Instrução. Entre nós, porem, o único movimento esboçado contra o terrivel flagélo, que lá fóra nos coloca em circunstâncias inferiores, fôi encetado pela Federação dos Amigos da Escola Primária, a qual, oxalá me engane, em breve se cansará de remar contra a maré. Por sua vez os métodos de ensino estão recebendo ataques de todos os lados, criticando cada um as escólas ao sabôr das suas conveniências. Dizia ha tempos um professor no *Diário de Noticias:* « O regime liceal de estudo intelectual é puramente arrazador. Pretendendo fazer sábios em miniatura apenas consegue promover em alto gráu a decadência intelectual da sua mocidade e o seu definhamento físico. Homem Cristo, parece não concordar com isto, porque os académicos não sabem nada e passam metade dos dias na orgía. Como os estudantes não possuem a cabeça previlegiadissima dêste senhor, achamos que tantos feriados que teem, e outros que a si mesmo dão, se tornam indispensáveis para descançarem de tanto estudo que lhes rouba a noite e a madrugada para darem na sua maior parte, depois de diplomados, numa classe de maduros, tapados a todos os rasgos de inteligencia ou sabedoria. O operário apenas trabalha oito horas, com as mãos; o estudante trabalha desoito com o espírito.

Além disso, muitos professores não curam de disciplinar os seus alúnos desde a sua en-

trada na vida. Ao passo que na França vi ao mais pequeno sinal as crianças formarem por sexos e conservarem-se todo o tempo em silencio, há tempos visitando uma das nossas escolas oficiais recuei horripilado com o barulho e a má criação consentidos. Preguntando ao director o motivo desta indisciplina, respondeu-me: — Como quere disciplina nas crianças se ela não existe nos adultos? Calei-me mas, a seguir, reflecti que è exactamente por este falso critério, que as crianças se não educam e chegam por sua vez a pedagogos sem noção alguma de educação. Preguntando ainda porque não ensinavam as crianças a não conspurcarem a sala com papeis e lixo, respondeu-me que isso era « chateza », visto que a escola era varrida todos os dias. Para cúmulo de tudo, abri um compendio e deparei numa das suas páginas com um Sevivas, com um escapulido, como modêlo do heroísmo moderno...

Enfim, a melhor escòla será aquela que encaminhar à moralidade, ao caracter, e, sobretudo, à preparação de Educadoras, sem o que os futuros filhos destas continurão a vir para a sociedade sem civilidade e sem amôr ao trabalho e à Pátria.

O coronel do estado maior, Correia dos Santos, professor abalisado e publicista distinto, depois de uma prévia observação pela Espanha, França e Inglaterra diz, e com toda a razão, que *está cada vez mais provado que o nosso problema nacional é de natureza educativo;* e que, não obstante, ha trinta anos que vivemos numa calamitosa ilusão do progresso scientifico! Os alúnos, designadamente do Colégio Militar,

sofrem os efeitos de um estado pletòrico, como uma planta que por excesso de alimentação não pode dar flôres nem fructos! A seu vêr, o Dr. João Camoesas tinha elaborado o melhor dos projectos de instrução, que se deve classificar como um talisman, que transformaria toda a nossa vida nacional, visto que a virtude social reside menos nos programas e nos métodos do que na educação. O inolvidavel educador americano Horace Mann, que muito trabalhou em prol da humanidade disse: «*Não pode haver republicanos, onde existir a ignorância*». E Pestalozzi, o bondoso pedagogo suisso, acrescentou: « O riso é um dom de Deus. Não ministreis às crianças instrução que lhes faça perder a sua coragem e alegria ». A educação, segundo Rousseau, tem mais importância do que a instrução. « Nós estimamos mais que os homens sejam bons do sejam sábios». A Rèpública Argentina sò se livrou da tirania quando o grande reformador Sarmiento transformou a educação do Povo. Em França tambem já se não insiste na escola laica e adopta-se a neutralidade em matèria religiosa. Ensina-se ainda a moral, como força dominadora da ferocidade humana.

Diz igualmente um pedagogista consumado: Ha muito que se reconhece a necessidade de se aliviar o estudante de teorias, tornando-se a sua instrução mais prática e que a educação do povo, deve ser principalmente moral, modesta, sem se lhe tirarem os altos pensamentos, e patriotica, ensinando-se mulheres e homens a serem úteis, bons e activos, capazes de lutarem fácilmente pela existência e

pela glória da Pátria, que melhor terá quem a governe, quando os seus dirigentes forem escolhìdos entre um maior número de eleitores cultos. Como muito bem disse Victor Hugo: «*Instruir é construir*» e, parafraseando: *Educar é edificar.*

O povo vive sem a precisa noção da Justiça. Por falta de princípios desconhece tanto as fontes do bem como do mal. Ignora o Codigo Penal, que se ensina nas escolas primárias do estrangeiro, e faz do andamento dos processos um desprezível conceito, entendendo que estes seguem ou se atabafam consoante o queixoso ou o acusado mais dá para as mãos dos escrivães. O julgamento das grandes querelas demora-se por sua vez por tempo infinito. Os defeitos do ensino, que fàcilmente elevam o funcionário a autoridade, pouco lhe permitem obrar com inteligência. A miopia nacional, nada menos de metade da sua população, sem exclusão dos diplomados, contra cujo cretinismo tanto se insurgem o Dr. Brito Camacho e o Snr. Homem Cristo, é de facto um flagélo peor do que o da velhacaria. Julgando-se quási sempre em frente de tratantes, o inocente ou o desgraçado que lhe cáia sôb a alçada, fica sabendo que o seu processo será complicado. No fim de uma longa clausura, o réu há de apresentar no praso de tres dias a contestação ou a contra prova daquilo que qualquer alcateia de fácciosos aprouve urdir contra êle. Todos os dias presenciamos os gatunos conspirarem contra o intransigentemente honesto, os prostituídos concertarem-se para esmagarem ou sacrifica-

rem os melhores, sempre em minoria, os covardes contra o herói, os traidores contra o patriota. Instrução contraditória e leis de reparação, que evitem os prejuizos morais e materiais do acusado absolvido, como existem designamente na Inglaterra e nos Estados Unidos nunca as terêmos. Têmos pelo contrário, ás vezes legislação retro-activa, que è um aviltamento para a justiça e a maior negação da democracia e até já temos tido, a mais da Cafraria, a perseguição aos juizes. Os Códigos estão carecendo de revisão, com excepção do Código para o Exército e Armada que acaba de ser referendado pelo Snr. Ministro da Marinha e por essa prestigiosa figura militar do senhor Ministro da Guerra, Tenente-coronel do estado maior, J. E. da Conceição Mascarenhas, cujo espírito generoso, mesmo à ùltima hora, conseguiu introduzir melhoramentos do mais largo alcance, como êsse de ninguém poder ser preso antes da ordem para se instaurar a acusação, senão nos casos de alta traição, homícidio voluntário, etc.

O acusado é sempre um desgraçado ou um inocente, que a cada passo se justifica e fica absolvido. A favor disto já há vinte e quatro anos que a páginas 465 a «Revista Militar» n.º 15 - 1902 mostrava a desigualdade que havia entre os procedimentos contra os argüídos civis e os presumidos delinqùentes militares, que eram imediatamente presos desde que alguem entendesse haver num auto essa coisa vaga chamada « indicios ».

O povo dos nossos maiores centros não

tem consideração pelas prescrições de Polícia e odeia todos os seus superiores em educação ou sentimentos, agravando assim cada vez mais o atraso geográfico em que a Natureza o colocou, afastado da cortezia e da tolerância que observei para além da raia. Como a «rainha» dos mercados de Lisboa, que foi capturada no dia seguinte ao da sua imerecida coroação, pratica os maiores desmandos de linguagem nas barbas dos agentes da autoridade que dificilmente intervem porque, quando não são da mesma força, temem que o próprio delinqüente, com testemunhas falsas, o faça expulsar da corporação. Desde que a Palavra de Honra substituiu qualquer apêlo à Consciência ou à Moral do homem, essa palavra é cada vez mais deshonrada e eu sei quanto ela pode disfarçar o falso testemunho do mais *respeitavel* canalha. Grosseiro de linguagem e de propósitos, qualquer caso da rua, onde o trânsito raro se regula em dias de maior concorrência, constitue um perigo que não existe entre os pretos de Loanda ou de Lourenço Marques.

A organisação do trabalho do povo ou da sua produção anda num cáos, do que resulta a carência de braços no Sul e a abundância dêstes no Norte. Enquanto nos acusam de falta de cultivo, de falta de irrigação do Alentejo e de falta de vias de comunicação nas Beiras e nas Colónias, a nossa gente abandonando a Pátria, emigra para o Brasil e para os Estados Unidos. Se alguns são mandados para *Angola*, onde há imensos terrenos para cultivar,

infinito trabalho a produzir e incomensurável riqueza a aproveitar, a crise pavorosa que ali se desencadeou, atè certo ponto por efeito de uma inqualificável megalomania, sem método de uns nem suficiente zêlo patriótico de outros, alcançando a colónia em quinhentos mil contos, por cuja obra de reconstrução já em 1925 se foram dois milhões de libras (1), não permite que sejam recebidos e que a colonisação portuguêsa se intensifique. Uma nação que tanto carece de ressarcir pelo trabalho, e pela moralidade que dêle resulta consente, que as ruas andem pejadas de vádios e que não haja a liberdade de quemquer poder esforçar-se por mais horas, para que seus filhos não padeçam. Por sua vez ainda não deixou de vigorar a mania do emprêgo e o recurso à revolução. Criaturas com rendosos ofícios ou comerciantes atiram com as convicções para detrás das costas, põem uma gravata verde-rubra e lançam-se na política com o ùnico fito de uma vida descuidada e de uma aposentação garantida. E todavia, a divisa virgiliana «Labor omnia vincit improbus» é um salvatério como o próprio Conselheìro Acácio o sabe. Intervistado há pouco o Chefe do Estado da Bulgaria, disse: «Pessoalmente vejo hoje o mundo dividido em dois campos hostís. Um deseja uma mudança imediata e radical. O outro luta por manter o «statu quo». Ambas as ideias são falsas. As coisas não podem ficar sempre iguais. A transformação é a lei essencial do mundo e da especie humana.

---

(1) *Jornal de Noticias* de 29-9-1925.

A evolução é necessária porque quem não avança recúa. O único remedio para os prejuizos da última guerra é o trabalho». Pelo que fica exposto, razão tem o sr. deputado socialista Manuel José da Silva em nos dizer, numa das suas interessantes cartas de viagem de estudo: «Estou agora convencido de que o nosso povo é na triste realidade o povo do mundo que mais desgraçadamente vive. Em Portugal a miséria constitue como que uma casta e esta tem sempre pouca vontade de se colocar melhor ou pelo menos de preparar um futuro superior para os seus vindouros. Ou tudo espera dos govêrnos ou tudo espera das revoluções, nada aguardando da sua iniciativa e do seu trabalho, sendo aqui que está o seu êrro e a origem da sua deploravel situação».

Esta desorganisação é também devida em grande parte à inversão do aproveitamento dos terrenos, designadamente da viticultura em relação à cultura do trigo, contra o que o Dr. João Franco legislára, do que vai resultando êsse exôdo da nossa gente, a ruína do Douro e, o que é peor, *a importação de quinhentas mil toneladas de géneros alimentícios, que poderão colocar imediatamente Portugal ás portas da morte ou à mercê de uma paz desonrosa, se fôsse de hoje para ámanhã, já não digo bloqueado, nem mesmo impetuosamente invadido, mas bombardeado nas suas comunicações por toda a parte.*

O país dispõe de restritas pastagens para a criação de gados que fácilmente se escapam para Espanha, mas a-pesar de isso, por uma espécie de superstição, não se organisam junto

dos matadouros depósitos de congelados da Austrália ou da Argentina, que façam descer a carne dos seus inacessiveis quinze escudos.

O gravissimo problema da habitação também se não enfrenta, tolhendo-se o desenvolvimento da população e continuando os inquilinos, principalmente os funcionários, sujeitos a transferências, com a espada de Damócles suspensa sôbre a cabêça, pois os proprietários conhecendo a falta que há de casas, abusam, e, em nome dos seus sacratíssimos direitos, adquiridos por muitos sabe Deus como, entendem que devem arrancar a pele a quem não tem menos sacratíssimo direito a um lar. Não há casas modestas dentro das cidades de Lisbôa ou Pôrto por menos de trezentos a quinhentos escudos, ou seja por um terço ou por metade de todos os vencimentos que muito funcionàrio recebe para ocorrer à sua subsistência e de sua família! Há locatàrios muito injustos, mas não é difícil encontrar senhorios que pouco antes eram arrendatários da peor espécie. Promulgou-se uma Lei do Inquilinato que, muita honra faz ao ministro Dr. Catanho de Menezes, benemérito do povo e do funcionàrio mal pago, mas além de provisória, não póde evitar toda esta luta de interesses que há da parte dos esquelèticos que querem vivêr e dos obèsos que se querem encher mais. As casas estão-se alugando por cincoenta e sessenta vezes mais, embora, por excepção, haja ricaços pagando alugueis irrisórios a senhorios que pouco falta para estenderem a mão à caridade.

A criação de Comissões Arbitrais, para

suprimir as inevitáveis anomalias de todas as leis, só serviria para mais uns tantos políticos se encherem de espórtulas, vendendo a justiça a quem mais désse.

Na Inglaterra, na França, na Itália e sobretudo na Alemanha, graças às leis proteccionistas dos últimos tempos, construem-se bairros e habitações por toda a parte, de ferro ou cimento, umas sôbre outras. Na Espanha também alguns milhões de pesêtas acabam de ser votados para tal fim, removendo-se ao mesmo tempo a crise do trabalho. *Não há mesmo outra solução diferente da de construir,* motivo porque todas as Camaras, poderiam fazer como a do Porto, que às vezes sacrifíca louvavelmente toda a utilidade particular à utilidade pública. Expropría terrenos e intima construções novas ou de transformação, não querendo saber da gréve dos argentários. Resta pois que o Govêrno dê fôrça e facilidades para que por toda a parte se promovam emprêsas particulares de aproveitamento dos terrenos abandonados ou mal cuidados ao longo das vias públicas.

Em Portugal, infelizmente, não há autoridade para coisa alguma e a intranquilidade do povo aumentará quando alguns açambarcadores da riqueza tratarem de rasgar a Lei do Inquilinato, ladeando o obstáculo. Com o pretexto, aparentemente justo, de lhes ser permitido ir habitar as suas casas, todos os dias terêmos compras e vendas supostas. O Parlamento de certo nunca sancionará semelhante pretensão, que inclinaria a grande massa da nação para o bolchevismo que se pretende afastar, porque,

ou o senhorio adquiriu a casa já habitada por outro, ou a alugou depois. Dêste dilêma não se póde fugir.

Povo de um país exuberante de belezas fortes, a estas pouco se associa o génio artístico de Templos ou de Monumentos, que lhes falem ao Misticismo ou ao Heroísmo. Em volta de si tudo é rude ou banal, áparte excepções como os mosteiros da Batalha ou dos Jerónimos. O camponês, tendo de arrancar à terra o pão com o seu suor, até a religião lhe custa o sacrifício, pôsto que todo o sacrifício seja religioso. As confrarias, queimando estúpidamente todas as receitas em fôgo de vistas, mesmo em cidades como Lisboa e Porto, afugentam o crente, obrigando a permanecer de pé ou de joelhos, no lagêdo, as senhoras e os velhinhos.

Muitos pontos pitorêscos do nosso país podiam constituir também um elemento de prosperidade para a nossa gente, se não fôsse o seu atrazo, a sua falta de gôsto, de patriotismo e de empreendimento, empregando-se nisso capitais que colocam nos bancos estrangeiros; assim como, as nossas novas avenidas podiam ser plantadas de árvores florígeras, quando não frutíferas, como se começou a adotar em Londres a exemplo do Japão.

No Porto, por exemplo, os magestosos terrênos em volta do Observatório da Serra do Pilar, onde a linha férrea deve passar em túnel e onde fácilmente se construiria um delicioso parque de verão, sobranceiro ao Douro, tanto ou mais atraente que o do Palácio de Cristal (onde não luze a mais pequena centêlha arqui-

tectónica), para arrancarem a pedra a esses terrênos, estão-nos transformando em antros repelentes.

A praia de Ostende, na Bélgica, a mais aristocrática do mundo, vi que não é naturalmente superior à da nossa Figueira; *e, a do Porto, desde a Foz do Douro até Leixões, com artifícios sôbre as rochas, fácilmente se transformará noutra formosíssima e decantada Biarritz.*

Braga tem belezas semelhantes às de Lourdes, e Viana às de Sintra e de S. Sebastian, a praia mais linda da Espanha. O turista, o milionário, nem sempre quer Ostende, Biarritz ou S. Sebastian.

Coimbra, a Madeira, os Açores, S. Vicente, o Príncipe e Loanda são maravilhas da natura, com a diferença de que esta última não tinha ali ainda há pouco a mais pequena obra de arte a fazer realçar a sua imponente topografia. A parte mais preciosa da cidade, era ocupada pelo bairro dos mortos, exactamente como sucede com Vila Real, raínha de Traz-os-Montes, onde, para se disfructar o seu interessantíssimo panorama, que me faz lembrar o dos Dembos, tinha que se ir ao cemitério.

Tudo no mundo natural, animal ou espiritual, carece de constante cultura ou de persistente chamamento para a região superior da Arte, sem cuja intuïção não há aperfeìçoamento, não há Sentimento, não há Amôr, não há nada, ficando o homem sempre em bruto.

O problema da Mendicidade também se não soluciona, porque são mais os pretendentes aos

cargos dêsse novo serviço público do que os pedintes, não obstante essa nossa apregoada dedicação nacional pela indigência, pois somos nós o único país do mundo que se lembrou de emitir um sêlo-cartaz de Assistência, o qual, por sinal, substituindo a sobrecarga que de princípio se adoptou sôbre o sêlo vulgar, é tudo quanto há de mais estèticamente pobre — isso e o sêlo postal com o gabinete de Camilo—, o que aliás não deve admirar onde, num Museu, já estiveram em exposição umas ceroulas de João Chagas, em lugar da sua pêna demolidora.

A nossa hiperbólica admiração por banalidades, produz defeitos como a aprovação dêstes dois sêlos, que nos envergonham perante os homens de bom gosto, que são pelo menos os milhões de filatelistas que há pelo mundo, entre os quais Jorge V e Afonso XIII. Compare-se toda esta nossa mediocridade com o procedimento da França, que até hoje só imortalisou filatelicamente a efígie de Pasteur, bemfeitor da humanidade, e bem assim da Espanha que do mesmo modo só consagrou a cabeça de Cervantes, num único cliché para todas as côres, mais económico e atraente, e da Grécia, celebrando sómente o heroísmo do seu libertador Lord Byron.

Faltou-nos nisto, como nos falta na redacção de muitas condecorações ou louvores e em diversas coisas, o laconismo das grandezas.

E, assim, por falta de solução dêste problema da Mendicidade, que pertencerá às Administrações ou Municipalidades, Lisbôa e Pôrto, continuarão nêste ponto a oferecer as-

pectos que julgo já se não encontrarão em Tânger.

A par de isto, devido à carestia dos artefactos, porque as fábricas nacionais estão seguradas em sobados políticos, para que se não permita a concorrência estrangeira em nome da protecção às indústrias nacionais, muita da nossa gente rural apresenta-se andrajosamente ou descalça, quando não cambando nos mirabolantes saltos à Luís XV, sendo certo que se todos andassem calçados diminuiria o número dos «artistas» ou dêstes «manufactores» em disponibilidade.

A mocidade também não possue assistência nem conselho contra a Sífilis, bem mais fácil de medidas profiláticas do que a Tuberculose, a ponto de o General Von Letow, nas suas memórias da genial campanha da África Oriental Alemã, traduzidas em todas as línguas, dizer que «a marcha era um martírio para os portuguêses, os quais, pela maior parte infectados de sífilis e imprevidentes na economia das subsistências, não eram realmente soldados para campanha». Confirmando isto, disse o sr. Ministro das Finanças no Parlamento em 15-1-1926: «É preciso também olhar para a larga expansão da Tuberculose e da Sífilis, que invadiram todo o país».

Mais prático do que a criação de Postos Especiais — seria que se obrigassem os estabelecimentos onde se compra a Sífilis, a fornecerem também a *desinfecção,* a qual se deveria antes de tudo tornar extensiva à *palavra,* destacando-se agentes à paisana encarregados de

capturar quantos pelos bairros populares, por simples distracção, dão livre expansão às mais requintadas obscenidades.

O povo não é educado na Pontualidade, nem em coisa alguma, por culpa das autoridades que marcam os seus serviços com duas horas de antecedência da sua execução, sucedendo o mesmo com reüniões, conferências e espectaculos, do que resulta a indisciplina, o abandono e o hábito da falta ao dever. Todos os seus progressos andam atraz dos progressos dos outros, não porque êle seja avêsso à civilisação ou o português seja um animal inferior, mas porque, como já demonstramos, os seus educadores nas aldeias ou nas cidades, com raras excepções, padecem de defeitos que a instrução não conseguiu arrancar-lhes. Em geral incompetentes, pretensiosos e cheios de vícios, pelos seus toutiços não passa o mínimo clarão de nobreza, de virtude, de aperfeiçoamento, nem de patriotismo. A política torpe, ignobil, é quási a sua exclusiva obcecação.

Ao observarmos ainda os *Bailados* — para não faltar nada a esta superficial revista de costumes — confrontando-os com os franceses e mesmo com os espanhois, os nossos, parecem-me às vezes mais próximos dos da Guiné do que de Espanha ou França. Precisamos, pois, de educar o pôvo também nesta divina Arte reveladora da fisionomia moral dos povos. A influência artistica sôbre a sensibilidade é profunda. E no esfôrço da interpretação da música, em compassos, disciplinará tanto as maneiras

e os membros que a própria raça, a poder de tempo, sensivelmente se aperfeiçoará como a helênica.

Diz o nosso sublime escritor Dr. Joaquim Costa (Celso): «Se compreendessem isto os legisladores não produziriam tanto trabalho inútil; e os que apenas lisonjeiam as multidões acabariam por orientar a sua inteligência num sentido mais elevado. A arte, na sua contínua ascensão para a beleza, no seu vôo para o infinito, acaba sempre por encontrar Deus».

Alcêmo-nos, pois.

Sem espirito algum de sacrifício, o contribuinte procura eximir-se a cada passo ao pagamento ao Estado dos impostos que o negociante, em geral, arranca decuplicadamente ao consumidor; e por sua vez o pôvo move todas as influências para que seus filhos sejam isentos do serviço militar e não paguem à Pátria o mais sagrado dos tributos que, na França, na Alemanha e até aqui bem perto de nós, na Espanha, constituem o mais cubiçado timbre da família.

Os Transportes Marítimos apreendidos aos alemães, os quais pareciam vir marcar o início de uma opulentissima era de prosperidade para a frota mercante nacional, só serviram para acentuar uma incompetente e desonesta administração, que os adversários do regime todos os dias enunciam ao lado das impunidades do Incendio do Depósito de Fardamentos, dos Bairros Sociais, da Exposição do Rio de Janeiro, dos Cinqüenta Milhões de Dólars, da Limpeza Radical do Lazareto, da Administração de An-

gola, atrás da qual veio a inspiração do falso Banco de Angola e Metrópole, etc. para desvanecimento dos escândalos das Obras do Pôrto de Lisbôa, dos Sanatórios da Madeira, dos célebres Adiantamentos á Casa Real e outros.

Ao mesmo tempo, por falta de navios, os productos de origem principalmente alemã e holandeza — *sempre mais honesta ou garantidamente fabricados do que os nossos* — estão invadindo de novo Angola, prejudicando o nosso comércio e indústria, e estabelecendo o divórcio entre Portugal e essa colónia.

Exército e Armada, orgânica, moral e materialmente preparados, mesmo para a guerra defensiva, também não temos, como adiante se demonstra, porque, é claro, êstes são sempre, infalivelmente o reflexo da Nação.

O maior navio, de representação, que possuímos, é o insignificante cruzador «Vasco da Gama», adquirido por Fontes em 1874.

Com territórios a defender na Europa, na Ásia, na África e na Oceania; com grandes colónias no Brasil e nos Estados Unidos; e com ilhas estrategicas no Atlantico, *Portugal é, relativamente, a nação mais desarmada da Europa ou do globo,* sem que todavia tenha a desculpá-la a pobreza do seu solo, a rudeza do seu clima ou a inferioridade da sua gente. Diz o consul geral da gran-Bretanha no seu relatório distribuido em 1924: «Portugal com transportes melhorados e uma mais habil aplicação de capital, poderia ser um dos pequenos países mais ricos do mundo; e se êstes mesmos métodos fossem aplicados às suas colónias, então

seria a metrópole de um dos maiores e mais ricos impérios»!

Desta triste situação da nossa marinha de guerra se ocupou também há pouco a «Revista Militar» n.º 2-1926, em que o sr. Contra-almirante Mariano da Silva compara toda a nossa «sucata», na totalidade de 22:000 toneladas, com a marinha holandeza com 86:742 toneladas de navios recentes, e com a grêga, com 36:000, ao passo que a Espanha, com uma população apenas três vezes e meia maior do que a nossa, e com o seu permanente sorvedouro-escola de Marrocos, possue cinco belos couraçados, sete cruzadores, quarenta e seis torpedeiros, dez submersíveis e uma frota aérea que vai aumentando de dez aparelhos por mês!

Finalmente, sôbre o nosso dominio colonial, por tudo isto, não deixa de pairar a asa negra da rapina estrangeira.

O que escapou de nos ser arrancado à força, pretende-se-nos arrebatar pelo geito, acusando-nos os invejosos de esclavagistas, quando àcerca de humanidade para com os povos africanos ninguém nos eguála. Os primeiros a reconhece-lo são os próprios delegados do Partido Nacional Africano ao 2.º Congresso Internacional que, nêsse sentido, fizeram realçar em Genebra a inferioridade da situação criada à raça negra por outras nações coloniais da Europa e da America, designadamente dos Estados Unidos, onde a cada passo se queimam negros vivos, só porque foram acusados de contacto com a raça caucásica!

O sr. major Leite de Magalhães colonial

dos mais distintos, no n.º 25 da «Gazeta das Colónias», de que é director, publica:

«... Aux bords ensoleillés du Tage, nous allons rencontrer un petit peuple heroique et fier, riche de gloire, mais pauvre d'argent, en qui s'est incarné le génie latin avec toutes ses grandeurs et toutes ses faiblesses». — Jean Darcy (La conquête de l'Afrique).

«Le peuple portugais a de trés grandes qualités: il est honnête, travailleur et intelligent, il est doux et même resigné, ennemi de toute violence...». — Angel Marvaud (Le Portugal et se Colonies).

«Eis o povo assim definido pelas penas honradas de Darcy e de Marvaud, em livros de história sã, que novamente aparece em fóco, acusado de graves crimes perante a Sociedade das Nações... por culpa de uma política hedionda, sem rumo nem grandeza, em cujo lôdo vingaram os cretinos e medraram os tartufos. Mas o povo, que não compreendeu ainda a miséria da nossa administração interna, tantas vezes guiada por criaturas sem escrúpulos nem inteligência, despertará um dia... E então se verá como a nação, quebrada a hipnose que a mantem na inconsciência do perigo, é bem diferente desta massa inerte de lêsma, que nos parece agora, consentindo todos os deboches que a perversão dos «meneurs» sustenta para seu regalo. Estamos sob a acusação de desumanidades ainda peores, segundo se diz, que no tempo da escravatura. E os srs. políticos, entretanto, o que fazem? Banqueteiam-se. Mais ainda: agridem-se. E peor que tudo: difamam-se. Perante a honra de Portugal e dos

seus interesses tão postos em perigo, a política nacional oferece-nos êste espectáculo degradante, da ferocidade dos ódios num tripúdio satánico sôbre a desgraça da Nação...».

Em logar de tratarmos de nos aperfeiçoar e de remover todos êstes pretextos, dos fortes contra os fracos, como na fábula do lôbo com o cordeiro, não passamos de comícios ou de sessões em que sempre se fala demasiadamente sem resultado algum pràtico, porque a incorregibilidade prossegue, emquanto, por outro lado, o jornalismo, fazendo de nós uns tutelados, trata de solicitar dos diplomatas autógrafos vasios de valôr, como se isso viesse dar-nos a autoridade moral para encararmos o inimigo de frente, a qual terêmos logo que o país se levante de toda esta licenciosidade em que vegeta.

Não se trata apenas de Angola, mas também de Moçambique e mesmo de S. Vicente de Cabo Verde, de cujo magnifico pôrto deixamos fugir a concorrência.

E o Exército Ultramarino, cuja unificação com o da metrópole fui talvês eu o primeiro a preconisa-la (Vidé a *Revista Militar* n.º 4-1911), também se não reorganisa, para defêsa das fronteiras do Zaire, do Cunene e de Lourenço Marques...

Disse amargamente êsse eminentissimo republicano que foi Basilio Teles: « *Todos os estigmas das raças perdidas, sem falta de um único, todos os aleijões e deformidades das raças escravas, de todas as regressões que denunciam a dissolução colectiva e até o aniquila-*

mento do tipo humano, como nós o concebemos, todo êste sindroma de senilidade étnica, repelente e irreparável, o tenho vindo observando com a obstinação do indagador, com o desgôsto do esteta e com a náusea do homem que saiu puro das mãos da Natureza. (1) ».

*

* *

Em face de todo este balanço que nos oprime e nos humilha por culpa de todos, tanto de dirigidos como de dirigentes **¿como efeituar a reacção necessária para sustar o mal e cicatrizá-lo; como colocar a parte sã da nação contra alguns máus politicos; e como colocar alguns bons govêrnos contra a maioria defeituosa da nação?**

Coligindo as opiniões dos homens mais evidentes do nosso tempo, elas constituem a interessantissima colecção seguinte:

O Senhor Dr. João Franco, último Presidente de Ministros de D. Carlos, diz:

«Em Portugal, e não de hoje, parecem existirem dois paises: um que trabalha, e bem; outro que governa, e mal. De quem é a culpa? De todos e principalmente dos governados.

« Com as instituïções modernas, monárquicas ou rèpúblicanas, que colocam a soberania da Nação e dão a esta os meios de a tornar

---

(1) De páginas 113 do livro do Coronel Dr. Brito Camacho — *Por aí fóra* — 1916.

efectiva, os máus govêrnos só são possíveis com maus cidadãos. E tão mau cidadão é o que aluga o seu voto, como aquêles, em maior número, que se alheiam da causa nacional. Os maus governantes sentem-se assim sem fiscalisação; e os bons vêem-se sem apoio. Estranha psicologia a dêste pôvo que, possuindo uma história a topetar com a fábula, de tais maravilhas ela se compõe, parece sofrêr de uma ingénita inaptidão política. Pelos séculos fóra parece andar aos vae-vens ou aos mergulhos, tão depressa valorôso e épico na crista das ondas, como deixando-se ir logo, estonteado e perdido, para o fundo do mar.

«Com D. Afonso Henriques, talha de vez na Península o seu quinhão a golpes de montante e heróicidade. Com o infante D. Henrique e a Escola de Sagres lança-se por êsses mares fóra à conquista de novas terras. Com D. João II e D. Manuel I e os seus navegadores e guerreiros, descobre o caminho da Índia e do Brasil e funda o Império do Oriente. Com D. João IV e um punhado de patriótas, proclama a sua independencia e repéle os espanhois.

«Mas com D. Fernando, a raínha intrigante e maus portugueses, entre os quais «traidores houve algumas vezes», esteve o reino a pique de perder-se. Com o Cardeal D. Henrique e os seus fracos e corrutos conselheiros, deixa-se o país entregue de pés e mãos à Espanha cubiçosa. Com D. Maria e os seus beatos e peraltas, assiste boquiaberto à vergonhosa conquista de Portugal por Junot.

«E o que sucedeu no antigo regime, vai-se repetindo dêle para cá. A mesma passividade,

as mesmas alternativas de bom e mau govêrno; a mesma inaptidão para a vida pública, a crença e a esperança nos Messias.

«Decorrido o período ensanguentado e longo da implantação do Constituicionalismo, com a vitória de Saldanha no Porto (ao que se chamou a Regeneração), um grupo politico apareceu que fez a idade do ouro do regime representativo. Recebendo o país arruïnado e caótico pelas invasões, pela ida da côrte para o Brasil, pela pêrda dêste, por trinta anos de guerra civil e dividido por mil ódios, soube fazer do país um Portugal novo. Com o desaparecimento dêsses homens (Rodrigo, Fontes, Loulé, Sá da Bandeira, Casal Ribeiro, Ávila, Valbom e outros) veio a decadência, sucedendo-lhes gente nova e sem educação, que tem trazido tudo até à pouca venturosa situação em que nos encontramos (1924).

«O momento histórico que atravessámos torna o govêrno mais difícil do que nenhum anterior, de modo a tornar-se necessária a cooperação de todos, em vez de se esperar pelos Messias. Longe vão os tempos em que um rei fazia fraca a forte gente. Hoje quem é rei, quem tudo póde é a forte gente, quer na Inglaterra monárquica, quer na França república. *A monarquia deixou de ser a vítima expiatória. Hoje quem quizer ser bem governado deve contribuir para isso. Não póde haver Homem, sem ter homens. Que a propaganda educadora se faça por todos os modos e por toda a parte*».

O Genial Presidente e caudilho da Rèpública, Dr. António José de Almeida, diz que a nação

para salvar-se só tem uma coisa a fazer: unir-se e formar quadrado e, conseqüêntemente, pôr na administração pública quem saiba governar e governe a valêr. O momento é impressionante, com a saída do snr. Teixeira Gomes. Têmos um Parlamento que, sem desdouro para o seu alto patriotismo, apresenta uma paisagem politica confusa e embaraçada. O movimento cá fóra não encontrou ainda, sôb o ponto de vista nacional, o homem firme ou o grupo de homens sagazes que o dirijam, e sem direcção nada se póde fazer em política como em tudo. Mas, repito, todas essas dificuldades se vencem e até talvez sem grande esfôrço, se o país fôr governado por homens que saibam e queiram governar a valêr. Em Portugal, como em todas as nações, há uma parte pequena que, no podêr ou na oposição governa, e há a grande massa dos cidadãos, que se deixam governar, e, valha a verdade, de uma maneira bem passiva. E' preciso agora que todos se juntem e deixem de se olhar como cidadãos desconfiados de países adversos. Assim tudo irá bem. A Nação terá quem a dirija e os dirigentes quem lhes dê fôrça e alento. O resto é simplicissimo: contas em dia na administração pública, honrado cumprimento dos contratos, entendimentos inteligentes com os países nossos amigos, porque os temos, a principiar pela Inglaterra, e dar fôrça e prestigio ao Podêr, que por aí anda aos encontrões de toda a gente; e o Podêr enérgico e sereno, com respeito pelo direito de todos, e castigo severo para as infracções dos devêres de cada um, é, ainda assim, o melhor processo que se tem descoberto para governar os povos.»

O Venerando Presidente, que pela Rèpública tanto se tem sacrificado, Dr. Bernardino Machado, diz que «para se restabelecêr o sossêgo dos espíritos, a ordem pública e a normalidade constituicional, urge sómente combater tenazmente, sem tréguas, as facções perturbadoras. Nada de ditaduras, nem de individualismo capitalista, nem do comunismo proletário, mas livre cooperativismo dos trabalhadôres, sòlidamente organizados, distribuindo cada dia mais equitativamente o bem-estar, o confôrto, a cultura e a dignidade social a todos os lares, a todos os cidadãos.

E, no acto da sua reeleição para a presidência, confirmou: «... A missão que hoje impende sôbre nós é outra, mas nem por isso é menos imperativa. Temos de assegurar aos nossos denodados compatriotas, sem a mínima perda de valôr e de tempo, a absoluta compensação dos seus abnegados sacrifícios, não deixando jámais de reivindicar a causa dos nossos direitos, direitos sagrados que ninguém ainda conquistou mais nitidamente do que nós, pela nossa acção civilisadôra no mundo. O inimigo secular que tantas vezes nos flagelou ferinamente, arrastando-nos à decadência, é històricamente o mesmo — na Paz como na guerra, dentro ou fóra do País — a ditadura do Podêr, causa fatal da instabilidade e solução ruïnosa da vida pública. Conjuremos resolutamente o mal, e não permitamos mais atentados. Governe o Parlamento, governe sem declinar nenhuma das suas nobres prerogativas, na plenitude fecunda das suas poderosas faculdades constituintes, pela defêsa da Rèpública, pela Justiça,

pelas leis, pela austeridade dos seus mandatários; o regime cada vez mais zelôso de todas as liberdades individuais, associativas e corporativas, e de todas as renovadôras inciativas scientíficas, artisticas e industriais, o protector querido e abençoado de todos os infelizes que só dêle podem esperar o alívio das suas dôres».

O Digníssimo Presidente do Ministério Snr. António Maria da Silva, a quem a Pátria e o Exército já muito devem, diz que é preciso restabelecer a Ordem Financeira, Económica, Politica e Social, devendo manter-se cada individuo no lugar inerente ao seu valôr, antes de tudo; que é preciso modificar o sistema tributário e educativo, e o Regimento do Podêr Legislativo, estabelecer a ligação entre a Sciência e a Indústria; e acabar com a Anarquia Parlamentar, promovendo-se uma maioria unida e forte» (1).

O Dr. José Domingos dos Santos, ardoroso arauto duma falange nova, diz que esta vem pôr as suas energias em defêsa do ideal, mas que nenhum partido pode realisar a tarefa imensa do nosso ressurgimento sem a colaboração de todos os valôres patrioticos: uns dirigindo, outros executando e todos colaborando. Só o despertar de todas as vontades poderá apressar a solução dos problemas nacionais. Não se deverá reconhecer o direito à posse da

---

(1) Extracto do seu programa partidário, exposto em 18-10-1925.

terra improdutiva. Todas as riquezas naturais do país estão ao abandono. É preciso melhorar os portos, aproveitar as quedas de água, designamente as do Douro, explorar o sub-solo, subtraindo aos estranjeiros a nossa riqueza mineira, fecundar e utilisar as nossas colónias. Devemos criar uma escóla primária única, para ricos e pobres, tanto para se democratisarem os alúnos, como para que se não faça um péssimo e inutil bacharel de quem póde dar um esplendido artífice . . .». ([1]).

O Coronel Carlos da Maia Pinto, ilustre ex-Presidente de Ministros, numa situação anormal, Comandante de Artilharia em França, e Comandante de uma colúna em África (onde ambos estivemos debaixo de fogo), diz que «é dificilimo diagnosticar e bem assim indicar o tratamento da nossa actual críse, que se estende a todo o mundo. Crises sociais, políticas e económicas teem passado pelo nosso Portugal muito mais graves e agudas e, entretanto, a nossa Pátria venceu-as, como há de vencer a presente. As sociedades procurando as suas novas formas de equilíbrio, hão de encontrá-lo, sem nos subverterem, visto que a nossa naciolidade é suficientemente distincta para se não fundir com qualquer outra, não obstante as caracteristicas da nossa raça, serem as menos propícias a constituírem uma nação potente e rica no viver social de hoje. A vida tende a

(1) Extracto do seu discurso inserto em *A Tribuna* n.º 1626 de 30-8-1925.

modificar-se e, no futuro, talvez possamos ser grandes como já o fomos no passado».

O Dr. Bento Carqueja, ilustre publicista, professor, economista e director de «O Comércio do Pôrto», onde diáriamente se versam os mais interessantes problemas nacionais, diz que «à evangelização nacional não pode limitar-se a expôr o sudário dos erros políticos, que véem aumentando desde 1890. É indispensável castigá-los, e apontar o modo de os remediar. Não faltando entre nós quem destrua, é preciso também haver quem construa, moralisando a política e gritando-lhe: — Basta! Basta! Em meados do século passado, Portugal encontrava-se numa situação talvez mais baralhada, que Fontes venceu sómente a disciplinar tudo e todos. A legião dos que aplaudem esta medida de salvação, contra os dissipadores de tantos impostos existe já. Resta movimentar essa legião, que pode encontrar quem a comande dentro das normas liberais. Andam muitos bons portuguêses foragidos da política, porque esta os enojou; outros não se apróximam com receio de infecção. É preciso contar com êstes bons, para dirigirem o escorraçamento dos maus».

O Coronel Dr. Brito Camacho, uma das nossas primeiras mentalidades na Arte, na Política e no nosso meio, diz: «O povo português vive parasitáriamente há largos tempos, inapto para qualquer iniciativa intelectual, não havendo espírito scientífico. As melhores inteligências assimilam, mas não produzem e, ainda,

na assimilação, observam o princípio do menor esforço, sem a preocupação de que lhe corresponda o maior resultado. Nota-se no país uma verdadeira atonia do espiríto, assim como uma verdadeira imbecilidade moral. Há muita gente que leia, mas há muito pouco quem estude. Toda a actividade mental do português se consome actualmente na política, essa misérrima política de amigos e compadres, sem um pensamento alto que a norteie, mesquinha nos seus intuitos e despresível nos seus processos. Será possivel fazer entrar o nosso país no conflicto de ideias que forma, na actualidade, a característica mental das sociedades cultas? Pelo menos devem tentar fazê-lo todos os bons patriotas, quantos não vivem enclausurados no mais estreito egoísmo, como cerdos de chiqueiros com a pia a trasbordar ([1]).

O talento emancipador de Mayer Garção, insurge-se contra toda a hipótese de uma Ditadura Militar e contra toda a ideia sangrenta, e aconselha a que deixemos passar esta geração de experiência... ([2]). O que tem levado o exército em Portugal a intervenções políticas, raras vezes felizes, tem sido precisamente a demasiada atenção que se tem prestado às nossas controvérsias políticas. Não desviêmos a força armada dos seus deveres de disciplina em benefício do espírito de facção, que se tinge das mais diversas côres. Ai dos exércitos de

(1) De pág. 112 e 113 do seu livro «Por ahi fóra».
(2) De «O Primeiro de Janeiro» de 26-5-1925.

outros países, se dessem ouvidos às contínuas lamentações das Cassandras, que juram tudo está perdido, simplesmente porque não corre tudo à medida dos seus desejos. Para não falarmos senão dos factos mais recentes, veja-se o caracter perturbante que teem assumido os últimos movimentos militares. Em 19 de outubro de 1921, a fôrça armada vem para as ruas proclamar um programa radical na ponta das suas baionetas. No 18 de abril de 1925, a tropa não oculta as suas ideias conservadoras. Evidentemente todas estas fôrças acreditaram na iminência duma catástrofe nacional, mas que ela não estava iminente prova-o o facto de ainda estarmos vivos. Que o exército seja apenas aquilo que deve ser sempre: o leal defensor da lei e o defensor glorioso da Pàtria (1).

O grande escritôr Dr. João de Barros, confessando públicamente a sua desilusão diz: «A confusão é grande, a ausência de princípios e até de tendências, maior ainda. Não há, a bem dizer, nem bandeiras, nem vozes de persuasão ou de comando. Por outros têrmos: faltam-nos estimulantes de civismo» (2).

A Cruzada Nun'Alvares, num manifesto dirigido ao país em 16 de janeiro de 1926, e assinado designadamente pelos ilustres snrs. General Freire de Andrade, Comandante Filomeno da Câmara, Antero de Figueiredo, Carlos Ma-

---

(1) Idem de 13-3-1926.
(2) Idem de 19-7-1925.

lheiro Dias e Zuzarte de Mendonça, preconisa a união de todos os portugueses, rèpublicanos, monárquicos ou bolchevistas, para a execução de um ideal de conjuncto, consubstanciado na fórmula: «Tudo o que é nacional é útil e tudo que é útil é nacional». E apontando a obra de Mussolini na Itália e de Rivera na Espanha, pede à Nação para que cesse a guerra civil permanente das clientelas políticas em tôrno do bôlo orçamental e sejam chamados a governar sòmente os de maior competência, estejam êles onde estiverem.

O Dr. Trindade Coelho (Filho), o mais estrénuo advogado da defêsa nacional e o mais fluente polemista, em *O Século* n.º 15.739, diz: «O problema interno é o problema externo, constituindo ambos o problema da ordem. E, quem resolve esta, não é a revolução, é a acção; não são as oposições: é o podêr que representa essa acção—a acção nacional. Todo o govêrno deve ser uma demonstração permanente de fôrça, de fôrça íntima, porque a reflexa é falsa. O geradôr do estado revolucionário é o estado incompetente. Assim, quem desencadeia as revoluções não são as oposições: são os govêrnos. Govêrno que governe nacionalmente e não partidàriamente cria raízes indestrutíveis. E está natural e invencivelmente defendido pelo espírito público, que asfixiará qualquer tentativa de subversão. A crise? A da ordem. E esta, provocou e firmou a crise da confiança. Mesmo os mais optimistas não confiam no que está; confiam no que há de vir. Ora, a tarefa dos políticos, seria encurtar o praso que nos sepára

do futuro. Fácil tarefa de previsão e de salvação. Preconisa-se por conseqüência a constituïção imediata de um Ministèrio Nacional, porque só êste póde restabelecer a confiança interna e externa. Só êle conseguirá o início da solução dos problemas financeiro, económico, industrial, agrícola, cultural e moral. Nem ministérios partidários nem de concentração serão capazes de o conseguir. E não se conseguindo isto, a Nação, já convizinha do abismo, precipitar-se-á nêle».

O Sr. Visconde do Ameal, um dos nossos mais primorosos e fecundos literátos, e de certo o nosso sumo sacerdote, esforçado e intemeráto campeador do Nacionalismo Espiritualista e Civilizador, partindo do princípio de que só com o restabelecimento das nossas Instituições Tradicionais, em novas bases, representativas, dos municípios, dos sindicatos e das liberdades corporativas, se pode alcançar a nossa salvação nacional, diz:

«Suponho que só o advento de uma autoridade forte, mas que possua êsse requisito fundamental da *continuïdade,* para que a sua obra possa ser duradoira, poderá «sustar e cicatrizar» o mal nacional, gerado no fratricídio das lutas partidárias.

«A parte sã da Nação é aquela que se mantém fiel às crenças e às tradições que fizeram a grandeza da Raça. Regressando a elas—*dentro da Ordem que as protegia*—a parte sã da Nação vencerá fàcilmente a acção intoxicadora dos maus políticos.

«A maioria da nação é defeituosa unica-

mente porque está desorganisada, fóra do seu lugar, da sua arrumação hierarquizada. Reorganizando-a, escalando-a em classes que legitimamente representem e defendam os seus interesses próprios, e entregando o governo às competencias especialisadas, não se torna necessário pôr os bons governos contra essa maioria.

«Pelo contrário, os bons governos, governarão apoiados na Nação inteira, onde deixará de haver *maiorias* e *minorias* (a absurda engrenagem liberalista!) para haver um organismo unificado, seguindo a mesma directriz e caminhando para um progresso maior.»

O brilhante escritôr e arguto jornalista Paulo Freire (Mário), que vem exercendo uma salutar fiscalisação política, diz: « Insisto. Dia a dia complica-se a vida nacional. Aumentam e emaranham-se todos os problemas. Escusam de pensar em os resolvêr. Enquanto não resolverem o problema político, não resolvem nenhum dos outros. E êste só se resolve saltando por cima das praxes, de paleios e de palanfrórios. Tudo o mais são trêtas » (1).

O patriota insigne, o formidável tribuno e violento revoltado, Homem Cristo, (muito antes da descoberta da assombrosa roubalheira do Banco de Angola e Metrópole, através do qual todo o nosso ouro, toda a nossa riqueza nacional e colonial seria drainada para o estran-

---

(1) Do *Jornal de Noticias* de 3-9-1925.

geiro, diz: «Nêste país de parvos, de covardes e de ladrões [1], só um govêrno nacional fóra dos partidos e apoiando-se no exército poderá melhorar o profundo estado de ruína moral, intelectual e material, esta vergonha, esta desgraça, a que alguns miseráveis nos arrastaram. E se, para êste desideratum, uma revolução fôr necessária, ela será o mais poderoso meio evolutivo. Nunca uma atmosfera carregadíssima se limpou sem o ribombar do trovão e o fuzilar do raio. Até a Natureza nos está a ensinar que isto não vai com sermões aos peixinhos» [2].

Homem Cristo, Filho, um dos mais scintilantes embaixadores da nossa mentalidade no estrangeiro, designadamente nêsse meio superiormente culto de Paris, autor da obra «Mussolini bâtisseur de l'avenir» diz: «Partindo do princípio indiscutível de sêr necessário transformar esta nossa conhecida situação, resta saber se ela se poderá realisar pela evolução. O pôvo português já não acredita em evoluções e, não acreditar, é já um pouco não querer. E porque assim? Porque êle não anceia apênas por bôas estradas, por bons portos, por bôas escolas, por progresso e por riquêza: êle tem também sêde de represálias e de vingança. Ele não quere só pão para a bôca; êle tem também fome de justiça. Foi o que sucedeu com o pôvo francês, no tempo de Luís XVI. A evolução é um processo de renovamento que a filosofia

---

(1) De ***O de Aveiro*** de 2-8-1925.
(2) ***O de Aveiro*** n.º 433 de 13-12-1925.

política reprova em absoluto para situações como a nossa actual. Póde-se evolucionar do sofrível para o bom, do bom para o excelente, mas não do péssimo ou do insuportável para o bom, exactamente porque ninguém póde ter paciência para suportar os seus causadôres até que a evolução intervenha.» E não sendo viavel a evolução, resta sabêr que convirá mais: o fascismo ou a revolução? É preferivel aquêle, que ainda se não experimentou, ao passo que as revoluções já estão mais que experimentadas e desacreditadas, pôsto que o que para aí tem havido não tenha passado de desordens mais ou menos mortíferas, de choques de sofreguidão ou de ambições. A esta regra há só uma excepção, que aliás a confirma: a revolução de Sidónio Pais, cuja vitória estrondosa se consolidaria, se êste não fôsse assassinado. A grande, a verdadeira, a sincera, a vingadôra revolução ainda está por fazêr, mas é dificil de organizar e fazer triunfar. E depois a ditadura militar traz sempre comsigo êste enigma terrivel: o que será aquilo que a ela se seguirá? O fascismo italiano é eminentemente adaptável ao nosso país. Onde a justiça faliu, deve organizar-se com os cidadãos honestos a justiça privada, por um mixto dos «Somatenes» espanhois e dos «Fascistas» italianos.

Finalmente, o Senhor Padre José Pinto, colaborador de «*O de Aveiro*» n.^{os} 432 e 433, e cujo talento e patriotismo lhe dão jús a sêr também aqui ouvido, diz: «que o nosso problema nacional se subdivide em dois: *1.º—Como implantar um Govêrno de Salvação Nacional?—2.º O*

que tem a fazer êsse govêrno desde que se ache na posse do Poder? No seu sensatissimo e metódico discernimento, não há senão duas ordens de meios: os evolutivos ou os revolucionários, isto é, os processos lentos ou rápidos. Em vista de há quinze anos não se ter feito mais do que tentar golpes de Estado, êste senhor entende que, admitindo que em Portugal aparecia um homem com todos os requisitos para ditador, êste não encontraria apoio. O próprio Mussolini teve de criar primeiramente êsse apoio, organizando o fascismo que, segundo êle mesmo declarou há pouco, não é possivel fóra da Itália. Rivera apoiou-se no exército, mas o nosso ditador onde poderia encontrar apoio?! Teria de o criar *lentamente* cá dentro, porque a intervenção estrangeira não seria hoje possível, nem era patriótico recorrer a ela. Está visto que não dispomos de elementos para montar ràpidamente uma ditadura de geito; o que temos, e em larga cópia, é gente para zaragatas. A psicologia dos povos é fértil em surpresas e não seria para admirar que um facto imprevisto, mesmo banal, tornasse de um dia para o outro possivel a ditadura ou a revolução, que até agora o não tem sido. Mas, conquanto fàcilmente se restabelecesse a ordem pública *exterior,* pelo enforcamento de meia dúzia de bandidos, porque para os enforcar a todos, ficávamos... sem pinheirais, para restauração da ordem nos espíritos, teriamos evidentemente de recorrer aos processos evolutivos, de resultados longínquos, como seria êsse principalmente de se reorganizar a instrução pública de alto a baixo. Mussolini julga que lhe são

precisos 60 anos para a realisação do seu vasto programa na Itália. Portanto, a nós que, nos será necessário mais tempo, melhor teria sido que estes 15 anos de revoluções se tivessem aplicado a restabelecer uma corrente de opinião formidável, ou a organizar-se um partido que oferecesse o indispensável apoio a um govêrno de rasgadas iniciativas patrióticas, contra esta anarquia mansa em que vivemos e que não é mais do que uma simples corrução dos costumes em que todos colaboram.

«Tudo o que póde fazer um govêrno de fôrça é obrigar o pôvo a obedecêr, quando do que mais se precisa é que êle se interesse pelo bem público e que tome a sério o seu papel de soberano. Porem esta obra educativa só poderá realisá-la uma minoria audaz e inteligente, que se bata à bôca da urna contra os quadrilheiros, arrastando os indiferentes. O melhor seria combinar as duas coisas: uma ditadura para restaurar imediatamente a ordem externa e resolver os problemas mais urgentes, seguindo-se--lhe um regime de normalidade. Mas, se isto não tem sido possivel, para que havemos de perder mais tempo?»

*

* *

O recurso á fôrça, como instrumento de toda a Autoridade, seja ela qual fôr, a necessidade imperiosa da Educação, da Disciplina, anda na verdade, de há muito, principalmente, no espírito das maiorias conservadoras, que téem que perder com a subversão social, mas

eu, por mais que me apeteça simpatisar com quemquer que sáia á liça, a pelejar por sua conta particular por um Portugal melhor, por este meio, *violento, coersivo, imediato,* que ponha côbro a erros e a desmandos, na infindavel esperança de melhores dias, como o prova a história, duvido dos seus bons resultados nêste país assim, além de que todo o movimento não determinado pelo govêrno é inconstitucional, considerado criminoso e com todos os perigos de ser feito por aventureiros, que não basta revoltarem-se para ficarem sendo os mais competentes.

Os povos, como quaisquer educandos, não se governam apenas pela fôrça. Do mesmo modo que se não improvisam os govêrnos necessários.

O mal é de todos.

E' preciso suprimir as causas, para cessarem os efeitos.

Apela-se para os exemplos da Itália e de Espanha e por último da Grécia, onde o General Pangalos acaba de se proclamar ditador para ver se salva a sua pátria das ruínas em que lá, como cá, a política estreita lançou esse país de tão grandiosas e florescentes tradições.

As condições sociais e militares destas potencias mediterrâneas, são efectivamente muito diferentes de Portugal. Lá existe a pena de morte e lá existe abundantemente, caldeada pelo fogo, a alma guerreira, patriótica, de sacrifício. Lá há caractéres de alto prestigio militar e envergadura moral, provada nos campos de batalha, com sub-chefes que lhes obedecem e se podem fazer obedecer, que por todos

os lados ajudarão a sanear a nação, ainda que essas ditaduras, reflectoras dos povos que não querem afundar-se, venham a ser assassinadas.

Lá, na Espanha e na Itália, as Instituïções não estão recentemente implantadas. Esta circunstância é importantíssima, porque qualquer movimento pode dar lugar a uma «ponte de passagem para a monarquia», de que temos o recente exemplo de Couceiro no Norte (1919) e um importante depoïmento no julgamento dos implicados no «18 de Abril» de 1925.

Ali, entre o exército, a ideia da pátria é a única que une e domina todas as outras. Entre nós faltam-nos essas élites, ou estão arredadas.

Nenhuma revolução militar vingará entre nós sem ser apoiada por qualquer forte partido popular; e o nosso mais forte partido—o chamado democrático, mesmo após a sua recente scisão em moderados e avançados, não prcisa de se lançar nêsse recurso para continuar no gôso do Barrete Frigio, como se vê do seguinte confronto das actuais forças políticas: Democráticos, 90 deputados e senadores; Nacionalistas, 25; Liberais, 11; Independentes, 16; Esquerdistas, 8; Económicos, 5; Monárquicos, 8; Católicos, 6; Socialistas, 2; Radicais, 0.

Por conseqüência, todo o movimento porá em risco esta sua hegemonía. É por isso que em Portugal só téem triunfado as revoluções dêsse partido. Qualquer vitória de fôrças mais conservadôras virá, fatalmente, a ser empalmada ou destruída pelos interesses partidários adversos, ficando as patrióticas intenções de uma grande corrente militar, mais uma vez logradas, divididas e eternamente adiadas. E

como, também, por isso, para não ir contra êsse superior podêr partidário, um Chefe de Estado, dificilmente poderá encerrar um Parlamento que o elege e que não póde sêr encerrado sem consulta ao Conselho Parlamentar, para confiar o Podêr *a um Govêrno transitório de Salvação Nacional, apoiado no Exército,* **não para se refrearem as liberdades públicas, mas para se refrearem sómente as imoralidades públicas,** *que seria a única solução que se nos antoja viável*, a intrincada Situação Portuguêsa (com os seus partidos políticos em desiquilíbrio e em conflicto, precisando de salvarem a sua própria existência partidária antes de tratarem da salvação nacional),—visto que todos querem ser marechais e não simples capitães—continuará a arrastar-se, se não a agravar-se, de nada nos servindo depois um decantado levantamento da nação, sem coesão cívica, sem recursos e sem comando, contra qualquer intervenção estrangeira que, por emquanto, nos ronda ameaçadoramente o domínio colonial, com grave ofensa dos nossos direitos de descobridores e conquistadores e da nossa capacidade de colonisadores.

Nestas circunstâncias políticas, em que o partido Democrático se equilibra, entre os dois extremos—o dos plutocratas, que nos querem salvar com um D. Miguel e dos demagogos, que nos querem salvar com um Lenine—para que a Situação Portuguêsa se modifique sensivelmente, deixando de sêr, na melhor das hipóteses, um contínuo arrastamento de uma decadência, *não consigo descortinar outro elixir, fácil, barato, infalivel, diferente* **de Esfôrço Cí**

vico, por parte de todos os portugueses, *guiados por Cruzadas Práticas particulares, agindo por toda a parte, nas cidades e aldeias, sob a protecção dos govêrnos que para isso lhes devem conceder todos os fóros de Autoridades Patrióticas.*

Nós não padecemos apenas da doença universal actual, resultante:

—1.º das Reivindicações Proletárias;

—2.º da Grande Guerra;

—3.º da Revolução Social Russa; e

—4.º de toda essa Epidemia de Imoralidades e refluxos a que tudo isto nos arrastou. **Mas, sobretudo, padecemos de uma doença muito particularmente nossa, com uma lesão crónica e outra lesão de cura fácil.**

Como um indivíduo tuberculoso, a nação também não gostará que se lhe revele êste diagnóstico, mas a dura verdade é esta.

A lesão crónica vem de longe e a sua etiologia é a nossa história, como no capítulo imediato vamos demonstrar, e filia-se em ancestralidades comuns á Península Ibèrica, pela sua posição geográfica, para fóra do centro da civilisação europeia, pela sua raça mediterrânea, na qual circula muito sangue estranho, pela Inquisição e pela falta de treino no esfôrço, conseguindo viver da pequena aventura.

A lesão passageira vem de perto, de 1834, da instituïção Parlamentar, em que a verborreia, a loquacidade, o obstrucionismo, começaram a substituir as providências imediatas, coincidindo esta crise máxima com a transição da Monarquia para a Rèpública, e consistindo:

1.º—na falta de Instrução;

2.º—na falta de Educação Física; e

3.º—na falta de Caldeação do Caracter.

Os grandes constructores da Rèpública, como Elias Garcia, Latino Coelho, Basílio Teles, Sampaio Bruno, Manuel de Arriaga, Paulo Falcão, José Caldas, Jacinto Nunes, Guerra Junqueiro, Trindade Coelho (Pai) e muitos outros, julgavam que a mudança das instituïções faria o milagre ou resolveria por si só a crise política, que de longe se sentia, e a crise económica e financeira que começou a revelar-se em 1891, com o irrisório ágio de cincoenta reis em libra, estando em 1910, salvo êrro, estabilizado em menos de mil reis, mas, afinal, em breve chegou a sua desilusão, pressentida pelo ilustre democrata Rodrigues de Freitas, ao dizer em 1881: «*Não sei o que sucederá ao nosso país. Não prevejo quais as reformas de costumes, de pensar e de govêrno que se realisarão no futuro. O mal é o regime (monárquico). Se a experiência de nada servir, os portugueses terão provado a sua incapacidade.*»

Há mais de quinze anos que se mudaram as côres da bandeira por outras de maior vibração e esperança, não há a menor dúvida; há mais de quinze anos que se vem lançando muita semente à terra; porém, volvido todo êste lapso de tempo, reconhece-se que esta santa terra de Portugal continua sáfara ou indiferente a umas instituïções superiores, mais conformes com a razão ou com a dignidade humana, em

que a Democracia substitue êsse odioso direito de casta ou do previlégio, que hoje pertence indistintamente a todo o que fôr eleito.

A mudança das Instituições não podia bastar a tornar felízes os cidadãos que não se esforçam por isso, fortalecendo a Rèpública ou a Pátria.

A mentalidade portuguesa, em geral, continúa a mesma, cerrada a todos os rasgos emancipadores, a todo o espírito de progresso material e moral, exigindo que o govêrno faça tudo.

Na impossibilidade de Portugal voltar a possuir «um homem — símbolo, tradícionalmente herdeiro do Poder» que, evidentemente, agora menos nos poderia trazer êsse bem-estar ambicionado, êsse prodígio, **a atitude a tomar pelos senhores demasiadamente tradicionalistas, deve ser a de ajudarem a Rèpública, como quem ajuda a Pátria, a vencer e a triunfar daqueles defeitos nacionais, os quais, está provado, não são dos republicanos genuínos, nem mesmo dos inevitaveis pseudo-republicanos, mas sim dos portugueses, de nada servindo, a não ser para agravar os nossos males, a hipótese, o sonho, de se pretender regressar atrás.**

Em Portugal, jámais é possivel a fixação da Monarquia, que sucumbiu como sucubem todas as coisas da história, nem aquela dispõe de príncipes que queiram correr perigos certos por uma corôa tão incerta. Qualquer tentativa séria para êsse fim, só traria a Anarquia, que é mais alguma coisa peor do que a guerra civil.

Hoje, depois das experiências da França e

da propagação das ideias democraticas, já não há regressos às Realezas.

A lenta evolução social jámais é possível detê-la e muito menos puxá-la para a rectaguarda, como já disse.

A falange conservadora faliu como o provaram as derradeiras eleições.

E' certo que, vindo da mesma terra do Alcaide, agitando a mesma bandeira «liberal» do malogrado Sr. João Franco, temperamento, ditatorial e impulsivo, tendo por divisa «Para a frente é o caminho» *nos surge agora, como um novo profeta ou arrastador de crentes, o Sr. Capitão Cunha Leal.*

Este facto, porém, a-pesar do valor desta figura parlamentar, seduzindo pela liberdade e pelo apêlo à fé dos nossos antepassados, pouco poderá mudar a face geral aos acontecimentos. Oriundo dos Nacionalistas, destacou-se mais para as direitas como o sr. Dr. José Domingues dos Santos se destacou mais para as esquerdas. Nem por isso o bloco Democrático deixará de continuar a pompear entre uns e outros, sempre pronto a fazer caír o seu pêso em defêsa do hodierno e sagrado princípio da Democracia.

As hipotéticas intervenções do exército, compostas de elementos partidários hecterogéneos, do mesmo modo continuarão a não poder fazer obra alguma constructiva.

Diz também Botelho Moniz, em «O 18 de Abril»: «Para modificar um povo sòmente a educação pode valer. Não é com decretos que êle se transforma. E' criando-lhe um estado intelectual favorável. Todos os regimes são bons, desde que os governantes o sejam. Se

actualmente existisse em Portugal a monarquia eu seria monárquico. E estando a rèpública, sou republicano. Porque? Por conveniência própria ou desejo de obter favores? Não. Sou assim, porque entendo não alterar os regimes para melhorar a sorte do país, visto que os homens continuam sempre os mesmos. O que há a fazer dentro de cada regime é procurar moralizar os costumes.»

Indiscutìvelmente, pior que qualquer regime é transitar de regime. ¿Será alguém capaz de demonstrar que um mau monárquico não é igual a um mau répúblicano, e que ambos, dentro do seu regime, não são peores patriótas?

Fora disto, diz Lloid George: «Há poucos anos ainda, três quartos da raça humana eram governados por regime monárquico. Actualmente mais de mil milhões de sêres, isto é dois terços da população do glôbo vivem sob a rèpública. Antes da guerra havia três repúblicas na Europa. Dez anos depois havia mais sete».

A Rússia, a China, a Turquia, a Alemanha, são a maior prova dêste fenomenal reviramento.

Nestas condições, em que o mal não é nem deixa de ser, de carbonários nem de talassas, de aristocratas nem de plebeus, de burgueses nem de camponeses, de magistrados nem de clérigos, de oficiais nem de soldados, de dirigentes nem de dirigidos, de todos nem de ninguém, mas do *substrátum* (que precisa de ser refundido no cadinho do esfôrço, do sacrifício, do heroísmo ou do sofrimento comum), *a acção de cada Govêrno, seja êle compôsto por*

quem fôr, não passará de paliativos de momento, enquanto não puder livremente inscrever na cabeça do rol dos seus projectos a preparação imediata de portugueses melhores, de gerações mais cultas, mais robustas e de carácter, por meio **da Educação Intelectual,**

da Educação Física

e da Educação Moral para a defesa da Pátria.

Observando-se o presente e analisando-se o passado, não podemos fugir ao reconhecimento desta verdade flagrante, de que *a causa de todos os nossos incómodos, internos e externos, deriva desta decadência moral da nossa falta de sentimento da Arte e do Heroísmo* (o que, conjuntamente com a língua de Camões, constituem a trindade augusta e única que caracteriza e imortaliza um Povo) ou, emfim, da falta de tudo que se pode reduzir à fórmula **«Esfôrço e Disciplina»** por parte de todos, como atrás diz um notável estadista.

A Inglaterra tem também atravessado uma gráve crise económica, que lhe tem abatido a sua prosperidade. Por efeito da redução das horas de trabalho, o carvão e as indústrias não téem podido competir com os preços alemães e daí o aumento da importação ou a diminuïção da exportação. Logo que tal se notou, ainda há pouco, Baldwin, primeiro ministro do Império, não teve pejo de proclamar em pleno parlamento, que o único meio de salvação estava no povo. **«Numa democracia, se o povo se não salva, o Estado é impotente para o salvar».**

Eis como o magnífico orgulho, o elevado patriotismo e o excelso heroísmo britânico

triunfante durante a Grande Guerra são postos em risco de sossobrarem por êste novo absurdo de quererem ganhar pouco e gosarem muito, não admitindo o meio termo.

Portugal, como qualquer dono de casa, tem, em resumo, apenas dois problemas diante de si, causa de todos os outros: um de ordem Económica ou interno e outro de ordem Moral ou externo.

Para viver e resistir fìsicamente, precisa de trabalhar e de intensificar a sua produção, designadamente a Agrícola.

Para existir como valor moral no mundo, precisa igualmente de cultivar a virtude, a honra, e o ideal da defesa e da grandeza da Pátria.

E' preciso sairmos da inacção e lançarmos o povo, os organismos, não no caminho da política, que já temos de sobra, e da intolerância, mas no caminho da luta serena, desapaixonada, pela existência, na actividade, no trabalho, na escola, na oficina, no campo, na caserna e sobretudo no caminho do dever, do dever maior — a Guerra Defensiva — inevitável, fatal, para a qual nos devemos unir e preparar, porque, por maiores *que sejam as nossas questiúnculas intestinas e as nossas vicissitudes, só se desonram e decáem os povos que não sabem lutar e só não vivem os povos que não sabem morrer!*

Parece parodoxal, mas esta é a eterna verdade da Biologia e da História.

II

A Etiologia da Situação

> **Portugal foi grande, mas pode e deve ser, pelo menos moralmente, maior.**

Como ficou exposto a páginas 65 do capítulo anterior, *nós não padecemos apenas da doença universal actual, resultante da Democratização da Humanidade, de que a Grande Guerra não deixou de ser um dos seus mais formidáveis Agentes Providenciais.*

Sobretudo, padecemos de uma crise essencialmente portuguêsa, que data concrètamente de Alcácer-Quebir, mas que lògicamente deve datar de D. Manuel I, isto é do nosso fastígio, *curável sòmente por uma intensa decisão para o esfôrço, ou para o sacrifício colectivo,* não se devendo portanto atribuir o princípio desta nossa decadência à simples sorte das armas que ali nos abandonou.

Com efeito, mesmo que ficássemos vitoriosos, êste declínio seria fatal, não só por o nosso

Império passar a ser cada vez mais desproporcional com os nossos recursos de dinheiro e de soldados (numa população então de dois milhões e meio) mas sobretudo porque *o micróbio castelhano,* que no tempo de D. Fernando I nos havia pôsto a independência em perigo, nos vinha minando o corpo e a alma nacional, que só a guerra da Restauração completamente depurou e vivificou. «*Na decadência de um povo ou de uma raça, nunca há uma causa única*» para que o motivo pudesse ser apenas Alcácer.

No delírio das descobertas e do esplendor das riquezas olvidamos todo o moral construtivo dos reinados anteriores, vigorizador do carácter, e todo o esfôrço másculo de uma luta constante e necessária pela nossa existência e pela independência absoluta.

«A' India! A' India! Passou a ser o clamor de todos, mas já não era o sonho alto e lindo dos grandes homens do Infante de Sagres e dos seus continuadores que depois ali os levava: era o olvido da Pátria, o interêsse materialista e grosseiro, sem um vislumbre de nobre ideal.» Eram o tráfico, as especiarias, as pérolas, os diamantes e o tripúdio que ali os atraía, procurando conquistar riqueza e glória por todos os meios, ainda que à custa da extorsão, da intriga e da calúnia. O desenvolvimento económico e militar da nação esquecera. Os campos foram abandonados, o comércio interno olvidado e a indústria nacional desprezada.

Até D. João III ainda se foi curando das coisas terrenas e por conseqüência da nossa

preparação económica e militar, mas depois, até D. João V, que comprou o título de Fidelíssimo, tanto com os seus dobrões como com a sua fé, não se tratou na metrópole senão da conquista do Reino do Céu, sacrificando-se a todo êsse ambiente egoísta, tímido e fanático, todas as energias nacionais, todos os progressos e todas as liberdades. Que o meu Ego se salve e não importa que tudo o mais se pérca. Esta é ainda, no fundo, a divisa da nossa baixa política e de todos êsses videiros que por aí circulam, pensando só em si e não arriscando sequer um só passo ou uma só palavra em benefício da Pátria.

*

* *

Quando pouco depois D. Sebastião, o maior cavaleiro medieval, herdeiro dêsse sumptuoso título de Rei de Portugal e dos Algarves, dàquém e dàlém-mar em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia, da India e do Brasil, por obediência à sua egrégia visão de um Portugal maior, sem embargo de pensar ao mesmo tempo em dilatar o domínio da Cristandade sôbre o domínio Mussulmano (que ainda até hoje a Espanha e a França não foram capazes de alcançar), se fez de véla para essas terras crestadas da moirama, a hoste portuguêsa ia tão despreparada para a peleja que o campo de batalha ficou juncado de rozarios, de cruzes e de guitarras . . .

Tratando-se de uma cruzada puramente

religiosa, natural era que êsses rebanhos humanos, que aí foram arrastados, após um recrutamento forçado e de uma instrução sumária, recorresssem à misericórdia divina para lhes dar o ânimo e as fôrças que lhes minguavam; mas, a nossa falta de preparação guerreira, material e moral para tal fim, é desde então evidente em Portugal.

Por causa dêsse dito germe castelhano, por causa do espírito de aventura, da ambição de glórias e de fortuna, que assim abastardaram o brio da grei, e sobretudo por causa da intolerância de D. Manuel I, que expulsou os judeus e êsses moiros, que levaram consigo uma bôa parte de quanto entre nós havia de preciôso, a corrupção, a intriga e a decadência para nós vieram desde então instalar-se, de modo que, quando D. Henrique I cerrou as suas pálpebras, já esta Pátria de Camões estava vendida à Espanha pelos nossos Judas.

O escol dos guerreiros famosos, formados em Marrocos e sobretudo na India, onde avassalara tantos rajás, não conseguira suster o grande desvairamento, que só a outros homens se deve, não sendo aquelas figuras bélicas, sãs e austéras — os maiores patriótas de todos os tempos e de todas as pátrias — que desviaram o país da órbita de um gloriôso Destino, mas sim êsses maus políticos, egoístas e os traidores, que por cá andavam a sôldo de Castela. Estes, que nos sepultaram em Alcácer, foram os mesmos que nos abriram a passagem de Alcantara aos exércitos do Duque de Alba, sendo oportuno esclarecer-se — como diz Homem

Cristo — que não foram ainda *os jesuitas*, tão mal julgados pelos nossos escritôres liberais, pelo menos tanto como se tem dito, a causa da nossa decadência, porque esta já tinha começado antes de D. João III introduzir em Portugal a Companhia de Jesus e o Tribunal da Inquisição.

Declara-o um insuspeito, o alemão protestante Bochmer, professor da Universidade de Bonn, a pág. 86 da sua obra «Les Jesuites» (tradução francesa do livre pensador Gabriel Monod), nos seguintes termos: «Seria injustiça atribuir aos padres a ruína de Portugal pois, quando êles lá se estabeleceram, já a decadência tinha começado. Uma política colonial em desproporção com as fôrças do país dizimava a população e foi ela que trouxe a ruína total. Mesmo que os padres o quizessem seriam impotentes contra a derrocada».

S. Francisco Xavier e Simão Rodrigues de Azevedo foram os primeiros jesuítas que, chamados por D. João III, para nós vieram. Ora mais de trinta anos antes, em 1508, escrevia D. Francisco de Almeida, o célebre vice-rei da India, aquela carta memorável a D. Manuel, descrevendo-lhe o formidável banditismo que por lá ia, sendo por isso que o glorioso Duarte Pacheco, chegou a Lisboa com ferros aos pés, caluniado de ladrão por aquêles a quem não deixou defraudar a Fazenda; sendo por isso que Afonso de Albuquerque foi vítima da mesma ingratidão negra, vendo premiados todos os bandidos que contra êle se haviam revoltado, procurando primeiro impedir e depois destruir a sua obra; e sendo por isso mesmo

que, entre outros, Nuno da Cunha, honrado governador da India, preferiu ser sepultado no oceano a não ser maculado pelos olhos dos seus infamadores.

O senão dos jesuitas foi apenas uma causa secundária, como o senão de qualquer outra boa classe ou instituïção. Os homens não são anjos, nem tal se exige. Basta que procurem ser honestos. E tanto que a Alemanha, a França, a Belgica, a Holanda e os Estados Unidos têve-os, e tem-os, e nem por isso deixaram de caminhar na vanguarda da civilisação.

A causa da nossa decadência devemos, por isso, atribui-la quási exclusivamente a esta política egoísta, interesseira, rasteira, de infidelidade ou de corrupção, exercida desde séculos igualmente por *portugueses e hespanhois* nos seus afastados domínios, do que resulta serem as suas colonias as de menos receita e desenvolvimento, não porque a raça peninsular sôfra de cleptomania, mas porque os seus funcionários não são seleccionados e bem pagos como os das restantes nações coloniais, junto à política do comodismo, do pacifismo e do desleixo *que a Aliança nos vem desde séculos permitindo,* pois nem nós nos esforçamos devidamente, fiados no auxilio que nos prestará a Inglaterra, nem esta nos eleva até ao nivel das suas glórias militares, ou até à meta dos seus triunfos diplomáticos, porque ela não póde deixar de entrar para as suas contas com os poucos soldados, o pouco material e o pouco moral que entre nós vem sempre encontrar.

*
* *

A corrupção, o defectismo ou o pacifismo que abraçaram os romanos, logo que os seus triunfos os inundaram de fasto e de orgía, foi a causa da queda do seu imenso Império, invadido pelos Bárbaros. As raças do Norte desde então que não largaram o seu sceptro de mais honestas, de mais guerreiras e de mais fortes.

Admitindo que pelas fatalidades da História tinhamos de caír como os romanos (dos quais assimilamos mais defeitos do que virtudes), desde que atingimos o zenite do deslumbramento, primeiro aos pés do herdeiro do grande imperador Carlos V e depois aos pés do grande imperador Napoleão I, para o que já não encontro justificação é que, conhecidas as causas, porque fomos vergonhosamente dominados pelos espanhois e pelos francêses *sem resistência*—exclusivamente por falta de um exército, pequeno que fosse, mas que se achasse suficientemente preparado—hoje continuemos na mesma proporção á mercê de quaisquer outros bárbaros que sôbre nós queiram estender as suas ambições, *oferecendo nós ao mundo êste espectaculo de uma nação reincidente, sempre com o seu exército menos bem organisado, insuficientemente armado e moralmente despreparado, como vou expôr e provar de relance, através da história,* **não com o fim de fazer política, porque a detesto, no meu orgulho de emancipado e de neutro, mas sòmente movido pelo mais puro e sagrado amor da Pátria, que amo acima de todos os partidos,** e

pela mais acrisolada dedicação às instituïções militares, que eu ambiciono ver à altura da sua missão, por os meus vinte anos de oficial, sendo dez de capitão, estarem absolutamente compenetrados de que *a situação mórbida, que se atrevessa, jámais existiria se entre nós houvesse o indispensável culto pelo Exército, que sempre foi, e ainda hoje é, a nossa maior Escola da Disciplina Social, do Esfôrço, do Sacrificio e do Nacionalismo.*

*

* *

O General Latino Coelho, o grande democrata e académico insigne, diz que *a História não deve deixar-se nunca dominar e absorver pelo mal entendido empenho de exalçar, quando o não merecem, as virtudes nacionais* e doirar com os reflexos fugitivos de uma glória falaz e insubsistente os desastres manifestos; que lhe basta que, ao deplorar os êrros, se não esqueça jàmais do que exige o bem da Pátria e tire dêles o proveito de recomendar para o futuro a sua emenda e correcção; que só nêste aspecto salutar pode merecer o nome de Mestra da Vida, e como subsídio experimental e prático, para elucidar os povos e os governos na maneira porque lhes cumpre dirigir a sua carreira.

E', por conseqüência, sòmente sôb êste aspecto, que, aos que ignoram ou esquecem a triste realidade dos nossos assuntos militares, vou dar conhecimento das nossas grandes virtudes e dos nossos não inferiores defeitos, para

a nação ou o povo optar pelo caminho daquelas e deixar o dêstes.

«Foram sempre os nossos nacionais optimos na guerra, pelo ânimo, pelo valor e pela audácia, mas um senão hereditário, vem de certa maneira contrapesar os nativos e preciosos atributos deste seu temperamento. A viveza irrequieta dos povos meridionais *não se submete fàcilmente ao jugo da disciplina, sem o qual os exércitos mais bem constituídos são sempre hordas»*.

«Os fastos guerreiros das nossas conquistas e dominações nas terras do ultramar, testificam sobradamente este vício ingénito da nossa idiosincrasia nacional», de modo que andando as nossas leis desobservadas pelo extremo limite da decadência e da corrupção, que a nação ía atingindo, quando o temerário D. Sebastião passou à África, para sepultar nas areias de Alcácer-Quebir as relíquias derradeiras da glória portuguêsa, mal pôde congregar de gente onze mil homens, que teve de reforçar com mais sete mil de aventureiros espanhois, italianos e tudescos.

Por tudo isto, a partir dêste terrivel desastre até ao prodigioso renascimento dos brios portugueses, no grande movimento da Restauração, abre-se um parêntesis lastimoso na nossa história».

E, contudo, homens ou soldados tinhamo-los e dos melhores, que difundiram o terrôr até aos povos do Extremo-Oriente ou que os espanhois levavam para as suas guerras da Flandres, sob o comando de fidalgos nossos.

*

* *

Ludovic Naudeau, notável autôr de *Le Japon Moderne* [1], tratando da extraordinária bravura nipónica, que considera a primeira do mundo, a páginas 53, diz que, a-pesar de isso, no combate naval de Nagasaki, de 6 a 9 de janeiro de 1542, os portugueses se mostraram bem superiores a êles. E quando por fim o capitão Pessôa, esmagado pelo número, fez saltar a «Madre de Deus» em lugar de se render, deu-lhes um exemplo de heroísmo que ninguêm póde exceder.

D. Francisco Manuel de Mélo, capitão e insigne escritôr, que militou na Flandres e na Catalunha, chegou a dizer que os nossos homens eram como os pomos pérsicos, que melhoravam em sabôr quando transplantados a terras alheias *porque era, como vêmos, a disciplina espanhola ou o estímulo da concorrência que os valorisava*. Por sua vez o Cardeal Alberto, Arqui-duque de Austria, que durante cinco anos foi vice-rei de Portugal, recomendou a seu cunhado Filipe IV, rei de Espanha para que conservasse nos Paizes Baixos um «terço» [1] de portugueses, não só para garantia da defêsa dêsses Estados, como para glória do reino.

Com efeito, uma unidade nossa que para ali fora, nos soubera honrar, sôb o comando de

---

(1) *Livraria Flamarion, Rue Racine, 26, Paris—8.º Milhar—1911.*

(2) Troço de tropas então equivalente ao actual regimento.

D. João Telo de Menezes e, depois do falecimento dêste, sôb o de Diogo Luís de Oliveira, que seus méritos elevaram ao pôsto de Mestre de Campo e aos altos cargos de Conselheiro de Guerra e de Capitão General dos Exércitos Espanhois.

Outros fidalgos portugueses, uns já com o seu coração vendido à Espanha, como D. Francisco de Melo (Conde de Assumar), outros com êle ao serviço das suas ambições de nobreza, como D. Francisco de Mascarenhas, que serviu na Flandres e na Alemanha, onde foi gentil-homem do imperador, e D. João de Mascarenhas, 3.º Conde de Sabugal, capitão de cavalos-couraças, que se distinguiu em Arras, no Aire e em La Bassée, do mesmo modo por lá honraram a estirpe dos antepassados. Um dêsses maiores, D. Fernando de Portugal (filho do nosso D. Sancho I) que foi conde de Flandres (1188-1233) pelo seu casamento com a Condessa Joana, chegou mesmo a ter grande papel nas agitações europeias da primeira metade do século XIII, mostrando-se designadamente na batalha de Bouvines, em que Felipe Augusto de França venceu o imperador alemão Othão IV e seus aliados ingleses, de que estôfo era a valentia portuguêsa, consagrando-lhe tanto o historiador Le Glay (V. pág. 37 do Livro da Guerra) como o orleanês Guiart, no seu «Ramo das Reais Linhagens» palavras de excepcional admiração.

E depois de isso, Carlos «o Temerário» (1433-1477), último duque de Borgonha, morto em combate junto de Nancy, tão orgulhoso era da sua altiva ascendência anglo-portuguêsa que

um dia respondeu a certos flamengos seus súbditos, que se não mostravam prontos a entregar-lhe os tribútos de que carecia para a guerra: «— Nós, os portugueses, temos por costume se os que julgamos amigos se mostram amigos dos nossos inimigos, nós os enviamos para os cem mil diabos do inferno! (Nous autres portugais nous avons pour coutume que si ceux que nous croyons amis se font amis de nos ennemis, nous les envoyons aux cent mille diables de l'enfer! (1) ».

*

* *

A-pesar-de todas estas tradições de valôr e rigidez, aclamado D. João IV e em plena guerra da Restauração era preciso que os estrangeiros nos orientassem nas mais comezinhas questões de defesa, assim como os jesuitas, que moravam no colégio de Santo Antão, eram convidados a dar a opinião sôbre as novas obras de fortificação.

Nada há mais perigoso — comenta Latino Coelho — do que penderem da sciência alheia os destinos militares de uma nação. E era tal a falta de espírito nacional e marcial de então, que os contingentes para reforçarem o exército de operações a muito custo se conseguiam. A-pesar das leis sevéras da ocasião, que os cominavam na pêna de arcabuzamento ou de estropeamento (mutilação), em 1643, o número

---

(1) V. «D. Sebastião», por Antéro de Figueirêdo.

dos nossos desertores ascendia a mais de três mil!

Em 1668, feita a paz com a Espanha, que nos ficou com Ceuta, tudo volta a decair. D. Pedro II, a quem a historia cognominou de *Pacifico,* e que por isto parece se deveria ter consagrado ao ressurgimento nacional, ao fomento e à reorganisação da fôrça pública, abandonando tudo, e deixando perder algumas das nossas joias coloniais, cáe de novo sem justificação numa guerra com a Espanha. Sob o reinado dêste soberano, que se deixa envolver em más relações amorosas, a decadência moral e material da nação faz lamentáveis progressos.

Com o Marquês das Minas à sua frente, o nosso exército, auxiliado pelos partidos espanhóis, consegue fazer a sua entrada triunfal em Madrid (1706), mas é derrotado em Almanza (1708), embora vindo a defender-se com denodo em Campo Maior (1712), reinando já D. João V.

Com mais êste *pacifico* e magnífico monarca e com a paz de Utrech — diz ainda, textualmente, Latino Coelho (1) — «veio porém a época de mais funda e duradoira decadência para a nação. Estendeu-se a mais lastimosa degeneração a todas as fibras de um povo que fôra grande, animoso, conquistador. A primeira metade do século XVIII, quási toda assinalada pela vaidosa devoção e pelo indolente epicurismo do faustoso monarca sensual, é o tempo

---

(1) Introdução ao Memorial Bibliográfico do General Claudino Pimentel (1884).

da maior degradação para o espírito e para o ânimo português.

«Desfalecem as musas nacionais até à última abjecção do gongorismo. Continua crescente a corrupção das sciências, que ficam sendo apenas para o inglório Portugal a ignorância ataviada com as fórmulas da escolástica estéril e verbosa. Toca o ápice das suas arrogâncias a monarquia absoluta na sua forma de mais deletéria e criminosa autocracia.

«Domina a Inquisição, multiplicando as suas fogueiras, que lhe acende submisso e complacente o braço secular. Governam os jesuítas, dirigindo a seu talante o débil alvedrio do rei galanteador.

«Decai o exército e com êle o último vestígio do brio e dignidade militar, convertida a fôrça pública numa horda mal armada, indigente, oprobiosa, sem disciplina e sem valor. Erige-se Mafra e ao mesmo tempo deprime-se a nação.

«Depois, para se aliviarem os tributos e o Erário, reduzem-se as tropas, sendo implacavelmente reformados com meio sôldo os oficiais excedentes dos quadros, ao passo que alguns altos cargos militares chegam a ser confiados ao clero. O bispo do Pôrto, D. Tomás de Almeida, é encarregado do govêrno das armas da cidade e seu distrito, por decreto de 22 de outubro de 1709.

«Quando o exército chega à maior decadência e surge um novo conflito com a Espanha reconhecem-se então os erros cometidos. Os arquivos nacionais e as relações dos viajantes estrangeiros constatam o estado lastimável do

nosso exército, quer sob o ponto de vista de organização, quer de moral e material. O pôsto de general é dado só aos fidalgos, muitos dos quais não sabiam ler e se preocupavam apenas com a ostentação do uniforme mais rico e vistoso. Os soldados imploravam esmola no pôsto de sentinela.

Eis o quadro a que conduziram a nação êstes reis *pacíficos*.

«Foi preciso que a Providência arrazasse Lisboa pela mão de um terrível abalo sísmico e que reinando já D. José I êste se entregasse inteiramente ao seu ministro da guerra, o futuro Marquês de Pombal, para, pela falta de polícia para acudir à segurança da capital, êste visse a que deplorável situação tinha chegado a fôrça armada. O ministro convoca então imediatamente os oficiais licenciados que andavam distraídos com os seus negócios, reorganizando as tropas e com elas começa a fazer frente à insurreição do Pôrto, à felonia dos Távoras e à protervia dos jesuítas. E' um ditador a lutar contra milhares de antagonistas.

«E assim como o terramoto de 1755 foi uma feliz calamidade, porque sem ela a velha e sórdida Lisboa teria continuado por anos indefinidos a enroscar-se nas suas mil quelhas tortuosas e insalubres, e a insultar diariamente com a sua esqualida aparência a ridente formosura do seu Tejo, *assim também a guerra de 1762 foi em sucesso providencial, porque veio despertar da sua diuturna sonolencia o exército português.*»

Rôtas as hostilidades com a nossa tradicional inimiga, nas circunstâncias expostas do

nosso exército, com as tropas sem comando, os soldados sem educação guerreira nem austera disciplina, sem armamento, nem munições suficientes, que fazer? Estender a mão suplicante ao auxílio da Gran Bretanha e aguardar que esta nos defendesse! Mandou-nos então esta o general Conde de Shaumburg-Lippe, dez mil homens e muitos oficiais para a organisação das nossas tropas.

Não foram brilhantes e imortais as glorias adquiridas pelo nosso exército nesta campanha mas foram bastantes a atestar que «*Portugal e por índole e tradição um povo guerreiro e que os seus revezes militares só téem por causa a desídia e negligência dos governos.*»

A paz, que é o fecundo ambiente da riqueza e da cultura, tem contudo o senão de amortecer a energia nacional. A guerra levanta e enaltece o espirito das nações, durante largos anos reclinadas no seio carinhoso dessa paz. Esta campanha, de abril a setembro de 1762, foi o suficiente para dar o rebate às vocações bélicas do país e arrancar de novo o exército à lenta consumpção, em que fôra obscuramente definhado, graças também ao rigor da disciplina prussiana adoptada pelo Conde de Lippe, que introduziu pela primeira vez entre nós as pranchadas e largamente aplicou a pêna de morte.

Mas êste general, alemão, a certa altura tem de ausentar-se. Rápido decáem novamente as nossas instituïções militares. Os antigos abusos renascem com grande intensidade. Afrouxa de novo a disciplina. As leis deixam de cumprir-se. Os soldados passam de um salto a

capitães e êstes de outro a coroneis. As praças coagidas pela miséria incorrem necessáriamente nas mais graves infracções da bôa ordem.

O major inglês Dalrymple, que viajava entre nós em 1774, escreve não ter visto nunca em parte alguma tropas semelhantes às portuguêsas, pela triste condição em que as deixavam miserávelmente definhar. (1)

Nos primeiros anos do reinado de D. Maria I (1777-1816) não descontinuou a degradação, a que pelo desleixo e esquecimento dos govêrnos estavam condenadas as tropas de Portugal. As primeiras providências militares com que a piedosa raínha procura acudir à triste condição do seu exército, denunciam desde logo a feição proeminente da nova administração. A poucos dias de coroada, a soberana ordena que as tropas rezem o terço, pouco se importando com a sua instrução militar.

Só em 1782 o duque de Lafões, fundador da Academia Real das Sciências e marechal de larguíssima ilustração adquirida pela Europa, especialmente na Alemanha, cujo imperador reconheceu nêle talentos e valentia, foi chamado para governar as armas da Côrte e da Extremadura, criando-se então, em 1790, o campo de manobras da Ajuda e da Porcalhota, aquêle sob o comando do tenente general Valeré e êste sob o do marechal de campo Conde de Oeyenhausen. contra a Revolução Francesa e resolve enviar a expedição de 1793 ao Russilhão.

Entretanto, Portugal alia-se com a Espanha.

---

(1) Latino Coelho.—História cit., pág. 85.

Era tal o fraco espirito militar da nossa «Divisão Auxiliar» que para o embarque se tomaram todas as precauções, a fim dos soldados não desertarem. E para esta simples expedição de cinco mil homens foi preciso aproveitar uma porção de oficiais julgados incapazes e de alferes e tenentes com mais de cincoenta anos de idade. Muitas das praças, com mais de quarenta anos de serviço não podiam marchar e muito menos combater!

A-pesar da parte gloriosa da nossa Intervenção, o exército luso-espanhol foi obrigado a bater em retirada e a abandonar o solo da França.

E depois, vá de infamar, de procurar responsáveis, pretendendo-se denegrir os menos aduladores com o fito de se lhe subtraír a autoridade ou capacidade que teriam para desmascarar todo o arranjo. Freire de Andrade sofreu então imenso pelo seu espirito altivo e irrequieto. Caluniado por Claviére àcêrca do Russilhão, teve de tornar público quanto lhe era doloroso, depois de ter feito oito campanhas e de assistir a mais de trinta acções, vêr-se obrigado a demonstrar que nunca tivéra mêdo, nem deixára de manter em bôa ordem as suas tropas. (1)

Após vergonhosos desastres egualmente

---

(1) «Gloriae et virtutis invidia est comes». A inveja persegue sempre a glória e a virtude—ainda mesmo por parte de quem menos precisaria de ser invejôso. Creio que Gomes Freire tivesse senões, mas nunca o de poltrão.

A propósito direi que as insofrídas paixões de alguns homens cegam-nos, não se acautelando dêsse aforismo

sucedidos com navios nossos que se reüniram aos ingleses, a Espanha abandonou a nossa aliança e fez uma outra com a Rèpública Francêsa contra nós, tudo isto devido à nossa política dúbia ou sem caracter, como sucede com quem não possúe exército.

Foi então enviado ao Alentejo o Duque de Lafões, que ali mandou levantar a carta da fronteira e reparar algumas praças de guerra.

Por aquele motivo, em 1797, a Inglaterra acóde-nos com uma armada e seis mil homens, que passaram a guarnecer as fortalezas de S. Julião, Bugio e Cascais. Como víssemos que êste auxílio não era suficiente, solicitamos a paz, mas como faltássemos a assinar o tratado, o nosso ministro em Paris foi encerrado na prisão do Templo!

Em 1799, voltando de novo os receios de guerra, o principe regente (depois D. João VI) convidou então o Marquês de Alorna, marechal de campo, a apresentar o seu plano de reorganização que compreendia três divisões a 33:000 homens, para cada uma operar independentemente, com uma reserva de 3:500 homens e um parque de 32 bôcas de fogo. Este exército de mais de cem mil homens foi porém mobilizado apenas no papel.

---

cínico, verdadeira armadilha «Calomniez, il en reste toujours quelque chose», atrbiuída ao auctor do «Barbeiro de Sevilha», visto que tantas das vezes é menos o que fica contra o caluniado do que contra o seu difamador — o criminoso moral mais ascorôso da sociedade e que a moral e a história devem zurzir sem piedade. — Vidé pág. 367 do Livro III da História, cit., de Latino Coelho.

Portugal, ao mesmo tempo que tanto deseja a sua tranqüilidade manda, contra a França a esquadra do Marquês de Niza, que cruzou em Malta. Por êste motivo, esta potência, aliada com a Espanha, declara-nos a guerra, invadindo-nos esta novamente, em 1801, com o fim de nos riscarem da carta da Europa.

O nosso exército completamente incapaz de nos defender retira então de desastre em desastre, a partir de Monte Rey, até que se fez a paz, humilhante para nós, ficando-nos a Espanha com uma pesada indemnização e com Olivença.

De outro caluniamento se lança então mão, do mesmo modo contra uma das mais valorosas figuras dêsse tempo—o coronel Pamplona, companheiro de Gomes Freire na guerra dos russos contra os turcos—por não ter evitado a fuga dos soldados! A história repete-se constantemente [1].

A certa altura, o Duque de Lafões foi mandado entregar o comando do nosso exército ao Conde de Goltz, para o reorganizar, mas êste encontrou tais dificuldades que se retirou, desistindo de se desempenhar da sua missão.

Persistindo nós, é claro, na nossa aliança com a Inglaterra, cuja política só tinha o defeito, da nossa parte, de não ser abertamente pela nossa aliada, como aqueles que procuram andar ao mesmo tempo a bem com Deus e com o diabo, Napoleão, que era então o árbitro dos

---

(1) V. «Subsídios para a História Militar de Portugal», por Fernando Maia.

destinos da Europa, resolve repartir Portugal pela França, pela Espanha e pela Etrúria, destituindo a dinastia das Bragança e mandando invadir-nos pelos granadeiros de Junot.

Não é nosso intuito distrair-nos com qualquer descrição das operações que se seguiram —e que o leitor pode ter o prazer espiritual de ver magistralmente descritas pelo nosso lídimo historiador e diamantino carácter, Vitoriano José César, ilustre coronel do estado maior, nas suas obras «Estudos de História Militar» e «As Invasões Francesas em Portugal»—porque sòmente é nosso fim frizarmos que o nosso país desceu por esta época a tal abjecção, que, ao mesmo tempo que D. João VI, por determinação do Estado e conselho da Inglaterra, se retirava, subtraindo-se ao aprisionamento ou às imposições dos franceses, recomendava que deixássemos entrar êstes, como de facto entraram, sem sequer haver um tiro de protesto, tomando desde logo Junot conta de Porgal, auxiliado pelos espanhóis sem que aqui houvesse um levantamento capaz de reproduzir êsses heroísmos das guerrilhas de que foram admirável tipo o «somatén» da Catalunha, em razão do que a Inglaterra se animou a vir expulsar os franceses da Península, tomando por base o nosso país. Não obstou isto que Junot dissolvesse o nosso exército, recrutando nêle uma Legião que o seu Imperador, sob a sua bandeira, através da Baviéra e da Austria, levou até às batalhas de Wagram, de Smolensk e de Moscóvia ou de Berodino, onde muitos oficiais e soldados nossos caem com a maior bravura, mas cujo sacrifício

nos teria sido mais honroso e proveitoso a repelir Junot.

Não sabemos de verberação para semelhante aviltamento, a que descemos de degrau em degrau, por causa da nossa tradicional incapacidade para a diplomacia, para a administração pública e para a guerra, ou seja, numa palavra, por falta de caracter, o qual, parece que só o tinha Claudio de Campos, juiz do povo: «Quando todos, clero, nobreza e povo, possuidos da maior covardia moral concordavam entregar-se o trono de Portugal a um estrangeiro, um único homem se levanta e diz: — Não! O trono não deve ser dado a Junot, porque ainda está vivo o Príncipe Regente D. João!». [1]

Tem-se lançado as responsabilidades sôbre êsse monárca que, a meu ver, só é culpado, se isso é culpa, da sua infelicidade de ser o chefe de um Estado e o símbolo de um povo assim.

Segue-se a vergonhosissima convenção de de Sintra, para os francêses evacuarem o país, sendo ainda necessário para isto, é claro, virem os ingleses discutir por nós, tal o estado de vassalagem, de inércia e de impotência que nos atribuiam!

A oportunidade era excelente para tratarem da nossa preparação militar perante o perigo

---

(1) Claudio de Campos é para o indefectivel e indefesso historiador Rocha Martins a grande figura portuguêsa do século XIX (uma figura igual à dêsses raros que na batalha de La Lys se recusaram a render-se ou a retirar).

subsistente ou bem visivel; mas não. Uma doentia incorrigibilidade e desbrio nos domina. O general Cradock chega a Lisboa, assume o comando dos ingleses, que ainda por cá se conservavam, depois da marcha de Moore para a Corunha, e tem que transmitir esta dolorosa verdade: «*Estou penalisado de ver que a situação militar portuguêsa se encontra no peor estado possivel. Portugal imagináva que a guerra tinha acabado! O seu exército sem oficiais, sem armas, sem uniformes, sem equipamentos, sem cavalos e sem nada, não tem actualmente importância alguma*» (1).

E sucedia isto quando nós abarrotavamos de oiro do Brasil!!

Os francêses, como de facto, em março de 1809, voltam contra nós, agora comandados por Soult. Sucedem-se imediatamente as derrotas, em que a turba assassina o general Bernardim Freire de Andrade, arrastando-o pelas ruas de Braga, por o julgar jacobino ou traidor, quando este entendia não dever oferecer resistência ali, para se confiar da capacidade militar do Bispo do Porto, até que chegam os inglêses com Wellesley em nosso socôrro, numa guerra que afinal era dêles, não tanto com os seus homens, com o seu dinheiro, mas com essa fôrça invencivel que se chama vontade, mal insuflada nas nossas tropas pelo duro regime de Beresford que para as disciplinar teve de recorrer às va-

---

(1) V. pag. 22 de «As Invasões Francesas», do nosso integérrimo historiador, já referido, Vitoriano J. Cesar.

radas e ao chicote, o que não teria chegado a ser necessário se o nosso espiríto militar tivesse sido outro, porquanto, a par de isso, diz o «Journal du Général Fantin des Odwards» que fez parte da expedição do Marechal Soult, como Capitão do 31.º Regimento de Infantaria: «Ficamos bem desagradàvelmente surprêsos, ao vêrmos muitos cadáveres de mulheres entre os que atulhavam o interior dos redutos da defesa do Porto. Uma delas, vendo a fuga dos seus, perante o avanço dos franceses, matou por suas mãos o filho que levava ao cólo e arremessou-o ela própria, seguidamente, contra as nossas baionetas. *Não se conta da antiguidade nada de mais heroico!*»

Em 1810, com material e comandos estrangeiros, os nossos bisonhos e inexperientes soldados, depois de provarem no Bussaco, que sabiam combater ao lado das soberbas tropas britânicas contra os maiores guerreiros do mundo, que então eram os soldados de Napoleão, ali comandados por Massena, assim acompanharam os seus aliados, escrevendo até Tolosa (1814), em companhia dos espanhois, essa página fulgurante da nossa chamada Guerra Peninsular. Porém, quão fulgente ela seria, se não se compreendesse que tudo era impulsionado par esse ilustre General Wellesley (agora visconde de Wellington), que a história cognominou Duque de Ferro?

Beresford, na «Ordem do Dia» de 20 de Abril de 1814, uma semana depois da batalha de Tolosa, felicita a Nação e o Exército Português por esta «*nova prova de valor e disciplina. As tropas portuguêsas rivalisaram, como e*

seu costume, em valente conduta com os seus irmãos de armas do Exército Britânico.» (1)

Todas estas virtudes do nosso soldado, que não nos absolvem dos expostos defeitos da nação, provam mais uma vez que, *homens com aptidão para a guerra temo-los fàcilmente, como talvez nenhuma nação, mas que*, por falta de todos os nossos governos os prepararem para êsse fim, os filhos de Portugal de cada vez que apressadamente são chamados para defender a Pátria ou a Honra Nacional *sentem-se violentados a fazê-lo por um esfôrço muito maior, e com graves senões, porque tudo quanto fazem excede a brandura dos seus costumes pacificos e negligentes.* E conforme os nossos oficiais e soldados sofrem por vezes vexames ou situações deprimentes, do mesmo modo a nação durante esse longo periodo das invasões sofreu quási tanto dos ingleses como dos franceses, pelos abusos daquêles sôbre a população, a tal ponto que, um dia, Wellington, que era um homem justo, comunicava ao seu govêrno: «*O exército inglês conduz-se horrivelmente mal. E' um bando de canalhas.*» (2)

Feita a Paz Geral, sem que as nossas tropas com a nossa bandeira chegassem a ter a honra

---

(1) V. «Revista Militar» de 1916, pag. 170.
(2) V. «O Dever» — por Samuel Smiles, notável vulgarisador britânico.

NOTA — Na folha de impressão anterior, a pag. 88, a li.as 12, onde diz «*Portugal e...*» deve dizer «*Portugal é...*»; a pag. 89, as ultimas três linhas saíram trocadas. A ultima deve ser a ante-penúltima, ficando: Entretanto, Portugal alia-se com a Espanha contra a Revolução Francesa... ; e a pag. 96, a ultima letra e, deve ser é.

de figurar entre esses geniais combatentes de Waterloo, a-pesar-de Wellington instar para que lhe mandassemos 15:000 homem para os Paises-Baixos, posto que muitos sobreviventes da Legião Portuguêsa ali fôssem acabar os seus dias, sob o uniforme napoleónico; o nosso povo animado pelas notícias dos triunfos aliados e pelos exemplos das revoluções de Cádiz e de Napoles, acorda um pouco do marasmo em que jazia e sacode também a sua juba, proclamando a Liberdade de 1820, que os defensôres do velho regime absoluto procuram abafar à custa das maiores tiranías. Estabeleceu-se então o verdadeiro Terrôr, mas porque a Guerra Península tivéra o feliz condão de despertar as fibras nacionais ou a alma popular, D. Pedro, vindo do Brasil, fàcilmente aqui encontrou quem quizesse bater-se pela alforria. Este e seu irmão D. Miguel, ambos filhos da voluntariosa esposa de D. João VI, levantam cada um por seu lado os seus adeptos, levando-os a baterem-se uns e outros pelo seu ideal com Valôr e Lealdade, ajudados, aquêle pelos ingleses e êste por alguns franceses ilustres.

As acções de desembarque de D. Pedro nas praias do Mindêlo (1832), brilhante prólogo de uma série de façanhas que constituem talvez a mais radiosa epopeia dos tempos modernos; o cêrco do Porto, em que os liberais lograram repelir constantemente os assaltos dos adversàrios; a expedição naval do Conde de Vila Flôr ao Algarve e que abrindo caminho através do Alemtejo veio fazer a sua entrada triunfal em Lisbôa; e por último, as batalhas de Almoster, ganha por Saldanha, e de Asseiceira,

ganha por Vila Flôr (depois Duque da Terceira) contra o General Guedes, constituem até 1834 verdadeiros prodígios de heroicidade, em que também é justo render homenagem à mesma bravura dos vencidos.

*

* *

Pôsto que haja quem date do regime Constituícional ou Parlamentar a segunda fáse da nossa decadência, considerando a Soberania Popular como obstrucionista e defeituosa como o próprio Pôvo (citando para prova toda a obra construtiva da monarquia desde 1820 a 1910, e toda a organisação rèpublicana, a qual foi promulgada em ditadura, *a vida nacional soérgue-se, provando tudo á maravilha que o nosso pôvo e o nosso exército são geniais desde que tenham alguêm que os saiba dirigir.*

Assim o reconhece também o Principe de Lichnowsky, no seu livro alemão «Portugal, 1842» que, a propósito diz: «E' um facto reconhecido e confirmado em todas as guerras dêste século, que o soldado português *bate-se excelentemente todas as vezes que é bem comandado.*»

Todavia, por bem pouco, gosamos dêste bem estar moral. Essa guerra de 1832-1834 não fôra tão salutar como se fôsse contra o estrangeiro. Fôra uma guerra civil, de ódios domésticos, uma luta fraticída, que deixára a maior parte das almas intóxicadas pela política ignobil dos bairrismos e dos personalismos, em que fica envolvido o próprio exército.

Estes conflitos internos, em que por detraz da fôrça armada se põe sempre a manobrar o braço astuto e traiçoeiro do eleiçoeiro, trazem-nos sempre esta terrivel conseqüência, de fazer desviar os militares, que nessas lutas se envolvem ou são mandados envolver, do seu elevado e sacrossanto ideal nacional, para êsse repelente facciosísmo ou sectarismo, que os leva tantas vezes a serem contra os seus camaradas, quando é certo que uma nação precisa tanto de disciplina como a fôrça armada de concórdia.

Só a política e mais nada; a tal ponto que, êste citado Príncipe Lichnowsky, diz, também: «*Segundo nos consta, todos os oficiais se consagram tanto à politica, que pouco tempo lhes resta para cuidarem da sua profissão. E, devido às continuas revoluções, há no país três ou quatro vezes mais oficiais do que os devidos, não permitindo nunca isto que as finanças se endireitem*».

Isto que parece escrito em 1926, foi realmente escríto há oitenta e trez anos, com a diferença de que já não são os oficiais hoje arregimentados, que durante sete meses têem uma instrução intensiva, de quadros e de recrutas, que podem fazer essa política.

A revolução baptisada com o nome de *Maria da Fonte* (1846) é ainda algo do nosso pôvo, mas depois da intervenção espanhola do General Concha, que ocupou o Porto em 1847, cáe tudo novamente no seu «dolce farniente».

Durante os reinados de D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luís I (com excepção do esfôrço de Fontes, que em 1866 ordena a prepação de Tancos, onde se instrue uma Divisão, a

criação do Campo Entrincheirado e as fortificações de Lisbôa, a dotação do exército com artilharia moderna e da marinha com o couraçado «Vasco da Gama», *o pôvo cáe no seu tradicional letargo, na sua «paz pôdre»*, pelo espaço de meio sèculo, o bastante para se corromperem as suas inexgotáveis capacidades de civismo e de patriotismo, não se querendo saber de mais preparações do exército, nem de mais defezas do país. Se se dér algum conflicto internacional ou nos curvaremos em genuflexão ou contaremos com a aliança. Por êste motivo a França pôde desrespeitar-nos em 1858, mandando ao Tejo arrancar-nos uma barca que lhe tínhamos apreendido; a Conferência de Berlim em 1885 espolia-nos; e a Inglaterra que, està claro, não quere a aliança para seu prejuíso, em 1890, bate-nos com o últimatum na fronte, *porque Portugal pretende também sêr senhor de impérios na Africa sem tropas ali organisadas para efectivar a sua soberania anterior, nem ao menos Missões Civilisadôras para afirmar a sua posse moral em beneficio da extensão da lingua portuguêsa.*

*

* *

Em 1889, a-pesar da liberdade do pensamento andar mais coarctada do que hoje, o distinto tenente-coronel Mesquita de Carvalho, teve a ombriedade de publicar «A Verdadeira Situação Militar de Portugal», cujo quadro dolorôso se resume na demonstração de que o país se achava pelos fins do reinado de D. Luís, na

mesma situação relativa em que nos veio surpreender a invasão francêsa, não nos havendo servido de lição a desgraça e a desonra, porque então passamos. [1]

E justificando a sua nobre quão arriscada atitude, diz: «*O objecto dêste trabalho é apreciarmos com o ânimo completamente desprendido da influência dos interesses e das paixões dos partidos, o nosso estado militar, para que a nação o conheça e abra os olhos.* **Bem sabemos que a franquêza da nossa línguagem há de desagradar a muitos e a alguns magnates da política, e causar-nos talvez ainda maiores desgostos do que aquêles por que já temos passado; mas isso não nos faz demover da coragem moral com que entendemos cumprir o dever que, como cidadão e como soldado, se impõe ao nosso patriotismo.»**

Sôb os auspicios de um Rei valente e que gosou do mais alto prestigio diplomático (digno neto de Victor Manuel II), o nosso exército que remediou muitos dos seus defeitos de organisação, de instrução e de defesa apontados nêsse verdadeiro grito de alma de um patriotismo afrontado, conseguindo pela sua organisação e valor cobrir-se de prestigio nas campanhas coloniais de Gaza em 1895 e do Cuamáto em 1907, sôb o comando designadamente dos capitães Mousinho de Albuquerque e Alves Roçadas, não obstante a sua paz já tão longa, ainda atinge o seu maior grau de prosperidade moral

---

(1) V. pag. 75 do livro citado.

no tempo do Coronel Vasconcélos Porto, no ministério João Franco.

Não é numeroso tanto quanto é mester. Falta-lhe ainda imenso material, mas já tem Mausers, já tem indumentaria e já tem disciplina, tendo portanto algum valor como instrumento de defesa ou mesmo de ataque. A política dissolvente está reduzida à expressão mais simples. Os oficiais são solidários, consideram-se mutuamente, e os sargentos são-lhes dedicados. Mas, mesmo assim, não deixa uma «Ilustração» de Lisboa, de lançar o alarme, de fantasiar uma invasão, em que o nosso exército, não obstante a sua bravura e sacrificio, com êsse seu Generalissimo à frente, se vê perdido, ao mesmo tempo no Norte, no Sul e no Centro, sem poder retirar-se sôbre essas referidas fortificações de uma defesa concentrada e sem por isso poder escapar a uma derrota certa e inevitável, antes que a Inglaterra, na melhor das hipóteses, nos pudesse acudir com duas divisões, desembarcadas entre Porto e Lisboa, por efeito da nossa visinhança com uma nação muito mais forte, e com as suas linhas de invasão, escancaradas, correndo paralélas aos rios que nos cortam até ao mar (como muito bem friza no seu precioso «Estudo Militar» o nosso distinto general Adalberto Gastão de Sousa Dias).

O Exército, a-pesar dos êrros e defeitos revelados pelas manobras de Trajouce (1901) e de Sintra (1902), é considerado em 1908 com toda a justiça um instrumento esplendido, à prussiana, com o qual se pode contar na hora do perigo, mas é considerado insuficiente para

conjurar êsse perigo, como foi ventilado na «Revista Militar» n.º 23-1902, a qual, a proposito, transcreveu as seguintes palavras do General Trochu, publicadas em 1878, num livro celebre, em que se justifica e comenta a derrota de 1870-1871: «No exército, como na sociedade civil, o regime dos aplausos erigido em sistêma, prejudica a vitalidade dos caracteres. Provoca ambições e pretensões. Fez reviver em França, por mais de sessenta anos a lenda da vitória certa, substituindo-a ao sentimento dos pacientes esforços de reflecção, de comparação, de preparação, de trabalho assíduo, que é necessário fazer para a merecer e alcançar. É uma péssima e perigosa educação para o espírito público e para as tropas».

Em face daquela insuficiência numérica do nosso exército e da nossa falta de recursos para sustentarmos uma superioridade permanente, em 1911, apéla-se para o *regime Miliciano, o qual sendo uma apreciável obra da Rèpública, carece ainda de radicais modificações para satisfazer, visto que o nosso inimigo provável nunca será a milicia Suiça,* cujos habitantes, aliás, fazem bem diferença de nós em preparação cívica e de tiro, sabendo defender-se nos seus despenhadeiros; *visto que a nossa visinha Espanha possue uma máquina esplendida de mais de dois milhões de soldados não milicianos* e com todos os seus quadros habilitados com o curso do Rif, superior ao da nossa Grande Guerra; e visto que, sobretudo, *o povo português, mercê de alguns maus políticos e jornalistas, persistindo no êrro do seu pacifismo derrotista, do seu mêdo à guerra levantadora,*

continua convencido de que esta e um crime de lesa-humanidade, de que o exército é um luxo, que só podem ter as nações grandes, ambiciosas, imperialistas, e que nós não devemos aspirar a mais do que... aguardar que nos defendam, se nos quizerem ter por aliados!

Desventurado Povo!!!

*

* *

A meu vêr, *reduzindo-se a Guarda Rèpublicana* — em que cada soldado custa ao país quasi tanto como um sargento do exército, isto é, nada menos de 5:777$28 por ano (alimentação e fardamento, afóra o aquartelamento), segundo declarou o Senhor Ministro das Finanças nas Câmaras em 15 de janeiro de 1926 — *e criando-se um Núcleo Permanente, composto de Unidades de Instrução e de Cobertura em que se prefiram as Metralhadoras pesadas às massas de Cavalaria,* que é de mais cara e dificil mantença, sem esquecimento da Aviação, para tudo isto constituir a ossatura da Nação Armada; com a redução dêsse pesadissimo encargo da Guarda Rèpublicana a 3 Batalhões e a 3 Esquadrões *de representação em parada* (dois em Lisbôa e um no Porto), e a mais duas Companhias (uma em Coimbra e outra em Braga), dotada com uniformes de côres marciais, que despertem a alma popular e lhe evoquem o espectaculo bélico dos antigos regimentos desfilando ao som de bandas que estrugiam os ares (e que por via de regra só deveriam acompanhar efectivos do comando de capitão ou su-

periores), ficando sómente, em lugar da restante Guarda Rèpublicana, uma *Gendarmaria* urbana e alguma rural, à pé e a cavalo, como na França, na Alemanha e mesmo na Espanha (Guarda Civil), constituida pela nossa actual *Policia de Segurança* militarisada e um pouco aumentada com os melhores elementos eliminados dessa mesma Guarda Rèpublicana; *e com a preparação civica e militar da mocidade—o nosso regime miliciano ficará sofrivel.*

A não ser assim, esta hipotética Nação Armada, subentende desde já a existência da Instrução Militar Preparatória, ultimamente suplantada pelo Escotismo ou Aduarismo, que apenas conta uns centos de amadores em Portugal; mas, como entre nós não há a educação da mocidade nem a preparação do pôvo, de que dispõe a Suiça, daqui se infere ou tira o corolário de que o nosso exército (não obstante os esforços empregados nêsse sentido pelos últimos titulares da Pasta da Guerra, entre os quais vêem sobresaindo os do resoluto e brilhante Tenente Coronel Conceição Mascarenhas) é actualmente, como vem sendo desde 1640 para cá, o menos preparado da Europa, como de isso deu provas na sua última concorrência com os Aliados, quer em Africa, como se póde vêr do livro «A Guerra nas Colónias», quer em França, como egualmente consta de «A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys»—*sendo a maior preparação de que está falho, muito falho mesmo, a do seu moral.*

Para abrir os olhos à nação, para mostrar o perigo aos seus dirigentes, para prestar à minha Pátria mais um serviço do

amor ardente e indefectivel que lhe consagro, é que, também, publíco êste livro, assás original.

Tarefa difícil e melindrosa é esta, porque lá diz Gustavo Le Bon «as multidões estimam mais as mentiras que lhe agradem, do que as verdades que lhe podem interessar.»

Mas, quando cada um se compenetra de que cumpre um sacrossanto dever, espera que todos façam a justiça de lhe compreenderem a boa intenção.

*

* *

E' certo que, desmentindo este meu sincero modo de ver, torrentes de parvoices e de falsidades, conscientes e inconscientes, se vêem escrevendo e publicando, tanto em documentos oficiais como na imprensa, com diferentes fins e, entre outros, com o de se consagrar o regime miliciano, êste produto inevitável dos tempos modernos, calando-se simultâneamente o verbo dêsses que sustentam que deviamos ter ido sòmente para as Colónias e nunca para a Flandres, mas, toda essa torrente de mentiras, (que nos compromete o futuro), não resiste à mais superficial análise.

Conheço perfeitamente de visu e por discrição verbal todas as nossas misérias coloniais, em que as peores de todas, de que há memória, seriam as dessas recentes operações políticas, em que se desbarataram milhares de contos atrás de um preto sem valor, e as quáis não mereceram sequer o dinheiro que em tele-

gramas se despendeu para dar retumbância à arranhadura que passou pelo càlcanhar do seu Aquíles; e compreendi perfeitamente o valor da ajuda que os inglêses nos dispensaram na Flandres, para aquilatar o que nos teria sucedido, se tôdo o nosso esfôrço militar tivesse sido canalisado para o Ultramar, onde nada havia nem hà preparado na fronteira e onde nos faltariam os chefes experimentados.

Nós, que sofrêmos um fulminante revez em Naulila, não obstante a indiscutivel serenidade e competência de Alves Roçadas; que experimentamos um não menos repentino massacre em Negomano, quiçá pela imprevidência do valoroso major Teixeira Pinto, vítima do seu excesso de confiança; que suportamos um insucesso em Newala, e que nos vimos atrapalhados no Cuanhama (com cuanhamas) ¿que teriamos ido fazer à Africa, derivando para aí todo o nosso esfôrço?

Campanhas coloniais só se pódem alimentar com tropas coloniais e, estas, estão por organisar, como digo a pág 44.

E, porque assim sucéde, preconisa-se já uma aliança com o Congo (! ! !), ao mesmo tempo que, por outro lado, pelo contrário, se julga que, nas colónias virá a haver tal superabundância de tropas, que, dali, nos poderá vir um refôrço de vinte Divisões (! ! !).

Se a Ingleterra, rica de homens, de dinheiro e de transportes dificilmente venceu a campanha contra o Transval, próximo do litoral e onde o clima é quási como o de Europa, se maior esfôrço tivessemos desenvolvido para a Africa, onde ninguem nos via e onde nada davamos aos

Aliádos, o insucésso militar, o sacrifício pessoal, financeiro e político seria terrivelmente peor. Fique isto entendido.

Porém, fazendo justiça aos elementos que, ainda assim, na Africa e na Flandres, salvaram a honra do convento, não serei eu que transformarei insucessos em vitórias, porque tais mentiras patrióticas, só servem para conduzir a nação a novos ou incorrigíveis desastres, sendo oportuno fazer ver aqui, que o nosso Defectismo Secular, descrito ou subentendido através de todo êste capítulo —*defectismo a que injustamente em nossos dias se tem chamado Dezembrismo,* se repercutiu em boa verdade nas nossas operações da Grande Guerra, em todas as circunstâncias, assim como já se tinha manifestado excessivamente cá dentro, com a revolta de 13 de dezembro de 1916 e outros lamentaveis acontecimentos deste ano, que um certo pudôr patriótico e o dever de não melindrar directamente quem o não mereça, obrigam a omitir, mas que tinham por fim exclusivo não se avançar para a Guerra.

Se não fosse êste defectismo nacional, que, como vemos, de longe se vem inoculando na nossa estirpe, nenhuma revolução seria possivel contra essa nossa intervenção dignificadora e o 5 de Dezembro de 1917 não se teria dado com a sua lamentável conseqüência da Monarquia do Norte.

Na ignorância da verdadeira razão, ou tendenciosamente, há também quem atribua todos os nossos insucessos a esse conseqüente improvisionamente de oficiais teóricos, práticos e

milicianos, sem se curar de saber do moral e das aptidões de alguns, mas, também não é bem assim, porque tudo tem girado e girará em torno da palavra **Vontade** Nacional, como sinónimo de **Valor** Nacional.

Possuíssem todos a educação da vontade colectiva, que nos falta, e o resultado dessa força moral, que já para lá foi abaladissima pelas paixões de uma nação de política reduzida, e o resultado seria muito superior.

Para bem se oferecer o corpo à morte pela Pátria não é preciso pertencer a um Exército Permanente.

Não hà dúvida de que, como diz o grande Clausewitz «*a virtude militar só é atributo do exército permanente*» *e de que, este atributo, é o mais importante factor moral na guerra;* mas eu, que não defendo a nossa organisação de 1911 (porque serei até ao fim um admirador do Militarismo Alemão, de que, por infelicidade nossa, o Exército Espanhol é hoje o seu mais forte representante), nem tão pouco posso condenar esse sistêma miliciano, porque, como digo, o considero uma conseqüência fatal da democracia, **não julgo esse milicianismo, mas sim a fraca psicologia guerreira, a causa fundamental de toda a nossa actual decadência nacional.**

O pacifísmo, o utilitarismo, o comodismo, o abandono, gerou o egoísmo e este matou todo o espírito de sacrifício, que nos é indispensável cultivar para interesse e honra de Portugal.

As nossas tropas, com a preparação de Tancos (onde, aliás, por efeito da indisciplina

política, ou social dos últimos anos e de sempre, se conspirou mais do que se aproveitou); com a instrução à retaguarda das linhas de fogo da Flandres (nos campos de cada unidade); e depois com o seu estágio nas respectivas trincheiras, deviam achar-se já tão identificadas com a guerra, se não como essa torrente, que invadiu a Belgica, e como essa fôrça, que lhe opôz um dique, pelo menos como a maior parte das últimas classes inglêsas, francêsas ou alemãs, que não haviam feito serviço algum nos exércitos permanentes existentes até 1914, para que se deva atribuír esse nosso insucesso militar na Grande Guerra, a que se referem as entrelinhas da imprensa não oficiosa, não tanto ao nosso Milicianismo, que, em geral,e naturalmente, é certo, para a guerra foi envergando uma farda militar para encobrimento do seu fundo ainda paisano, mas sobretudo à nossa brandura de costumes (a esta nossa herança pacifista) e à politiquice de ocasião, que convenceu injustamente uns e outros de que se tratava de um jogo do Dr. Afonso Costa e depois do Dr. Sidónio Pais, anulando-lhes principalmente, após isso, o pretexto da falta de rendição, uma maior vontade de se sacrificarem por uma pátria que não era a sua, porque não sabiam ver bem a Pátria Moral que sôbre aquela pairava.

De um modo por assim dizer seguro, e sem diferença de procedências ou recrutamentos, os oficiais só se distinguem consoante a sua experiência e quando favorecidos pelas circunstâncias.

Não obstante todos nós havermos sido

expedidos para França com a ideia de por lá ficarmos quási todos sepultados, nem homens, nem sequer barcos houve de comêço para se enviarem os *reforços* que pelas clausulas das convenções deviam ir suprir as baixas; e, sendo assim, a rendição, nunca podia passar de um entretenimento, de uma falsa esperança e de uma manigância política. E, se não é isto, como pretendem os que se teem governado com toda essa mentira ¿em que país do mundo se viu alguma vez ir para a guerra, com a condição de regressar findos doze mezes, rendendo-se na zona de operações, tropa conhecedora da guerra por verdadeiros recrutas?

E' verdade que a guerra não devia ser apenas para essas duas nossas Divisões, a modo dos contingentes da Austrália, do Canadá e de outros Domínios, que para lá ficaram sacrificados por uma pátria que menos era a sua, mas não é menos verídico que nunca em Portugal se pensou na possibilidade de se dar aos Aliados mais do que êsse Corpo Expedicionário, e que as licenças de que gosavam os franceses e os alemães eram compensadas pelos sèus maiores sofrimentos nos seus combates constantes a que os movia um ódio e interêsse profundos.

Prova-se assim, ao mesmo tempo, que só onde o organismo civil e militar de um povo está afectado pelo defectismo se discutem, tanto como se discutiram, êsses falsos direitos de rendição. Todos os direitos individuais cessam e devem cessar perante as superiores razões da Nação. Já ventilei suficientemente esta questão nos capítulos XVII e XVIII do «Livro

da Guerra» para mostrar que ainda não mudei de parecer.

Esta referida falta de vontade de graduados, chegou mesmo a ser oficialmente apontada, em meados de 1917, ao mesmo tempo que se fazia justiça aos nossos bons soldados, provando que, antes das nossas tropas estarem fatigadas pelas Trincheiras, já as prejudicava, já as minava, êsse fundamental defeito de tantos dos seus superiores.

«Um exército vale o que valerem os seus quadros», assim como êstes quadros valem o que valerem os dirigentes da educação nacional.

Só os oficiais do exército decidem das Vitórias Morais ou das Derrotas Morais de uma Nação, mas êles dificilmente podem ser superiores ao seu ambiente nacional.

Eu não sou Pèssimista, pela mesma razão que não tenho que ser Optimista.

Com absoluta confiança em mim próprio, com a qual, isolado, tenho vencido sempre através das mais extraordinárias ou difíceis situações militares, posso ter, por isso, também, confiança na estrêla protectora desta nossa pequena Grande Patria, que pela sua aventura e heroísmo fomentou êsses três vastíssimos impérios do Brasil, de Angola e de Moçambique, além dos domínios morais, que vão desde Ceuta a Bombaim, ao Japão e à Oceania; porém, não posso ocultar, em face de tudo o exposto, a mistificação em que vivemos e o perigo que corremos de esta nossa História, a que nem falta o poema de Camões, épico grandioso e belo como a Eneida de Virgílio ou a

Ilíada de Homero, se poder deslustrar, se uma reacção de energia depuradora, convocadora e vivificadora, se não erguer quanto antes, pelo braço redentor dos Govêrnos, no sentido dêste meu severo ou exigente modo de ver.

Há ainda felizmente em Portugal milhares e milhares de cidadãos capazes dos últimos sacrificios pela Pátria, e quantos mais resistentes do que a minha vontade?! Assim como, temos muitos Ministros e Homens Públicos, que todos os dias nos oferecem o exemplo da sua grande coragem cívica; o que porém todos os patriotas exigem, o que porém todos não querem é sentirem-se isolados, como eu me cheguei a ver, tanto na Africa como na Flandres, para que todo o seu sacrifício não fique perdido ou menos bem compreendido nesta campanha necessária pelo bem comum, neste conjunto de esforços em que os bons patriotas, já tão raros, se vêem sem apoio e em risco de passarem por anormais!

Não nos faltam as mais preciosas qualidades inatas, provadíssimas através da nossa imarcessivel história. «Somos um povo que caminha arrastando um sumptuoso passado de heroicidade nimbado de glória!».

Quer marroquinos, quer índios, conservam ainda como sagradas as próprias pedras das fortalezas que contra êles levantamos em Alcacer Ceguer, em Arzila, em Gôa e em toda a parte, não faltando mesmo a todos esses heroismos o caloroso amôr da mulher portuguêsa de que, designadamente, Alda, inspiradora do Alfagême de Santarem e de Nun'Alvares, e Felipa de Vilhena e Mariana de Lencastre, armando

cavaleiros seus próprios filhos, se tornaram os símbolos do mais encantador patriotismo. Na defesa de Ouguela, por ocasião da guerra da Restauração, a mesma mulher portuguêsa marcou, como o havia feito outrora na defesa de Mazagão e Diu.

Por ocasião das invasões francesas, elas deram provas do maior ânimo varonil, incitando os homens e servindo elas próprias em algumas trincheiras. Mas isto não basta para continuarmos a vencer na vida material e moral dos tempos modernos, cada vez mais exigentes, porque, aos portuguêses, estão faltando actualmente a preparação para as grandes decisões colectivas.

Falta-lhes quem os congrace e levante; falta-lhes quem os comande para a frente, no rasto luminoso dessa mesma história, devendo para êste objectivo aproveitarmos tudo: o patriotismo do Sacerdote, do Professor, do Oficial do exército e das Mães, para que jámais nos seja necessário viver nesta ficção que, de um dia para o outro, nos póde material e moralmente aniquilar.

*

* *

Já estão liquidados pelos tratados, entre nós, os aliados e os inimigos de 1914 a 1918, as contas da nossa Grande Guerra, para o país ficar certo de que nenhum estranho nos concederá a mínima Justiça, sem nós a conquistarmos bem. Entre as nações, como entre os individuos, só impera o egoismo.

Na Flandres, onde as nossas tropas iam ser os embaixadores do génio, do caracter ou do valor lusíada, aladas aí por interesses materiais e morais, como esses que se digladiavam entre a Inglaterra e a Alemanha, **a disciplina senti-a extraordináriamente frouxa para aguentar tão grande cometimento,** confirmando-se assim a citada opinião do inclíto historiador Latino Coelho, não por culpa dos nossos Generais, nem do nosso Estado Maior, mas por culpa de todo êste ambiente deletério da brandura dos nossos costumes, de que é prova a imensa graça que quási todos achavam a esses versos derrotistas, que de certo nunca verão a luz da publicidade, que muitos por lá cantavam diante dos seus soldados e que noutro qualquer exército seriam motivo para alguém ser sumáriamente passado pelas armas, por incitamento à fuga, ao desbarato e à desonra. De resto, quási toda a poesia da guerra é elegíaca e satírica, não aparecendo por lá, ao tempo, algumas dessas estrofes que presentemente se lêem.

Além disso, um desejo satânico, para que o partido mais intervencionista se saísse mal da sua Emprêsa, pervertia muitissimas almas. «Quanto peor, melhor», chegava a blasfemar-se! Se alguém os admoestava não criava senão adversários.

Por toda esta tuberculose moral, quando irrompeu a Batalha de Armentières, entre nós designada por «de La Lys», em que as nossas tropas perderam um belo ensejo de se cobrirem, todas, de uma glória muito maior, resistindo na 2.ª linha, ou, quando menos, fundindo-se nas

fileiras de refôrço dos aliados, que iam encontrando para a retaguarda, uma grande parte, em que muitos, verdade seja, foram contagiosamente arrastados pelo pânico da frente, procedeu como descreve o major do estado maior, Vasco de Carvalho, a pag. 398 a 400 da sua monumental obra «A 2.ª Divisão Portuguêsa» e como em toda a sua cruêza já o revelou um trecho do livro, a publicar-se mais tarde, desse digno General, desse grande homem de bem, que foi Tamagnini de Abreu.

A conduta das nossas tropas na batalha, não a medem os estrangeiros pelos metros de extensão do nosso recúo, mas sim pelos elementos que ficaram a fazer face ao inimigo, assinalados pelas suas baixas sofrídas pelas balas da nossa infantaria.

E' isto mais um motivo para a Pátria saber reconhecer um dia—*já que aos homens de agora parece não convir reconhecer*—a grandeza do sacrifício feito por aquêles seus filhos que mais resistiram, não só ao adversário mas ainda, sobretudo, a êsse tentador desbarato vindo da 1.ª Linha de Batalha, porque fôram êsses heróis os que mais ganharam alguns dos escassos elogios que nos dispensaram os estrangeiros.

Houve quem ali combatesse durante três dias (da *Lawe* à Vieille Lawe, e na Rue du Bois); quem combatesse durante dois dias (em *La Couture* e Huit Maisons); quem combatesse duas horas; e quem não combatesse sequer durante dois minutos; assim como houve quem ali se conservasse abrigado em quanto fracções subordinadas se desbaratavam, desconhece-

doras de qualquer plano, directriz ou intenção do comando; e quem se não soubesse impôr devidamente, confirmando esse aforismo de Napoleão: «Vale mais um só comandante mediocre do que dois comandantes bons», resultando disto ordens tardías e a desordem de contra-ordens. E até por lá houve alguém tão destituído de nobreza de alma, que julgava os mais belos gestos da Flandres, como actos de arrependimento! . . .

Ora, por isto, que fica muitíssimo longe de ser tudo (como também se pode verificar das linhas e entrelinhas designadamente do livro do nosso ilustre General Gomes da Costa «A Batalha do Lys»), eu estou convencidissimo de que, se a devido tempo, por efeito dos mais rudimentares rasgos de iniciativa ou de previdência e intrepidez, de quem competente, as tropas tivessem tomado posições adequadas, recomendando-se-lhes a sua missão, raro seria aquêle soldado, por mais fatigado ou combalido que estivesse, que ali teria deixado menos erguido o nome português. Ninguém retiraria sem ordem, porque, se a maior parte dos prisioneiros salvaram as aparências, os que debandaram, sem o menor esfôrço comprovado, nem isso salvaram.

*

* *

Oito anos volvidos sôbre êsse 9 de Abril de 1918, cujo verdadeiro aspecto já foi completamente devorado pela política literária e pelo próprio sancionamento das condecorações, con-

cedidas antes de julgadas, a par, certas dissenções, aparece um telegrama de Lisboa, publicado designadamente por «O Comércio do Porto» e «O Primeiro de Janeiro» de 5 de Março de 1926, segundo o qual «consta, se está procedendo a Auto de Corpo de Delicto, para apuramento das responsabilidades de **La Couture...»!**

Outras referências teem sido publicadas, demonstrativas de que êste «lugar comum» dos escritôres da guerra, parece que ainda não dorme descançado, ao invés do que se tem feito crer, em desabono de todos os demais esforços e sacrifícios da Flandres.

Pelo menos, a essa pequena aldeia ficarão ligadas essas alucinadas paixões que, servidas por intrigas de quem queria pescar (e pescou) naquelas águas turvas, levaram Alguém, como eloqüentemente se provou, a infamar um seu Adversário que, na elevação da consciência dos seus actos e na defesa do seu caracter, se recusou a reconhecer atitudes que não sucederam e que só podiam ser concebidas e aceitas por esta fraca psicologia dos que nunca viram, nem sequer sentiram essas horas magnifícas, esplêndidas e inolvidaveis da batalha, e muito menos para entre o fogo delas se lançaram, oferecendo-se ao sacrifício e juntando lusíadas, para que maior fôsse a chama sagrada do amôr à Pátria.

La Couture foi onde os Ingleses construíram um Forte, qual pôsto avançado da linha defensiva natural do canal da **Lawe** e que, como tal, aqueles nossos aliados ocuparam imediatamente na manhã de 9 de Abril, na

convicção de que o batalhão que ali se achava em reserva (o qual era o 13) tivesse saído todo integralmente para a frente.

Para êsse reduto sucedêra, porém, retirar o comando do 13 e outros elementos, vindos da Senechal, sendo envolvidos no cêrco, que os alemães iam pôr a essa posição, onde vieram a juntar-se também elementos do 15.

O inimigo, obedecendo ao conhecido preceito de não perder tempo com investimentos ou ataques de frente, prosseguiu ao largo dessa posição (Anglo-Lusa, defendida pelos nossos soldados e pelas Metralhadoras Britânicas, bem como ao largo de uma outra linha, que o comando do 13 chegou a ordenar que fôsse estabelecer-se para a sua frente, cêrca de Court Saint Vaast), e tratou de alcançar quanto antes essa referida **Lawe,** que era o seu objectivo forçado daquele primeiro dia de operações.

Desta acção do 13 e do 15 *(e por efeito desta sua cooperação com as tropas britânicas) resultou, entretanto, e a-pesar-de tudo, o glorioso alongamento da resistência portuguesa na batalha do Lys que, em* **La Couture,** *se estendeu até ao dia 10, até à hora em que foram intimados a renderem-se; e na* **Lawe,** *se prolongou até ao dia 11, depois dos alemães rechaçarem os heróicos elementos* **do mesmo 13 e 15** *que aqui se opuseram ao seu avanço pela estrada Les Lobes-Merville,* **escrevendo uma das primeiras páginas da Flandres e que, por sinal, foi a última da batalha.**

O livro inglês, traduzido em francês e em várias línguas, intitulado **«O Grande Quartel General Britânico»,** *faz justiça inteira e com-*

pleta a êstes nossos soldados (da Lawe), *confirmando que muitos portugueses, dispersos, se colocaram êles próprios a combater ao lado dos ingleses, portando-se muito bem.*»

O capitão A. D. Macdonald, que ali assinou um documento pelo seu tenente coronel do 6.º (Morayshire) Batalhão de Seaforth Highlanders, guerreiros de raça e de fama imortalizada em Waterloo, confirma nos seguintes termos êsses elogios:

«B. E. F. (British Expeditionary Forces) — Head Quarters 146 th Infantry Brigade — Nothing could have so heartened and encouraged these Scottish soldiers as the way in which your brave men with Lewis-gun and rifles imediatly and with admirable spírit sewled down to cooperate and stem the tide of the advancing enemy hordes.

«For three long and trying days in spite of severe and bloody losses, your portuguese troops added lustre to theyr glory and caused incalculable loss and casualties to the german (1)».

«Fôrças Britânicas Expedicionárias — Quartel General da 146.ª Brigada de Infantaria — Nada poderia encorajar mais os escoceses do que a forma como os vossos bravos soldados (**na Lawe**), imediatamente e com espírito admirável se uniram a nós para cooperarem contra o avanço impetuoso das hordas inimigas.

«Em três longos dias crueis, a-pesar das severas e sangrentas perdas, as tropas portuguesas aumentaram o esplendor da sua glória e produziram incalculáveis baixas nos alemães (1)».

---

(1) Entende-se isto com os aludidos soldados do 13, e com outros do 15, de que faziam parte os actuais tenente António de Matos Bugalho, e 1.os sargentos, José António Simão e Pompeu Martins Gonçalves dos Reis — V. «Livro de Ouro da Infantaria», pág. 149; «Livro da Guerra», pág. 203; e «A 2.ª Divisão Portuguesa», pág. 379

O Marechal Douglas Haig, Comandante em Chefe dos Exércitos Britânicos, não podia deixar de confirmar até ao fim que «**os portugueses fôram bons, leais e intrépidos soldados**», mas isto não deve obstar ao nosso anceio, ao nosso esfôrço, para que sem a mínima discrepância, o povo português seja constituído por um todo ainda mais honesto e ainda mais heroico. Tanto o moral dos homens como o seu físico precisam de ser constantemente alimentados ou atraídos para as alturas. Quando não, parar é morrer, assim como lutar é viver.

Estes feitos dispares à retaguarda e os esforços dos que quiseram resistir e não encontraram moral em redor de si, scintilarão na História como estrêlas que brilhassem nas trevas daquêle desbarato, em que o nosso Corpo Expedicionário, por falta de lusíadas que se pudessem colocar a tapar o rombo, perdeu para sempre o seu lugar entre os Aliádos.

«As mais belas coisas que lá se praticaram, diz o snr. Major André Brun, que cabem numa folha de papel almaço. (1) Por exemplo:

O super-heróe Tenente Oscar Torres, que despréza o pacifismo nacional e o amor da família e vai procurar nos ares o carro de triunfo que o havia de transportar à imortalidade;

O Tenente Carvalho de Araujo, imolando-se sôbre a sepultura das ondas para salvar os passageiros do «S. Miguel»;

O tenente do 21, Luís Conzaga, gargalhando dos perigos até sucumbir mais tarde

---

(1) V. «A Malta das Trincheiras», pag. 13.

com toda a sua temeridade sôb os destroços de um avião;

Esses ousados executantes dos **Raids** às linhas inimigas e bem assim os que idênticas operações adversas souberam repelir;

Outros episódios que assinalaram essa longa e magnífica vigília das **Trincheiras;**

As resistências desligadas de elementos da **Brigada do Minho,** entre os quais avulta a do sargento do 8, Sousa Guedes, e sobretudo a do major do 29, Xavier da Costa, cujo comportamento na **Red House (Lavantie)** se sintetisa nesta sua frase lapidar: **«Cumprido todo o meu papel de major, vou agora cumprir o de Homem, que procura reunir fugitivos»;**

A glória da **Serra de Mecúla,** onde a conduta de um capitão se impõe tanto ao cavalheirismo inimigo, que vem a ser o único prisioneiro de todos os episódios, tanto de África como da Flandres, a quem os alemães, longe de desconsiderarem, rendem as homenagens da guerra, sem carecerem de o vêr prostrado, ferido no seu pôsto;

A galhardia com que os referidos soldados do 13 e 15, souberam rivalisar na determinação do Major Inglês, comandante do Forte de **La Couture,** *de resistir até onde fosse possivel;*

A obediencia ao dever dos elementos do 15 em *Ríchebourg* e da 2.ª Companhia do 13, com meia duzia de homens da 3.ª, cêrca de *Court Saint Vaast*, para a frente do que, outro sargento, Americo Pelotas, havia de caír heroicamente.

As resistências isoladas da nossa indefectivel **Artilharia,** como por exemplo aquela que

Friedrick Burschell narra no suplemento literário e scientifico de 17-2-1926, do «Vorsische Zeitung», segundo o qual, no sector de Laventie, *«um humilde soldado português, ignorado e perdido adiante das trincheiras abandonadas numa desordenada fuga, lutou sósinho na bataria, até que por fim, brandindo um martelo sôbre uma granada, se fez ir pelos ares, para não cair em poder dos alemães»;*

As resistências de algumas *Metralhadoras Pesadas,* e de muitos dos nossos briosos *Infantes,* designadamente do 12 da Guarda, do 14 de Vizéu e ainda do 15 de Tomar, de que o soldado «Milhões» é apenas o menos dos esquecidos, porque ali tivemos dezenas de heróis como êste, e maiores do que êste, como por exemplo o soldado de metralhadoras Gregório, n.º 263 da 11.ª de infantaria 4 de Tavira [1]; o soldado metralhador n.º 398 da 3.ª de infantaria 34 de Santarem, Manuel da Silva [2]; e o soldado metralhador n.º 376 da 3.ª, do 13 de Vila Rial, Manuel Cardoso de Mátos [3];

A excelsa conduta dos nossos Padres Capelães, que indiferentes aos mais pavorosos bombardeamentos e às mais arbitrárias ou fortuitas recompensas dos homens tantas vezes encorajaram os sãos e confortaram os moribundos;

A romaria heroica para o *Escalda,* arran-

---

(1) V. pág. 54 do livro «Portugueses na Grande Guerra», pelo Major F. de Barros.
(2) V. pág. 150 do «Livro da Guerra».
(3) V. pág. 193 do «Livro da Guerra»

cada ao lodaçal em que estiveram prestes a cair os restos dos Batalhões do Corpo Português;

O socorro prestado ao General Pereira de Eça no Cuanhama, pela *Coluna do Cuamato* que, a marchas forçadas, em que se caía de sêde e de febre, rapidamente venceu cento e trinta quilómetros;

A estóica firmeza com que os restos da 3.ª companhia do 13 se conservaram na *Ferme Bourel de La Couture* e depois dali avançaram, cadenciadamente e alinhando-se, indiferentes à inaudita tempestade do fogo com o sentido no choque com o inimigo, até receberem a ordem de retroceder (e que os fez separar), indo depois uns para a frente (Cour Saint Vaast) e outros parar à referida Lawe, para onde os seus inexcedíveis heroismos se prolongaram;

E, finalmente, esta eloqüente «lição» da Lawe (1), desde Vieille Chapelle até Les Lobes, qual **«chave de ouro»** com que os portugueses encerraram os seus calvários, pois, «sem já nada que os obrigasse a êsse sacrifício», se reconstituem dois pelotões, um do transmontano 13 e outro do estremenho 15, sôb o comando de um beirão, para cooperarem com os escocêses contra o avanço impetuoso das hordas inimigas», reproduzindo-se aí, um gesto

---

(1) De Lição classifica êste episódio um Senhor Presidente do Rèpública. Vide Palavras a pág. 380 do livro «A 2.ª Divisão Portuguêsa na Batalha do Lys». Idem dos aliados a pág. 203 do «Livro da Guerra».

semelhante ao do referido Xavier da Costa, sem faltar a santificar êsse episódio o holocausto de um outro sargento, Alvaro da Costa, que aí caíu num rasgo de acrisolado valor e cuja sepultura por isso o inimigo também não podia deixar de assinalar com êste epitáfio sublime de **«aqui jaz em Deus, um heróico português (Hier Ruht In Gott, Ein Tapferer Portugiesischer)**;

Todos êstes episódios de antanho, juntos aos retumbantes «raids» aéreos dos nossos dias, ao Brasil e à China, demonstram exuberantemente que as virtudes da Raça a que pertencemos, sem distinção de regiões, perduram felizmente, vivendo no seu sangue, e que só por culpa da nossa desleixada educação nacional, renunciante de toda a moral, nós continuamos menos fortes, menos fecundos em heroísmo e menos admirados.

Por três espécies de desmoralisação nos não cobrimos de superior glória na batalha de 9 de Abril de 1918:

1.º — Pela falta de maior espírito de combatividade;

2.º — Pela incompetência de alguns comandos; e

3.º — Pela artilharia do inimigo;

mas bastava sòmente que tivesse havido *Vontade*, ou êsse espírito de combatividade, para que os nossos soldados, na defensiva, tivessem trazido da Flandres a sua formosíssima bandeira nimbada pelos mais rutilantes louros de toda a nossa existência histórica, ou aureolada por esta legenda, mais francamente outorgada pelos estrangeiros:

A Portugal,
Glória imortal!

Escreveu há dias o snr. Dr. Trindade Coelho, no fim do seu artigo de *O Século* comemorativo do 8.º Aniversário da Batalha de 9 de Abril, que classifica de lição:

« Não nos iludamos: a *fôrça moral* — que nós há muito perdêmos — é um elemento impalpável, imponderável, incoercível, na mesa das conferências onde se jogam os destinos do mundo. O pacifismo, parecendo que não, é um misticismo bárbaro. E' uma religião sacrílega, que tem por apóstolo o inimigo que nos ronda para o assalto. Embala-nos, opia-nos, adormece-nos — e entrega-nos. Mais do que nunca necessitamos de um Exército que afirme esta Pátria ao lado das outras Pátrias. »

Não era nos sertões tropicais, como já demonstrei, mas sim na Flandres, à luz fulva do sol de toda a Europa, então povoada de heróis como nunca no mundo se vira, que os portugueses tinham necessidade de se demonstrar batalhadores decididos pela sua honra e pelo seu património até ao fim.

Já que a beleza da nossa Intervenção não pôde vir sem o menor desdoiro, que quiçá só a minha exigência patriótica considerará, que ao menos saibamos aproveitar a lição e o tempo, preparando as nossas fronteiras e as das Colónias, que os nossos soldados devem ser ensinados a defender, não até essa banalidade do « Ultimo Cartucho », mas até à finalidade da Morte.

Só por esta poderêmos sustentar o élo eterno das nossas gerações ou manter a continuïdade da Nacionalidade, que Bourget diz ser um côrpo de três dimensões: Passado, Presente e Futuro.

Consoante escreve o brilhante escritôr, Dr. Pires de Lima da Fonseca (João d'Arce) «ninguém póde pensar que para êste fim se sigam os mesmos processos que, para a mentalidade alemã, seguiram os intelectuais, os estadistas e o próprio imperador, creando com as suas doutrinas, as suas palavras e as suas proclamações um estado de espírito messiânico de conquista.

«Não podemos de forma nenhuma alimentar sonhos imperialistas, e o Portugal moderno, colocado entre os conflitos do domínio e de expansão que se travam entre as grandes nações, não póde ser envolvido nas espirais de um sonho perigoso. Mas o que podemos, sim, é crear dentro de sete milhões de almas, que habitam Portugal, um estado de crença e de fôrça espiritual que, profundamente crente nos seus destinos, os galvanize, levantando-os da apatia em que vivem, preparando-os assim para uma resistência moral que habilite a Nação a ter consciência de si própria.»

*

* *

Diz o general, autor do livro «La Guerre et la Societé»: *um exército vale o que valer o seu organismo civil.* Como poderiamos pois nós fazer excepção?

Isto explica tudo quanto fica exposto e como a Bélgica, com línguas, religiões e classes diferentes, não sendo em 1914 uma nação militar, mas sendo todavia laboriosa, esforçada, honesta e ciosa da sua honra, sem defectismos civis ou políticos, viu a sua hoste cerrar fileiras e defrontar-se estoicamente com a avalanche germânica, «oferecendo-se ao sacrifício, tal qual Leonidas nas Thermopylas».

Assim se compreende que os organismos civis espanhois, tão defectistas que foram expulsos por Rivera, tenham grande responsabilidade no vergonhoso desastre do Ameal, que o brioso exército vìsinho sofreu em 1922 em Marrocos, ao passo que em 1925, sob um regime militar de severo patriotismo, o mesmo exército se cobre de glória em todo o Rif; e que igualmente organismos defectistas gregos, tenham a mesma responsabilidade nesse desbarato de Smirna, que de um momento para o outro fez passar o seu vitorioso e bem experimentado exército para o rol das tropas desprezíveis.

Disse o Marechal Hindemburgo, nas vésperas da sua eleição à presidência da Repùblica Imperial Alemã: «A primeira coisa necessária para um Estado se desenvolver *é que se desembarace dos elementos que fazem da política um negócio*».

Diz ainda o grande psicólogo Gustavo Le Bon: «A força militar de um povo é constituída pelo valor de todos os seus cidadãos. Para que estes possam prosperar é preciso que, a exemplo das universidades inglesas e americanas, se preparem as élites, desenvolvendo-se-lhes não

só a inteligência, mas também o caracter. As vitórias do futuro caberão sòmente àquelas nações que mais rijo possuirem êsse caracter».

Diz finalmente Ribot: «*É o seu caracter e não a sua inteligência que determina a evolução dos povos na sua história ou que regula os seus destinos*».

Foi o caracter belga pelo seu heroísmo e não a civilização belga pela sua sciência, que deu à Bélgica o scetro da moral política do mundo.

Curemos pois esta nossa crise tradicional, esta nossa herança, na parte que ela tem de particularmente Nacional, por um ferveroso culto pela fôrça de Portugal, pela sua energia e pelas suas decisões arriscadas, mas alevantadas, como a nossa última Intervenção na Grande Guerra.

As Escolas e os Quarteis são pontos de transição obrigatória para sucessivas gerações. Abençoado será o tempo que aí se despender a despertar, nessas almas ainda em formação, o amor à sua honra e ao seu próprio nome, como moléculas que são da colectividade Pátria ou Exército.

É urgente que pelo Ministério da Instrução se determine pelo menos uma hora por semana de prelecção patriótica e que pelo Ministério da Guerra se acolham todas as obras doutrinárias, de tendência para a ascensão ou capazes de ir contrariando esta atmosfera de comodismo e de covardia moral, suscitada pelos prazeres desta já hiper-civilização *e que de má fé ou estultamente supõe que acabará com o esfôrço, com os*

interesses e com as paixões dos individuos, das familias, das classes e das pátrias, abolindo as fronteiras e proclamando para sempre a Paz no Universo!

III

O Tratamento da Situação

> **O Caracter e o Espírito de Combatividade da Nação não podem existir sem serem criados em cada cidadão.**
> **E, sem isto, a Pátria continúa em perigo!**

O tratamento da nossa Situação só é possível, como acabamos de demonstrar no capítulo panorâmico anterior, **pela criação da Vontade ou do Caracter:**

pela Escola,

pelo Escotismo e

pela Educação Física.

Esta, é a base da preparação do homem, o qual, na sua vida primitiva inventou desde logo jogos e danças e fabricou armas para caçar e defender-se dos animais, e do seu semelhante, seu principal inimigo de sempre (1).

---

(1) Ten. Cor. Desidério Bessa. Comunicação ao 1.º Congresso de Educação Física. 1915.

Formadas as primeiras agremiações de famílias e tribus, apareceram logo os ágeis, os intrépidos e os valentes, de belas fórmas e elevada estatura, impondo-se como chefes. O bastão de comando quási sempre era alcançado pelo vencedor da luta feroz, em que o mais fraco sucumbía.

Era o direito do mais forte que subsistindo através dos séculos e das civilisações, nos aconselha a preparação constante para a guerra, para a luta pela existência. E, como a primeira e mais preciosa máquina de combate é o homem, indispensável se torna aperfeiçoá-lo e valorisá-lo o mais possível. Assim o entenderam as primitivas nacionalidades, em cujas civilizações a toda a hora colhemos preciosos ensinamentos.

Os egípcios, industriosos e agricultores, tinham os seus exercícios, danças e jogos; os chinêses praticavam a ginástica terapeutica ligada a práticas religiosas, havendo quem afirme que nesse método, denominado Coug-Fou, veio a inspirar-se Ling; e os assírios, os médos e os persas faziam a sua preparação militar desde tenra edade. Na Grécia, recomendada por Platão e Aristóteles, a ginástica era ministrada nas escolas, liceus e academias, acompanhada de banhos e massagens, procurando dar ao corpo a resistência, vigor, flexibilidade e harmonia que hoje vemos imortalisadas na escultura, ao mesmo tempo que os seus soldados se exercitavam em danças para agilidade e levantamento moral, mesmo no decurso das suas campanhas.

Tendo como complemento os jogos olimpi-

cos, verdadeira instituïção nacional, que se diz haver começado no ano do mundo 3:196, em honra de Jupiter Olímpico, fazia assim uma preparação militar que lhe deu soldados robustos e aguerridos com que exerceu longo domínio sobre os povos vizinhos.

Em Esparta levava-se a selecção até á selvajaria, pelo abandono e exterminação das crianças de fraca constituição. Os romanos dedicaram-se constantemente á preparação para a guerra sob a dívisa: «*Combater e Vencer ou Morrer*»; e o certame atlético, luta de escravos, combate de gladiadores, corridas, saltos, lançamento do disco e do dardo, o jogo da péla, constituíam uma escola interminavel de exercícios de educação e cúltura fisica praticada por todas as classes sociais nos ginásios, arenas e casas de banho, onde era de bom tom passar algumas horas por dia» [1].

Na Idade Média os intelectuais tinham deixado decaír estes exercícios, os quais, da maneira como chegaram a fazer-se, em estado de nudez e contra as féras, começavam a roçar pelas raias do delírio; todavia, não se armava o cavaleiro sem que tivesse feito a sua aprendizagem como escudeiro, praticando a equitação, o jogo da lança e da espada, e as escaladas; e as justas e torneios constituíam espectáculos públicos onde a destreza e o vigor físico eram sempre admirados e premiados.

Em Portugal tambem algo se fez sempre

---

(1) Ten. cor. Desidério Beça—Comunicação ao 1.º Congresso de Educação Física—1915.

pela educação físico-militar do povo, a partir da nossa nacionalidade, nascida do assinalado feito de armas de Ourique, porque a luta, sendo então destituída de movimentos calculados, só á força do maior valor pessoal, decidia a vitória.

As milícias e ordenanças, organisadas pelo Conde D. Henrique, fazendo parte da admiravel instituïção do município, a que D. Afonso III e D. Pedro I deram impulso, atingiram um alto grau de perfeição pelas «Ordenações» de D. Sebastião, com o serviço pessoal e obrigatório dos 18 anos aos 60, constituindo verdadeiramente a nação armada, com a instrução aos domingos e dias santificados, e exercícios de tiro obrigatorio, com prémio para os mais exímios; porém, o Regulamento de Recrutamento de 1649 estabelece o serviço pessoal obrigatório, nas milícias desde os 15 anos e a Organisação de 1806, só desde os 17 aos 40.

A Preparação Militar dos rapazes pretende-se que apareça pela primeira vez esboçada no plano de defeza nacional do Duque de Lafões, prescrevendo-se que em todas as capitais de districtos deveria haver armamento usado para que os oficiais e sargentos reformados podessem instruír toda a mocidade, mas, tal ideia, relativamente avançada, e com certeza importada do estrangeiro, não poude ir por diante, nem ela era bem isto. Dizia, entretanto, já então, este venerando general, na perfeita previsão dos acontecimentos de 1807 a 1810, em que a Pátria sofreu as maiores vergonhas e amarguras: — «Portugal deve ter uma constituïção de forma que seja uma nação de soldados, tanto mais porque as nações menos

fortes em forças físicas são as que devem recuperar esta diferença pelo aumento das suas forças morais, por meio de uma educação popular bem entendida, para regeneração do espírito nacional e do amor da Pátria, virtudes hoje (1801) tão raras!».

Por aqui se vê, também, o que eu pretendo demonstrar: a nossa decadência ou incorregibilidade patriótica.

O seu plano não chegou a ser convertido em lei, porque já então, assim como actualmente, no projecto de Reorganisação do Exército de 1801, se verificava que «*os exercicios aos domingos e dias santificados, nada valiam e eram gravosos para o povo* [1]; ao passo que pelo mesmo projecto, se dizia que os exercícios ginásticos das ordenanças, à imitação dos gregos, dos romanos e mesmo dos suiços, eram, pelo contrário, muito úteis à educação nacional.

De aqui se inicia em Portugal, como se vê, o triunfo da Educação Física e dos Desportos [2] sôbre a Instrução Militar Preparatória, certamente por motivo dos sucessos que desde 1773, se vinham notando na Alemanha, com a imitação dos métodos gregos.

---

(1) V. Subsídios para a História da Campanha de 1801.

(2) Palavra derivada do italiano *Disporto* (recreio, divertimento) e empregado nos mesmos casos do termo inglês *Sport* (esporto).

*

* *

Nos primeiros dias do seu apostolado o professor Guth Muths definiu o seu sistema «um trabalho ao ar livre para recreio e prazer da mocidade». Mais tarde definiu-o «um conjunto de exercícios tendendo à perfeição corpória». Tempos depois vinha declarar que a verdadeira ginástica devia basear-se na fisiologia, devendo todo o movimento ser regulado, segundo as particularidades físicas do indivíduo. Passava-se isto quando igualmente a Suécia começava a levantar-se dos sintomas característicos de verdadeira degenerescência notados desde princípios do século XIX. A raça ia enfraquecendo continuamente. A tuberculose produzia em todas as camadas sociais imensas vítimas. O alcoolismo, causa da corrução de costumes, aumentava ainda mais a degradação dêste povo. Era então professor de esgrima na Universidade de Lund, Henrich Ling, o qual sentindo-se enfraquecido e com predisposição para a mesma tísica, empregou todos os esforços para a sua salvação, encontrando na fisiologia, noutras sciências naturais e nos exercícios, nestas baseados, o remédio para tão grande mal.

Estes exercícios tinham por fim desenvolver a caixa toráxica, aumentar o poder respiratório, fortalecer os pulmões, beneficiar e enriquecer a circulação e outras funções orgânicas, e desenvolver harmoniosamente toda a constituição. Estava por esta forma descoberta a grande terapêutica moderna dos exercícios fisi-

cos, que tantos benefícios haviam de trazer á humanidade.

Já avigorado e forte quiz Ling que o seu país compartilhasse das vantagens por êle descobertas. Para isto, e à custa de grandes esforços, fundou, auxiliado pelo govêrno, um Instituto de Ginástica em Stocholmo, que, em menos de um século, havia de transformar a sua pátria num robusto país, civilizado e digno [1].

A Alemanha e a França prestes enviam à Suécia os seus homens de sciência, que imediatamente reconhecem a superioridade daqueles métodos; e em 1885, esta, funda em Paris a União das Sociedades de Preparação Militar.

Em 1909, a Suiça regulava identicamente a sua preparação da mocidade, posto que, nesse país, seja tradicional a educação física e a prática de tiro do povo, havendo alí em 1911, por cada cantão, corpos de cadetes, dos 11 aos 19 anos, com 3:856 sociedades de tiro — isto apesar-de a Suiça ser muito mais pequena e muito menos ameaçada do que Portugal, sendo até considerada neutra!

Em 1911, a Suécia, a Noruéga, a Rússia e Portugal organisavam egualmente a sua Instrucção Militar Preparatória.

Desde 1863, porém, a exemplo do que se fazia lá fóra, que na nossa Escola do Exército tinham lugar com bastante intensidade os exercícios físicos e militares: a ginástica, a equitação, a natação, a esgrima e a táctica. Em 1870,

---

(1) Cap. J. E. Moreira Sales—«O Seculo de 17-7-1908

remodela-se o Colégio Militar—estabelecimento essencialmente de Instrução Pre-Militar, por sua vez aperfeiçoado em 1898 pelo insígne e emérito educador militar, General Morais Sarmento — estabelecimento êste onde se aprende, além disso, a dança, o tiro, o canto coral e a velocipedia, e que, *a meu vêr, por mais de uma razão, tem o defeito de ser único em Portugal, não havendo outro no Porto,* não obstante a necessidade que, na opinião de um dos seus mais esclarecidos professores, há de se desdobrar, a fim de se aceitar a concorrencia que, em 1925--1926 foi de 300 pretendentes para 50 vagas; e, não obstante, não garantir a carreira militar a todos os seus 2.os sargentos cadetes, que a desejem, desde que concluam a 6.ª ou 7.ª classes dos liceus, fazendo os regulamentos chicana de idade para o seu ingresso na Escola Militar (ou Escola de Guerra), que tanto importa seja aos 21, como até aos 22, 23 ou 24, (ao passo que, por outro lado, se promovem sargentos ajudantes a alferes até aos 45 anos, sem que êstes possuam a esmerada preparação física, cívica e militar, ministrada na Luz até ao 5.º, 6.º e 7.º anos) a êsses autênticos pupilos das nossas Instituïções Militares, que valem mais com os seus anos, mêses ou dias em excésso do praso de admissão, do que os estudantes civis, estranhos a toda a educação militar, admitidos até aos 21, como acabou de se vêr com aquêles dois alúnos que recentemente foram expulsos da referida Escóla.

Se em Portugal houvésse maior culto pela farda, ou menos restrições bisantinas, tal praso há muito estaria alargado, do que resultaria

êstes cadêtes não perderam a carreira em que os iniciaram e de uma concorrência maior à Escola só poder haver uma selecção melhor.

Não importa que um alferes seja menos môço, e principalmente um tenente ou capitão, pôsto êste considerado da maior importância, tanto na paz como na guerra, e que por isso ninguém deveria alcançar antes dos 30 anos de idade.

Ácerca dêste assunto, que já em fins de 1925 mereceu a aprovação do nosso Parlamento, a requerimento do ilustre senador, sr. Dr. Júlio Ribeiro, recortamos do «Marte» n.º 316 de 15-2-926: «A propósito das necessidades apresentadas de se organisar em moldes novos a actual Escola Militar, vem a pêlo lançar a ideia do alargamento do limite de idade ou de mais alguma tolerância para a admissão dos filhos dos combatentes da Grande Guerra.

Enche-se para aí a bôca com Ligas de Combatentes, de Mutilados e de Inválidos, cantando-se fácilmente e a propósito de tudo os seus heroísmos, mas quando toca à concessão de regalias a êsses servidôres da Pátria, que lá por fóra «alongaram a honra e a glória de um povo legendário», os próprios combatentes, que ocupam situações de destaque na política e no exército, se retráem. Circunstâncias várias, estranhas ao valor moral, físico e intelectual dos candidatos podem fazer com que êstes não completem os seus preparatórios a tempo».

A Inglaterra, preferindo os jogos e *sports*, os quais lá téem o máximo desenvolvimento,

reconhece, não obstante, na ginástica de Ling a indispensável preparação para aquêles exercícios, que rapidamente alastraram para os Estados Unidos, para a Argentina e para toda a parte, representados principalmente pelo «foot-ball», «lawn-tennis» e «cricket», a tal ponto que nêste Estado, só na sua capital, em Buenos Aires, havia já em 1906, duzentas e cincoenta associações de jogos com cincoenta e três campos, ao passo que em Lisboa havia ainda apenas um — o de Alcantara!

O Desporto deve pois, entretanto, ser considerado sòmente como a última fase da Educação Física, constituindo o seu estádio de desenvolvimento. A não ser assim, sem preparação ginástica, lançando-se as crianças e os recrutas nos seus jogos, de que o «foot-ball» é o mais vulgar, parte da nossa mocidade corre o perigo de se atrofiar, julgando que se avigóra.

*

A seguir, um outro acontecimento da História da Educação Física e Moral da Humanidade se vinha dar com o *Escotismo.*

Em 1886, foi criada em Glascow (Inglaterra), sob os impulsos patrióticos dos seus habitantes, uma instituição denominada «Boys Brigade» (Brigada de Rapazes) tendo por fim: 1.º Desenvolver o culto divino; 2.º Receber a Instrução Militar — isto é, uma instituïção de desenvolvimento simultâneo das forças do espírito e do corpo. Depois, Baden-Powell, o famoso coronel inglês, que na guerra com o Transvál admirou os pequenos guerreiros sul-africanos, teve a

ideia de fazer dos rapazes inglêses os mesmos herois, organisando-os e militarisando-os desde os 14 anos. Em 4 de agosto de 1911 conseguia realisar em Londres uma parada de 30:000 escoteiros a que passava revista o Rei.

A Inglaterra fazia mais: em 1910, organisava corpos de Cadetes, que nêsse mesmo ano de 1912 atingiam o efectivo de 18:000, dos 14 anos aos 16, assegurando assim o recrutamento que lhe veio a ser tão necessário e util para a Grande Guerra, que daí a pouco deflagrava. Dispunha ao mesmo tempo de um batalhão sanitário feminino com unifórmes e divisas militares, cuja ideia veio a ser aproveitada por nós na Flandres (como digo a pág. 216 do «Livro da Guerra».)

Em 1911-1912, a Alemanha reconhecendo desde logo o valor dessa Instituïção, organisava também o Pfadfinder (descobridor de caminhos ou rastos) e, inclusivamente, as Scout-Girls (corpos de raparigas militarisadas).

Seguidamente, esta altruista organisação «Scouting» alastra pelos Estados Unidos da America do Norte, pela Argentina, pela França («éclaireur»), pela Italia («explorati»), pela Espanha («explorador») e por toda a parte, sem sequer ainda os nossos dicionarios comportarem a palavra «*Escoteiro*», como aportuguesamento de *Scout* (explorador, batedor, vedeta, sentinela de bórdo, mancebo andante sem impedimenta, cultor dos desportos ou esportos e da instrução militar como preparação para a defesa da Pátria); nem mesmo a de «*Adueiro*», que o distinto patrióta, Alferes Artur Carlos de Barros Basto, foi buscar ao nosso arcaico *Aduar* (do

árabe «al-duar», o acampamento ou a povoação mourisca), para substituir aquêle anglicísmo, transformando Aduareiro em Adueiro, para evitar a cacofonía.

Em 1914 organisam-se no Porto os primeiros adueiros e, em 1915 publica-se «O Adueiro» sob a direcção dêste meu ilustre camarada. Em 1917, saía à luz oficialmente o Regulamento da Associação dos Escoteiros de Portugal (protestantes) a qual é ainda a única, nossa, desta natureza, filiada na Repartição Internacional de Escotismo, reconhecida pela Sociedade das Nações. Em 1919 decretavam-se os Estatutos da «União dos Adueiros de Portugal» (neutra em política e religião), declarando ser destinada a estabelecer e a desenvolver o aduarismo (adaptação portuguesa do Scouting de Baden-Powell), que tem por fim dar à mocidade desenvolvimento físico e mental, criar energia e confiança nos próprios recursos e desenvolver as aptidões manuais, incutir nos rapazes a disciplina, a coragem e o patriotismo e tudo que sirva para lhes formar integralmente o caracter.

Tendo por distintivo um Trevo de Três Folhas, os seus mandamentos são: I, Ter uma só palavra; II, Ser leal e respeitoso das convicções de outrem; III, Tornar-se útil, esforçando-se por praticar cada dia uma boa acção; IV, Ser amigo de todos e irmão dos outros adueiros; V, Ser cortês e serviçal; VI, Ser bom para os animais; VII, Ser corajoso; VIII, Ser trabalhador, tenaz e perseverante; IX, Ser económico; X, Ser limpo de corpo, de pensamentos, palavras e actos.

E dez anos depois, em 1925, decretavam-se

os estatutos do «Corpo Nacional de *Scouts*» (católicos), declarando ser esta nova sociedade, com séde em Braga, destinada a promover a educação física, intelectual e moral da juventude dos 17 anos aos 21, segundo o método do referido general Baden-Powell. A sua insígnia é a mesma flor de lís dos escoteiros.

Confundem-se assim, como se vê, na mesma patriótica função da educação física e moral ou cívica, não só os corpos de ginástica escolar e as três referidas associações de escoteiros ou adueiros, mas também as escolas ou Sociedades de Instrução Militar Preparatória, o Colégio Militar e ainda todas as agremiações desportivas.

A Junta Directora da União dos Adueiros de Portugal, de que é presidente o Dr. Queiroz de Magalhães, representada por êste ilustre senhor e pelo fervoroso patriota Mário Antunes Leitão, convidando-me há tempos para Adaíl-mór Geral de tão nobre instituïção (que tem por timbre o Caracter ou o Valor), o que declinei por incompatibilidade com estes meus outros afazeres, indigitando-lhe o capitão Emílio Couto, que, coadjuvado pela louvável vontade dos oficiais do 3.º Grupo de Metralhadoras, já alí tem provado o seu merecimento, para suceder ao actual capitão Barros Basto que, pela mesma razão dos seus afazeres, não podia continuar no exercício do cargo, que por longo tempo honrou, a referida junta dos Adueiros de Portugal, compreendeu todo êste meu patriotismo, tôda esta minha admiração e confiança, por essa instituïção que, mais do que nenhuma outra, realisará a lenta

obra de tratamento da nossa Doença Nacional.

Precisamos de valorizar mais o Caracter Português e isto só pode ser alcançado por esta activa campanha de correcção desde a infância, que os usos e a história do mundo nos determinam.

Na Nação não pode existir o espírito de combatividade ou da luta pela existência sem êste se criar no cidadão. E, sem isto, a Pátria continua em perigo!

*

* *

A necessidade da Nação Armada, para substituír os Exércitos Permanentes, tinha como conseqüência lógica a Instrução Militar Preparatória.

Pode dizer-se que esta existe na Alemanha e na França desde 1871-1873. Por decreto de 1911 foi esta também regulamentada entre nós, porém com péssimos resultados, devido não só á exposta falta de educação do nosso povo, mas egualmente à actual falta de aprumo da maior parte dos graduados.

O princípio ou a ideia desta instrução premilitar que, como se viu, não nos pertence, não ha dúvida de que é sublime, mas entre nós, na prática, só tem servido para incómodo inutil, tanto dos instruendos como dos instructores.

Sendo indispensavel que a correcção portuguêsa se faça desde a infância, através do lar,

da escola e das associações escoteiras ou aduei-ras, devem-se entretanto todos dar as mãos, os Pais, os Professores e os Dirigentes destas asso-ciações, harmonisando entre si o ensino da moral, das letras, da educação física, dos conhe-cimentos militares e do tiro, no que não de-verão ser perturbados, roubando-se-lhes, aos Domingos, as crianças, os adolescentes, toda a radiosa infância e juventude, e a liberdade de todos, sacrificando-os a essa Instrução mi-litar Preparatória — modelo 1911 — não porque haja da parte de alguém resistência passiva ou hostilidade contra esta bela instituição, mas:

1.º Por falta de Educação do Povo, não vindo os rapazes préviamente domesticados pelos pais e pelo mestre-escola;

2.º Por falta de Preparação Física; e

3.º Por ausência quasi geral das mais indispensáveis virtudes cívicas nos mancebos, aborrecendo estes cada vez mais a disciplina.

Premiado como fui no Concurso de 1916, quando dirigia a I. M. P. das grandes escolas da Sé e de S. Ildefonso do Porto, em que se mixturava a escória do país com alguns rapa-zes educadíssimos, e elogiado como tenho sido em relatórios das minhas Escolas de Recrutas, é também com autoridade que publico esta mi-nha opinião, por esta forma insuspeita.

A Instrução Militar Preparatória entre nós só tem servido para trazer para os regimentos recrutas cheios de defeitos, adquiridos numa longa série de vicios (mexer, rir, conversar e fumar) consentidos por instructores em geral sem aprumo, sem qualidades pedagógicas nem

entusiasmos patrióticos, ficando por isso sempre os homens peores do que se nunca houvessem recebido tal instrução.

Os soldados recrutas aprendem melhor em oito dias, de instrução táctica o que por aquêle sistema, lhe custaria o sacrifício dos Domingos de três anos (dos 17 aos 19), perdendo desde logo os faltosos o temor pelos castigos, com a agravante, para muitos, de terem de ir á séde do concelho, a mais de cinco quilómetros que, com os do regresso, lhe anulavam desde logo tôda a vontade que podessem ter de aprender!

E êste sacrificio sentiam-no em todo o seu peso todos esses mancebos da aldeia, que chegavam ao Domingo sem ocasião para dedicarem umas horas aos arroubos da sua fé ou aos negòcios do seu coração.

Em Espanha, que é a nação que em tudo mais se assimila á nossa, julgo não haver esta I. M. P., porque pela lei de 1912, este ensino ficou exclusivamente cometido ás escolas oficiais e particulares, como aqui se preconisa. Como tal, por ocasião dos últimos jogos florais de Valadolide (1924) foi proposto um prémio à pregunta: — Dado o conceito moderno da nação armada, deverá começar a ministrar-se o ensino militar nos colégios?

Qualquer preparação dos mancebos, quer para a Paz, quer para a Guerra, tem de ser sempre separada em duas partes: a moral e física, que compete aos pais e aos professores ou ás beneméritas associações do escotismo ou aduarismo; e a de tactica e tiro, que deve ser ministrada por bons instructores militares.

O oficial do exército nunca pode ser o pri-

meiro educador da criança ou seu mestre-escola. O oficial só pode coroar no soldado os sublimes princípios que já deve trazer do Dever e da Pátria. Nem mesmo tal aproveitamento chegará a ser um facto, se não encontrar apoio na família.

Antes da França ser derrotada em 1870—diz o grande filósofo Samuel Smiles—o barão Stoffel foi mandado dar informações sôbre o estado da opinião e da moralidade na Prussia, comparado com a França. No decurso das suas observações diz êste: «*A disciplina do exército depende da disciplina da sociedade ou das familias particulares.* Na Prussia, os rapazes são educados na obediência geral, no respeito à autoridade e principalmente para o cumprimento do dever. Em França, não são».

De resto, se o ilustre capitão Homem Cristo, como o prova o seu livro «Pró Pátria» foi outròra o glorioso campeão contra o analfabetismo militar, demonstrando que o oficial também póde ser mestre-escóla, hoje, porém, tanto não o poderia ser, salvo se desdobrassem o tempo da instrução dos recrutas em duas partes: quatro horas para aprenderem a lêr, com sacrifício da Ginástica, da Esgrima e Canto Coral, que não fariam maior falta, e quatro horas para Táctica, Fortificação e Tiro.

Para êste tiro deveria haver carreiras reduzidas èm todas as guarnições, designadamente no Porto, visto que, em França, em plêna guerra, onde esta instrução era a de maior importância, em qualquer canto de uma aldeia ou cidade se improvisava uma carreira para pistola, espingarda ou metralhadora. Imagine-se

que, *ao passo que a nossa Federação Nacional de Tiro não conta hoje mais de 2:000 associados, na Suiça, só em 1910 fizeram exame de tiro 28:856 jovens atiradores!!!*

Hoje, mais do que nunca, é necessário consagrarmo-nos a tudo quanto possa concorrer para o levantamento fisico e moral da nação e para darmos a esta um caracter definido.

Não só as raças definham quanto mais se avança em civilização, em que desaparecem os costumes simples, quási campesinos, para existirem cada vez mais as casas de prazer intenso, da fadiga dos sentidos, da corrupção, da cocaína, do alcool, do fumo, do café, do trabalho manual ou sobretudo inteléctual exáustivo, sendo preciso reagir constantemente contra esse fenómeno da decadência; mas, ainda, os lances do campo de batalha são cada vez mais trágicos ou dantescos, exigindo uma resistência moral e física cada vez mais sólida.

Chegam a ser irrisórias as narrativas dos combates pretéritos e o que o nosso Padre António Vieira diz da bomba!

A descrição das batalhas da nossa campanha da Restauração (1644), em que tanto os pequenos exércitos portuguêses como os espanhois ficavam estarrecidos perante 4 canhões de carregar pela bôca, parecem-nos hoje um divertimento.

Perante a tempestade da barragem da artilharia moderna e o estonteamento dos torpedos da aviação, o homem tem de fazer hoje um esfôrço cem vezes maior de coragem do que nos tempos de Napoleão, em que as cargas de

couraceiros, de crinas encrespadas, de lanças em riste e de estardartes ao vento da glória faziam como que a apoteóse da guerra.

A vida de emoção e sacrifício a bordo de um submarino a as responsabilidades de um comandante, que deve ser tudo quanto há de mais perfeito no físico, no moral e em vastidão de conhecimentos (como descreve o capitão tenente da armada Fernando Branco, num interessantissimo capítulo da Revista Militar n.º 11-1925), do mesmo modo constitue na guerra maritíma actual uma exigência incomparávelmente supérior às do tempo de Nelson.

« Não há producto do génio humano mais complicado de que um navío de uma esquadra moderna, e não se deve confiar o comando duma tal embarcação a nenhum oficial cujo cérebro e nervos não tenham sido físicamente preparados, intelectualmente treinados, de modo a torná-lo capaz de proceder com prontidão e decisão em uma circunstância critica. »

Como muito bem dizem na *Revista Militar* n.º 3-1924, o capitão Fernando Ayalla e o tenente Henrique Galvão, diplomados pela Escóla de Ginástica de Joinville, que à especialidade se têem dedicado, fazendo toda a propaganda possível em benefício da Educação Física e da sua orientação, a Grande Guerra, veio revelar-nos que aos exércitos e designadamente ao nosso, em que houve 93 casos de loucura qualificada, faltaram qualidades para suportarem os embates terríveis, que ela exigia.

Eu tive de certo, como nenhum outro capitão da Flandres, ocasião de verificar e de sentir isso mesmo, a-pesar-de os nossos raids ou a

Batalha de 9 de Abril de 1918 que, na Lawe, atingiu um dos seus aspectos mais violentos, ficarem longe dos combates de Verdun, suportados a pé firme, durante dias, sob um dilúvio de Artilharia Pesada, com explosão de minas, justificando-se perfeitamente o que diz o eminente psicólogo, Gustavo le Bon: « As guerras empregam armas materiais, mas os seus verdadeiros motores são forças psicológicas. Cada peça, cada baioneta, está envolvida por uma atmosféra de fôrças invisíveis, que dirigem os sentimentos e as acções dos combatentes ».

Num meio em que « a morte vem invisível de todos os lados», só vencerão aquêles que mais forte vontade poderem ter para actuar ou resistir.

Louvores vão por isso ao nosso tenente coronel do estado maior Pires Monteiro, pela fórma eloqüênte como se vem manifestando pela simplificação da cultura, em favor do moral, citando na «Revista Militar», n.º 5—1924, a opinião do General Maillard, que no seu notável curso «Eléments de Guerre» diz:

«*Sob o pretexto de que os progressos das sciências e da indústria serão utilisados pelos exércitos, proclama-se que a guerra será scientifica e exigirá conhecimentos desenvolvidos de matemática, quando, afinal, a regra de três simples basta para resolver todos os problemas de cálculo, que possam surgir durante uma campanha*».

A seguir, aquêle mesmo ilustre tenente coronel, cita a tése do coronel Fonjallez, apresentada na Universidade de Lausanne, segundo a qual «a base da disciplina das tropas já não

é o passo de parada, mas a formação desportiva e cívica».

Na realidade, pela minha experiência, reconheço que é mais pela Inteligência do que pela Sciência e mais ainda, sobretudo, pela fôrça da Vontade, que se faz alguma coisa em campanha, onde se verifica ao mesmo tempo o axioma de que o moral dos exércitos é exactamente o moral das respectivas nações.

Entre nós (dizem os nossos referidos diplomados em ginástica, na «Revista Militar» n.º 3-1924), porque se descurou a Educação Física, as estatísticas hospitalares do Corpo Expedicionário Português (assim como as das expedições à Africa) revelam dolorosamente esta nossa insuficiência. A'cerca do que, por sua vez o mesmo snr. tenente coronel Pires Monteiro diz: «As estatísticas da Grande Guerra evidencíam a atenção que êste assunto deverá merecer aos dirigentes. **As nossas percentagens do C. E. P. são aterradoras, pois que 51,7 % dos oficiais e 53,6 % dos sargentos ali presentes foram submetidos às juntas de inspecção! Este resultado é deploravel, sob qualquer aspecto que o consideremos».**

De toda esta depressão física—e digamos moral—téem advindo ao mesmo tempo os maiores prejuízos para a Justiça e para o Estado, porque tendo-se sete anos depois, começado a acusar cavilosamente a Rèpública de abandonar os Mutilados, resultou uma Lei tão generosa, que não podendo ser extensiva aos que por lá mais se agüentaram e salvaram a honra nacional, *essa lei se transmudou em*

prémio para alguns que já para a Africa ou para a Flandres, em cujas linhas de fogo nunca estiveram, foram protegidos pela sua fraqueza congénita. Assim o confirmou o referido snr. Ministro da Guerra, declarando em 15-1-1926 no Parlamento: *«A maior parte dos que se apresentam como inválidos da guerra, nunca lá estiveram».*

Pelo menos, igual razão haveria, pois, para no acto da reforma, se conceder desde já um posto de acésso perfeitamente honorífico a todos os legionários da guerra que à Africa ou à Flandres não fôram servir simplesmente de estôrvo.

E não só isto: em homenagem a êstes Veteranos da nossa Gloriosíssima Intervenção, em nome do seu amor ao exército e em benefício da Fazenda Nacional, permitamos a sua continuação ao serviço nas Unidades Activas, até aos seus limites de idade, aos oficiais não aprovados nos seus exames para o pôsto imediato, que assim o desejarem, evitando-se a muitos a sua condenação à miséria.

Se os doentes téem regalias, as mesmas devem ter os sãos; do contrário, a sorte da guerra, a sorte da Pátria, dependerá apenas dos médicos. A maior vantagem do militar consistirá em adoecer.

A defeza da Pátria não precisa de promoções a êsmo, para contento de revolucionários. Do que precisa é que se mantenham os quadros bem pagos **e se acabe com essa monstruosa imoralidade, que só no nosso país existe, de não haver um subsídio de família, do que resulta uns poderem sofrer a crise, enquanto para outros se torna insuportável.**

«O tempora! O mores!» Em 1866, morria cheio de penúria Francisco José da Silva, um bravo que nos momentos mais críticos do cêrco do Porto recebêra uma bala na testa, cobrindo a frente de D. Pedro IV que, por tal motivo, lhe poz a sua venera da Torre e Espada ao peito. E em 1873, numa parada, apareceu uma relíquia dos Veteranos da Liberdade, dos defensores dos direitos da Monarquia e da Carta, com o colar da Torre e Espada sôbre o uniforme do Asílo da Mendicidade!» [1]

Pecava-se então pela avareza, como agora se peca pela liberalidade.

Hoje mais do que nunca, repito, todos os portugueses devem ter como primeiro dever do seu patriotismo contribuir com seus filhos de ambos os sexos ou com todo o auxilio possivel da sua boa vontade para o desenvolvimento da Educação Física, do Desporto, do Escotismo ou Aduarismo, que o Estado deve reorganisar, desenvolver, proteger, (e subsidiar) na Escola, no Campo e no Quartel, de modo a criar-se-lhes a energia material e moral, o espirito cívico e heroico, e emfim todas as fortes e nobres qualidades, que nunca podem ser atributo dos fracos, a fim de que a antiga beleza grega floresça por todos os lados em cada lar e na colectividade nacional, dando ao mesmo tempo a esta um moral mais são e um caracter mais destemido, agressivo e definido.

---

[1] Pag. 292 e 294 do livro «A Regeneração», por Eduardo Noronha.

Nesta ordem de ideias, não somos pela comemoração do 9 de Abril, como se faz, que se tem transformado numa autêntica data fúnebre, em volta dos seus 315 mortos (caídos na sua maioria pelos estilhaços da preparação da artilharia para o assalto da infantaria), com a agravante de se ter aparentemente em menos conta os restantes 1:620 mortos da Flandres, os 1:820 de Africa e os demais mortos de todas as nossas guerras.

Só nós, portuguêses, os menos militares da Europa, como o acaba de demonstrar a última «Revista Militar» (n.º 4—1926), comemoramos um combate por esta forma, do Silêncio, do qual se lembraram os norte-americanos para o dia do funeral do seu Presidente Mac-Kinley.

O nosso programa de realizações resume-se exclusivamente na aspiração de homens de têmpera como Nun'Alvares, para tudo que o futuro possa ocasionar, e não só para isto, mas ainda para poderem afirmar cada vez melhor, dentro do país, nas colónias e no estrangeiro, que o ramo português da Raça Mediterrânea, a que pertencemos, como adiante se vê, pode competir com as Raças do Norte, as quais, se hoje estão triunfando pela sua fria energia ou pela sua àlgida vontade, não é porque sejam dotadas pela Natureza de qualquer previlégio, mas porque elas próprias criaram essa *Vontade*.

Ponhamos os olhos nos métodos de levantamento patriótico e de educação militar da nossa visinha, onde, por influência das comissões de oficiais que foram servir na Guarda

Imperial da Alemanha antes de 1914, tudo recende a espirito guerreiro.

Enquanto na nossa Escola Militar—diz o distincto tenente coronel do estado maior Couceiro de Albuquerque (diplomado pela Escola Superior de Guerra de Paris), na «Revista Militar» n.º 12-1925,—os programas de intrução obrigam a exigir dos alunos um rendimento de memória muitas vezes superior ao humanamente admissível, embotando-lhes um melhor desenvolvimento da inteligência e do raciocínio; em Espanha, por uma bem orientada educação prática, faz-se do cadete, do aspirante, um homem apto a dominar, começando por se lhe ensinar a dominar-se a si.

O espírito da disciplina, da honradez, do caracter, do sofrimento e da glória de ser oficial espanhol, apto a usar da sua liberdade e da sua iniciativa, *arredado de toda a política partidária,* é a principal preocupação dos seus lentes, sem esquecimento de uma hora diária de ginástica educatica, não só para os habilitar a ministrar a instrução física aos seus soldados, mas, sobretudo, para criar nesses aspirantes a oficiais *«el espiritu de combatividad»* ou esse entusiasmo que tão lamentavelmente nos faltou na Grande Guerra, por tudo quanto venho expondo.

Pelo que fica exposto, pelo que todos compreendem dos resultados de tanta teoria e pelo que acaba de dizer o também já referido sr. tenente coronel Pires Monteiro, uma das primeiras figuras actuantes do nosso exército, a nossa Escola Militar, reorganisada em 1919, logo depois do armisticio, deve ser quanto antes

profundamente remodelada ou modificada no sentido de se prepararem ali não oficiais puramente teóricos, mas másculos em toda a acepção da palavra, que tragam na alma o alôr que é hoje indispensavel para dirigir homens, para os impulsionar e para levantar esta Pátria do marásmo em que a política egoista a sepultou.

Esse alôr anda já na inteligência e no desejo dos seus lentes actuais, onde se contam brilhantes soldados, mas é preciso constar de um programa de execução. E' realmente indispensavel — como se diz a pág. 660 da «Revista Militar» n.º 12-1925 — verificar até que ponto os candidatos podem possuir vocação para esta vida das armas, toda de constante vibração e abnegação, *sendo quanto antes ocasião de se acabar com êsse errado critério da Escola Militar não receber sempre os 2.os e 1.os sargentos cadetes, mesmo além dos 21 anos, especialmente os filhos dos combatentes da Grande Guerra, havendo cadetes com as melhores provas de habilidade, de aptidão e de conduta no Colegio Militar, que andam para ai preteridos por civis na admissão à Escola.*

Numa época em que o programa liceal está já absoluta e oficialmente condenado por exagerado ou estúpido, por uma questão de classificação de uma lição, não deveria cortar-se a carreira militar aos rapazes que a ela, desde crianças, se consagraram, mantendo-se assim as tradições da familia militar e da melhor camaradagem.

Nos caminhos de Ferro e nos Correios e Telégrafos preférem-se as pessoas de familia a todos os pretendentes.

*

* *

Enfim: dizia o Presidente da Rèpública Francesa, em 1 de Junho de 1914, dias antes de rebentar a Grande Guerra, perante uma reunião de 3.000 convivas da União das Sociedades de Ginástica em Rennes.: «—Há quarenta anos (seguidamente à vitória alcançada pela Alemanha) que a vossa União iniciou a sua missão de utilidade nacional. As feridas que a França tinha sofrido ainda então vertiam sangue, e todo o mundo sentia a imperiosa necessidade de preparar no país, para o futuro, defensôres robustos e intrépidos. Depois sucederam novas gerações, que só conhecem os benefícios da paz; nada sabem da guerra, senão pelos livros e pela narrativa dos velhos, mas a história aí está, para lhes ensinar que as nações, que adormecem em uma segurança aparente, acordam muitas vezes humilhadas ou desbaratadas. A nação não quere sofrer as imposições do estrangeiro; é decididamente pacífica, mas pretende salvaguardar a sua independência, os seus direitos e a sua honra. Necessita para os defender de um exército composto de grossos efectivos e ràpidamente mobilizável; necessita de tropas instruídas, exercitadas e ardentes. A União das Sociedades de Ginástica tem sido sempre para o exército uma excelente escola preparatória. Preparai-nos homens — dizia o general Chanzy na vossa 8.ª festa federal — *prepa-*

rai-nos homens, que nós os transformaremos em soldados (¹).»

Como se vê, se não fosse esta preparação física, com certeza lhes faltaria a fôrça moral, quási sôbre-humana com que resistíram em Charleroi, no Marne e em Verdun, a êsses mesmos exércitos imperiais e impetuosos, que vinham absolutamente animados pela superior ideia de invencíveis, ideia esta pelo seu lado criada à fôrça de uma ainda mais rigorosa educação.

Essa fôrça moral dos francêses foi para os Aliados mais valiosa do que toda a sua imensa ajuda material que prestaram à França. O peito heroico de cada um dos seus soldados valeu--lhes por uma fortalesa. Por isso ela consigna no seu último orçamento 10 milhöes de francos para a Educação Física, a Inglaterra 8 milhões de libras e a Alemanha 135 milhões de marcos ouro, ao passo que em Portugal mal se começa a pensar neste processo único de Tratamento da nossa Situação Portuguêsa.

Só quando Portugal se lançar no verdadeiro caminho dêste dever sagrado, do revigoramento dos povos, todas as suas crises desaparecerão, passando a ter tudo: élites, administração, navios, aviação, canhões, fortificações e defesa. Mas, quando alguma coisa tenha que lhe faltar, que tenha ao menos homens em toda a acepção da palavra.

Spencer, parafraseando o sábio americano Emerson, autor da Filosofia do Heroísmo, disse que «a primeira condição de sucesso para o

---

(1) Da «Revista Militar», n.º 9.—1914.

homem, na vida, é a de ser um bom animal». E Rousseau, dizia: «E' preciso que o corpo tenha vigor, para obedecer ao espírito».

Está provado que vale mais um soldado preparado nestas condições e catequizado no seu amor à honra da Pátria, do que uma dúzia de outros sem moral, sòmente adextrados e couraçados ou armados até aos dentes.

O nosso exército pode regular pela terça parte do efectivo espanhol, tendo este mais a seu favor a grande experiência do Rif (que acaba de se submeter) e um elevado moral, de conquista, que nós não podemos sonhar.

A integridade da nossa Pátria e a dignidade Nacional ficarão entretanto suficientemente garantidas no dia em que o Exército Português, bem escalonado na sua defesa estratégica, possuir esta Vontade Colectiva, inquebrantável, de se não deixar vencer.

Num ponto qualquer da nossa frente da Flandres foi feito prisioneiro um alemão que, não obstante estar cercado de baionetas, não deixou, mesmo assim, de, por sua vez, intimar os nossos soldados a renderem-se a êle! Está claro que isto só provocou a hilariedade; mas, quando um exército possue elementos desta fôrça moral, é preciso que se mobilise o mundo para nem assim o vencer.

Pode o inimigo descobrir depois as nossas posições e inundá-las de metralha, mas tenhamos bem presente quantas toneladas de munições fôram necessárias na Grande Guerra para se desalojar um soldado francês e quanto êle pôde guiar-se por esta fráse de Cambronne: *« La Garde meurt, et ne se rend pas !»*

Toda esta preparação que se preconísa pela Educação Física, precedida da Escola, como remédio para a nossa defecção nacional, consiste na resistência à fadiga, á doença e ao perigo.

«A' *Fadiga,* resiste-se pelo hábito; à *Doença,* fornecendo ao organismo os elementos essenciais à saude, como são o oxigênio e o movimento, contra o micróbio, a depressão, a nevrose; e ao *Perigo,* resiste-se porque, o homem que se sente fisicamente forte, possue, por via de regra, um moral mais elevado para ousar mais e recear menos».

As qualidades de disciplina, iniciativa, resolução, destreza, agilidade, sangue frio, tenacidade e solidariedade são apanágio de todo o homem educado nestas condições.

E, quando ensinado a par, desde a infância, nas suas obrigações de civismo, por meio de símples palestras que sejam, ministradas com entusiasmo, teremos nêle o tipo completo do homem de moral que saberá erguer Portugal na Paz às culminâncias de Patriotismo e na Guerra às culminâncias do Heroísmo!

IV

A cura da Situação

> De um edifício que arde e fica reduzido a escombros ressurge sempre uma obra mais bela.

«A guerra é a arte sublime do sacrificio», assim como o Sacrificio é a pedra de toque do patriotismo, sendo precisamente por entre nós vir decaindo esta arte excelsa de renúncia até à própria vida pela Pátria, que se chegou ao pendor moral ou de caracter em que nos encontramos, até se recorrer a toda essa Mentira Heroica, a par de toda essa Mentira Política e de toda essa Miséria Social a que me refiro nos capítulos anteriores.

Afirmo-o com a prova da nossa história militar, com a auctoridade da minha já longa observação através de quatro campanhas em que sempre me louvaram e com a consciência alta de quem tão expontâneamente ou por sua iniciativa, e sem ambições nem proveitos, tanto

se tem arriscado e sofrido pelo seu excessivo amor à Pátria e particularmente ao Exército.

Preparêmos por conseqüência êsse novo espírito de sacrifício, essa disposição para o sofrimento máximo em pról de Portugal, êsse alôr para a guerra, o culto do valor, da honra individual ou nacional, contrariando os esforços sacrílegos e os efeitos lamentaveis dêsses que consciente e inconscientemente pregam o completo licenciamento do exército, dessa escola de civismo e de patriotismo, a pretexto de que o país já não tem remédio para a crise que o domina;

—a pretexto de que não possue recursos para manter um núcleo adextrado e apetrechado, nem mesmo reduzido como se encontra; a pretexto de que Portugal pouco romano e por isso pouco guerreiro, deve limitar a sua preparação ao ensino dos rapazes em todas as escolas, onde aprenderiam a marchar e a atirar, ao mesmo tempo que a soletrar, tornando-se assim, por desporto e de facto, conscientes cidadãos defensores da Pátria; a pretexto, inclusivamente, de que é incoerente que um povo cristão pense em fazer a guerra;

—a pretexto, finalmente, de que, o «Recrutamento Militar, causa da ruína economica e moral do povo, deve acabar, substituindo-se as actuais instituições por uma organisação de voluntarios pagos, pois que se Portugal fôsse hoje atacado, teriam os civis de o defender. Entre nós há imensos homens sem condições para o trabalho, devido ao que, se fazem vádios ou malfeitores. Estes podiam ser admitidos nos tais corpos de voluntarios...»

Acha-se êste último pretexto publicado num grande diário do Norte, de 23 de Outubro de 1925!!!

Sem se lembrarem de que Gustavo Hervé, chefe anti-militarista francês, tendo cumprido onze anos de prisão pelos seus ideais, se alistou em 1914 na 1.ª Linha dos combatentes contra o inimigo da Pátria, arrependido da sua propaganda;

Sem se lembrarem dêsse surpreendente exemplo de Mussolini, comunista expulso da Suiça, por perigoso, que abjurou das suas ideias para defender a intervenção da Itália na guerra, onde se bateu como um leão; e sem se lembrarem de que ainda recentemente (V. «Revista Militar» n.º 8-1925) o deputado socialista Libermann acabou de declarar no parlamento polaco: «Regeitar os créditos necessários para o Exército seria abrir as portas ao inimigo e cometer um crime de lésa-pátria que a classe operária mais do que nenhuma outra viria a sofrer»;

— Prégam estas heresias á gente mais ignára do país, o qual, por seu turno já é o mais inculto dos que se arrogam o direito de mentores ou civilizadores, mas porque a sua paixão não os deixa ver bem, encarando Portugal apenas como um objecto material, estranhos a toda a ambição espanhola, até à hora em que por acaso se possa tornar necessário mobilizar êsses bandos de paisanos de pé descalço, que nem ao menos possuiriam a alma da Revolução Francêsa, com a guilhotina atrás de si; e outros porque, nêsse seu egoísmo animal, tal qual Dantec o descreve, entendem que não devem contribuir para a Colectividade Nacional com a

maçada que uns meses de recruta pódem dar a seus filhos — em troca de tanto que aprendem nêsse curto periodo de transição, — nem com o desembôlso de uns cobres, de imposto, que lhes póde dar para uma sessão de cinema.

Um recrutamento que tem lugar em todos os países do mundo, por um ou dois anos, só em Portugal, em que metade dos mancebos ficam isentos e a outra metade apenas transita pelos quarteis, só em Portugal, onde a onda defectista cresce assustadôramente, é que causa a ruína economica e moral do povo, como se tantas das guerras passadas e todas as guerras do nosso tempo e futuras não tivessem por objectivo único a defesa ou a conquista do pão e da honra!!!

Lamentáveis processos são estes dos senhores extremistas, já não digo contra a opinião das maiores mentalidades civis da nossa terra, como o Dr. Cunha e Costa, que diz que «*não há educação cívica em Portugal, a não ser a que se ministra na caserna*», mas contra os próprios mandamentos do bolchevismo russo.

Na terra dos Soviets, como se póde ver dessa interessantissima descrição, que anda publicando o «A. B. C.», só durante a embriaguês revolucionária, a melhor recomendação para se ser algo nos exércitos bolchevistas, era o individuo ser um bandido de alto lá com êle. Passada essa bebedeira, este critério voltou á «primeira fórma».

A defesa da Pátria não póde fazer-se com paisanos, a não ser contra paisanos, como sucedia na Cafraria ou na Zululândia, antes dêsses territórios serem ocupados pelos euro-

peus, e onde por sinal os exércitos ficavam baratíssimos, porque as tropas vestiam apenas uma tanga, quando muito, e alimentavam-se de gafanhotos.

Enquanto êsse socialismo ou comunismo não chegar ao apuro de renunciar à Pátria, que nada mais é do que a dilatação da Familia, essa tem de ser defendida por soldados, não de natureza vàdia ou malfeitora, como há quem preconise, mas que estimem a honra até ao ponto de poderem dar a vida por ela.

«*Nem só de pão vive o homem. Em honra deste—diz Gustavo Le Bon—a luta nem sempre é determinada por uma questão de estomago.* A própria leôa desafia as balas do caçador, quando este lhe ofende os seus sentimentos de mãe».

Se não fossem as nossas conquistas e descobertas com que o espírito e o sangue de Portugal e Castela criaram vinte nações na América, repetindo na Edade Média o prodígio da antiga Roma, andariamos na história do mundo tão apagados como a Patagónia ou mesmo como a nossa irmã Galiza.

Assim como leis físicas governam o Universo, forças morais regem as Sociedades, do mesmo modo que só a Virtude, ou ela seja beleza ou sofrimento, dignifica o Amor, em toda acepção desta palavra.

Só a virtude eleva o amor dos homens; só a virtude eleva a funcção da guerra.

Irmãos eram Caim e Abel, e todavia uma simples inveja transformou o primeiro em assassino. Cristo recomendou: «amai-vos uns aos outros». Na realidade os homens assim o fingem, em tempo de . . . paz, porque em tempo

de... guerra, teem que obedecer ás leis imutaveis de Deus ou da Natureza que estabeleceu a morte violenta ou o estado de destruïção como meio de todo o aperfeiçoamento humano, como adiante se demonstra, não porque isso constitua alguma novidade para os profissionais militares, dignos deste nome, mas unicamente como contra-propaganda das ideias falsas e tão prejudiciais do nosso pacifismo nacional, que já tem levado a revoltas, como as da Flandres em 1918, e pode um dia levar a desespêros tão injustos como êsses dos grêgos, fuzilando os seus ministros, seguidamente á sua derrota na A'sia Menor.

«Servir a Pátria, servir a Família, servir os semelhantes — diz o talentoso Dr. Pires de Lima — equivale a viver. Numa época em que a Vida vale pela porção de sacrifício que pode dar e em que o homem sentindo-se oscilante entre os túmulos e os berços, apenas deve ter por missão ser útil, a existência de todos os que se arriscam pelo bem alheio é uma soberba lição, é um magnífico exemplo. Eles representam na mais bela expressão, que é a do sacrifício, a nobre missão que o homem tem no mundo — servir. Servir é pensar nos outros mais do que em si próprio. Servir é dar ao bem geral o esforço particular. Servir é a dilatação da alma. Vá que ela toque todas as almas e cinja todos os corações. Nunca como hoje servir teve uma oportunidade mais profunda e representou uma mais alta necessidade social».

De todos os serviços o mais nobre e instrutivo é ainda hoje o de ser Soldado. Poetas, prosadores, homens de sciência e operários tiveram

todos na última Grande Guerra uma vida da mais estreita camaradagem sem distinções, de perfeita democracia, e sem que alguém menosdiga dessas suas horas magnificas de beleza e sacrifício, para que os paisanos, que por cá ficaram à rectaguarda, devam ter opinião anti-militarista sobre os projectos de uma sociedade nova.

«Tem-se dito — escreve o grande filósofo Samuel Smiles na sua obra «O Dever» — que os tempos de guerra em todos os países foram aquêles em que as artes da paz floresceram com maior prosperidade, em que o génio literário fulgurou com mais vivo esplendor. Sócrates, Eschylo, Sophocles e Xenophonte, todos pelejaram nas guerras da sua pátria e deram depois honra à sua literatura. O mesmo sucedeu em Roma, no auge da sua glória. O imperial Cesar foi o maior dos seus guerreiros e um dos seus maiores escritores. Até o poeta Horácio foi soldado» — como foram Camões, Gabriel d'Annunzio e mil outros.

O sublime escritôr Dr. Joaquim Costa (Celso) do mesmo modo parece gosar com as belezas morais da guerra, quando há tempos publicou a propòsito da Ilíada: «E confesso que apesar de tantos e tão horriveis combates, o meu espírito retirou serêno, contente, por ver os deuses satisfeitos, e o Olimpo ter contribuído para a definitiva vitória da virtude. Na verdade, na própria tragédia o sonho entôa o seu canto amargo à beleza».

O scintilante jornalista Dr. Trindade Coelho, uma grande parte do seu talento o tem consagrado a instar pela urgente reconstituïção de uma Pátria forte.

O não menos grande patriota Dr. Cunha e Costa, já referido, numa eloqüentíssima conferência, tendo por têma a beleza moral do papel dos herois no engrandecimento das pátrias, ainda há pouco fez a apologia da carreira das armas, confessando-se um apaixonado militarista e frizando que *o soldado, devendo ter por timbre a honra, o cumprimento do dever, a lealdade profunda, só êle póde ser o meio de salvação nacional.*

Carlos Malheiro Dias, o escritor excelso, erguendo-se em defesa dos pontos de vista do Dr. Antero de Figueirêdo, exortando a nossa mocidade a seguir o ideal de grandeza de D. Sebastião, cujo heroísmo ultrapassa e triunfa sobre a fatalidade que o empolgou, é talvez o pontífice máximo dessa pléiade de almas de eleição que mesmo sem haverem experimentado as comoções heroicas de um soldado, entendem que só por este espírito de sacrifício se pode levantar a Pátria e consagrar-lhe o cântico da sua imortalidade.

*

* *

Teem sido sempre os pacifismos ou os defectismos, e nunca as guerras, que teem perdido as nacionalidades. Assim sucedeu com a Polónia, como adiante se diz; assim sucedeu com a Prússia, caindo aos pés de Napoleão depois de dar ouvidos ás doutrinas filosóficas e filantrópicas da Revolução Francêsa e do alemão Kant; assim sucedeu com a Grécia e com Roma que, se então conseguiu pelas suas vir-

tudes cívicas dominar o orbe, só pelas suas virtudes militares alcançou retardar a derrocada que por fim, um dia, lhe chegou pela desmoralização civil.

Não podemos nem devemos viver adormecidos á sombra da tradição, das imarcessíveis glórias dos descobrimentos e conquistas de Africa, do Brasil e da Índia, das batalhas de Aljubarrota e do Bussaco, nem da glória diplomática da Intervenção na Grande Guerra. Entre os homens como entre os povos, hoje não se quer saber de pergaminhos. Pelo contrário, quem os tem, maior é o seu dever de os honrar e aumentar.

«Se queres viver, desperta e luta. Existir é lutar, viver é vencer» — grita o famoso pensador americano Ellick Morn, num livro há pouco espalhado por toda a Europa.

Mesmo que não tivéssemos necessidade impreterível de nos acharmos preparados ou prevenidos para a defesa dos nossos direitos e para o cumprimento dos nossos deveres de Aliados da Potencia que melhor nos póde garantir esses mesmos direitos, pela circunstância de nos acharmos empolgados pelas fronteiras de uma nação muito mais forte e aguerrida, bem experimentada em Cuba e em Marrocos, e com um «forte Rei»; e pela circunstância dessa nossa Aliada ser sua tradicional inimiga e todos os nossos domínios se encontrarem «dentro do raio de acção de numerosos conflítos, que uma visão política mesmo não apurada, prevê se possam desencadear» mais hoje ou amanhã, como a hipótese do dominio do Atlantico, no meio do qual ficam os Açores, ou uma

intervenção a favor do Japão; mesmo que não tivéssemos a necessidade e o dever absolutos de nos acharmos preparados contra o natural ideal da Espanha, em presença dos ódios mais irredutiveis que as nações entre si recalcam, cada vez acho menos cínicas ou mais sinceras e certas essas sensacionais palavras que Moltke pronunciou solênemente perante os delegados da Paz de Francfort: «A guerra é santa e de instituição divina; é uma das leis sagradas do mundo; conserva nos homens todos os grandes, todos os nobres sentimentos: a honra, o desinteresse, a virtude, o valor, e impede-os, em uma palavra, de cairem no repugnante materialismo».

A guerra — diz do mesmo modo êsse grande filósofo espiritualista Allan Kardec — é o processo de que a Providência se serve para a humanidade alcançar mais depressa a liberdade e o progresso, a perfeição e a justiça». Assim como dela, mais alto ainda, fála Mahomet ao mundo muçulmano: «A espada é a chave do céu. As fadigas da guerra são mais meritórias do que o jejum, a oração e todas as práticas religiosas. Os bravos que cáem no campo de batalha sobem até Deus, como mártires».

Para os próprios japonezes, para os negros e para todos os homens que o sol alumía, desde os tempos prehistóricos e bíblicos, em que o próprio povo eleito do Senhor não se achava dispensado da guerra — que evidentemente não poderia existir se não fôsse da sua Divina Vontade — a guerra tem sido o único agente de todas as agremiações e de todos os triunfos rácicos sobre a defecção adversa, assim como

o heroísmo é uma virtude que anda misteriosamente ligada ao sobrenatural. «Até nas áridas costas de África o fero hotentote pede que lhe ponham ao lado da sepultura o arco e as frechas para combater no país das almas». E a prova de que nunca as guerras enfraqueceram moralmente os povos, está em que as nações que melhor se bateram são as que melhor se agüentam e levantam.

A Alemanha desconhecedora por completo do que seja pacifismo ou defectismo achava-se moral e materialmente preparada a tal ponto que não temeu lutar contra uma grande parte do mundo. Mesmo assim ninguém conseguiu invadi-la, ocupando-a sòmente quando ela se resolveu caír de pé. A contribuïção de guerra a que a obrigaram não tem precedentes na história, julgando-a todos para sempre aniquilada. Oito anos decorridos ela impa de reconstrução, de ressurgimento e de progresso. Dispõe de uma frota aérea formidavel e de cem milhões de germanos frementes pela desforra contra um povo que há de vir a ser vítima das suas comodidades, dos seus prazeres e dos seus anti-militaristas latinos.

A França foi invadida. Uma grande parte do seu território foi reduzido a um montão de escombros e as suas despezas de guerra deixaram-na em face de mil dificuldades. A pesar-de isso, as exportações vão excedendo as importações numa média mensal de 500 milhões de francos. Sustentando uma guerra na Síria e em Marrocos, apenas o defectismo latino, que, por enquanto, só ali e em Portugal tem encontrado tolerância, constitue a sua única ameaça.

A Inglaterra não foi vencida nem invadida, mas fez um esforço colossal. O seu povo, possuïdor do mais elevado grau de educação cívica e de força de vontade, avançou para os campos de batalha, solidário como um único homem. Se não fôra êste espírito de sacrifício de ante-mão preparado e de que ali deu as mais soberbas provas, algumas admiradas pelos meus olhos, a Alemanha que não se lembrou desta fôrça de vontade britânica, teria ganho a Grande Guerra.

A Itália, antes de 1914, era uma potência militar que vivia com dificuldades. Sabendo agüentar o sacrifício mais duradouro do que os seus cálculos, foi a que mais arrecadou. Entretanto, toda a nação baquearia no defectismo proletário, se acto contínuo a não segura o pulso de ferro de um autêntico heroi da guerra. Hoje, meia dùzia de anos volvidos, é relativamente a mais florescente e poderosa, não obstante ser uma nação latina, porque a guerra rejuvenesce todas as raças sempre que causas muitíssimo fortes não contrariem isso.

A Sérvia, mais pequena e pobre do que nós, vivendo quási sempre em armas, arremessou-se contra a Austria tão heroicamente como se um gato investisse contra um tigre. O seu martírio é o mais belo florão da Grande Guerra. A odisseia do seu povo e a do seu velho rei arrastando-se através de calvários, do alto dos quais podiam contemplar toda a imensa tragédia de um país a ser devorado pelas chamas, ficará na história como uma das páginas mais cruciantes e ao mesmo tempo deslumbradôras dos que sabem sofrer pela honra da Pátria, sem

que jamais um pedido de paz separada maculasse êsse povo redimido. A-pesar de tudo isso, Deus fez-lhe justiça, acabando pela transformar na Iugo-Slávia, honrada, forte e em reconstrução, sem embargo dos obstáculos postos pelas ambições italianas e pelo bolchevismo dos russos, seus irmãos de raça.

A Roumênia, povo latino, em contacto com a defecção russa, do mesmo modo sofreu a vingança dos Impérios Centrais, que não lhe perdoaram a sua intervenção na guerra. Sem que essa defecção consiga contagiá-la, aumenta de território e de população, espalha novas escolas e construe obras por toda a parte, equilibrando as suas receitas com as suas despezas.

A Polónia desde 1914 até hoje mal tem dado tréguas às suas armas. Atacada por todos os lados e em todos os campos (militar, aduaneiro e económico) pela Alemanha e pela Rússia, é o exemplo mais edificante dos milagres da guerra, que lhe restituiu a independência perdida em 1793 por causa das suas dissenções internas que deram aso a que a Rússia, a Prússia e a Austria interviessem retalhando-a entre si. As dificuldades da heterogeneidade da sua população e da sua reconstituição nacional téem sido portanto imensas, mas por mercê das virtudes guerreiras da sua população a Polónia vai ressurgindo.

E assim por diante acêrca de todos os povos que entraram na guerra, ao passo que Portugal, que não experimentou os horrores de uma invasão e dos seus combates; que não teve de curar feridas profundas nem reedificar

coisa alguma; que não teve dificuldades internacionais ou de raça a vencer; que não teve Fiúme nem Dantzig nem o Rhur; que ainda não pagou as despezas da Flandres, qua a sua aliada lhe adiantou (e que só os que durante a guerra enriqueceram, ilicitamente, deveriam pagar); que nem sequer sentiu os impóstos e só agora irá pagar á Inglaterra as munições de guerra e de bôca consumidas pelos soldados; e que está longe de ser revolucionado pelo bolchevismo, *Portugal luta com dificuldades morais e materiais superiores às daqueles povos, que se estão a reconstruir.*

Porque sucede tamanho paradoxo?

Em minha opinião bem demonstrada e original, visto que ainda ninguém, até hoje, a emitiu em jornal ou em livro, a causa deriva exclusivamente de Portugal vir sendo vítima do seu vírus pacifista, do seu defectismo ou da sua brandura de costumes, o que é mais prejudicial do que a guerra, a valer, dentro das suas fronteiras.

A causa deriva inclusivamente de toda essa obra criminosa de traição, ao serviço do Exército Espanhol, como se pode dizer de todos esses degenerados que, de ha uns tempos para cá, vêem defendendo o consórcio ibérico e o licenciamento do exército português, cuja farda não podem ver!!!

Diz Homem Cristo, lente de história: «Um exército invasor organizado prejudica gravemente tudo quanto é matéria, mas deixa de pé, mais fortalecida mesmo, a inteligência e o carácter. Os nossos politicos têem por isso feito mais mal ao país do que uma invasão, porque

lhe arrazaram todas essas forças morais, o carácter e o espirito. (¹)

Diz o eminente filósofo Dantec, no seu célebre estudo «O Egoismo»: «Quando a guerra nacional não existe, os cidadãos odeiam-se e invejam-se. Acaso esta guerra civil latente, escondida debaixo da hipocrisia social, não é a mais odiosa de todas as guerras?»

E o peor ainda não é isto: E' que, se não mudarmos de educação, um dia chegará em que Portugal não poderá dizer como Francisco I em Pavia: «Tout est perdu, hors l'honneur». Tudo está perdido, menos a honra!

*

* *

Estão na memória de todos a dignidade e o valor com que a França se defendeu dos vários exércitos coligados em 1793, em 1814, e bem assim com que, em nossos dias, o Japão se arremessou contra a China, a Espanha contra os Estados Unidos, o Transvál contra a Inglaterra, a Sérvia contra a A'ustria, a Roumênia contra os Impérios Centrais, a Bélgica contra a Alemanha, a Grécia contra a Turquia, a Polónia contra a Rússia, e o Rif contra a Espanha e a França, sem temor de sucumbirem na defêsa dos seus sacratissimos direitos, ou ambições, porque, se dificilmente os mais pequenos conseguem vencer as forças materiais, a vitória moral vai sempre para o lado do mais fraco.

---

(1) V. «O de Aveiro» n.º 422-1925.

Realmente, a guerra não é de tão más conseqüências como à primeira vista parece. *Ela une, levanta e educa por tal fórma os povos, que hoje os mais aguerridos são justamente os que mais alto empunham o facho da maior civilização.* A Alemanha, a França, a Inglaterra, a Itália e o Japão constituem a prova de isso.

E' essencial que se divulgue, que só a guerra cría, robustece e purifica as qualidades de caracter dos que sobrevivem; e que, por muito mortífera que ela seja, não representa mais do que a morte simultânea de muitas pessoas, valendo mais morrer de uma bala nos campos de batalha do que falecer num leito de doença.

E' um fenómeno bem conhecido, que são aquêles que mais a experimentaram que menos a temem. Nunca houve chefes ou soldados mais animosos do que aquêles que fizeram carreira pela guerra. «Esta nunca deixa de produzir na ordem moral dos povos efeitos tão vantajosos como os derivados na ordem física das tempestades e outras calamidades da mesma espécie». Dizia Brialmont, que a guerra é como a medicina do genero humano: desagradável no uso, mas salutar nos efeitos.

O que venho deduzindo não é positivamente um receituário ou reportório de opiniões justificativas da guerra e da formação da nossa superioridade de caracter, mas a demonstração perante os pacifistas da nossa terra e especialmente perante o proletariado, que da Paz faz o seu estandarte de política egualitária, que a humanidade é essencialmente feróz e que não só ela luta, mas que também tudo se move, agita e vive no Universo; e que só dessa luta

constante, inexorável, nos vem toda a existência e todo o progresso.

Diz ainda Gustavo Le Bon: «A guerra e a destruíção constituem as leis essenciais da natureza viva. A planta é comida pela lagarta, esta pelo pardal, êste pelo gavião, êste pelo caçador. Se não ouvimos os gritos desses combatentes, se o campo de batalha é outro, o drama é o mesmo».

Dantec sustenta que «o egoismo é a única base de toda a sociedade. Todo o verniz do homem civilizado não impede que, raspando-o levemente, se encontre o antigo homem das cavernas.» Disse o nosso venerando presidente, Manuel de Arriaga: «Quanto mais conheço os homens, mais amigo sou dos animais».

Eu acredito nos futuros progressos ou evoluções sociais, numa mais equitativa distribuïção do bem estar, que evite o crime, a injustiça e o ódio; é de crer que os pretextos para a guerra, que tantas vezes foram as religiões e as questões dinásticas, venham a ser dificultados pela arbitragem obrigatória, mas muito mais creio em que é mais fácil a Terra vir a perder-se no Infinito, do que o operário deixar de fabricar baionetas para o homem continuar a conquistar qualquer superioridade ao seu semelhante. E' o próprio trabalho ou a indústria que conduzem à concorrencia e ao comércio. Este conduz à guerra, assim como esta alimenta o comércio.

Todos os coloniais sabem, como eu sei, quanto os negociantes defendem a venda da pólvora aos pretos, ainda que esta seja para matar brancos.

Darwin demonstra à evidencia que «a luta pela existência, no reino zoológico, está subordinada à *lei da selecção*, assim como os conflitos da historia são regidos pela *lei da evolução progressiva*». «A vida só se aperfeiçôa e progride com a própria destruïção dos antecedentes organismos. A civilisação só acrescenta e melhora á custa das ruínas das anteriores civilisações».

Estas tempestades sociais só são más quando observadas de perto, para as percentagens relativamente pequenas dos sacrificados e dos esquècidos, porque, para todos os outros que por cá ficam a rotular os seus peitos de condecorações, e especialmente para os vindouros, as guerras fôram infinitamente úteis.

O já citado general Bernhardi que, como se sabe, foi o melhor proféta da última Conflagração disse: «A guerra não deve assustar ninguém. Ela é a luta super-social, que guia o desenvolvimento externo das nações e das raças. O povo mais culto não reconhece o direito de independência ao mais atrasado. Uma nação, mesmo pequena, deve preparar as suas energias para nunca se esquivar a combater, assim como não se deve confiar demasiado nas alianças.»

Cônscio de tudo isto, o colossal povo alemão — o mais másculo e civilizado de toda a terra — nem perante o seu grande sofrimento de vencido se acha repêso pela forma como em 1914, foi posta a Europa em fogo, pois, em boa verdade, fosse qual fosse o pretexto, essa Grande Guerra era inevitável, mais dia menos dia, assim como futuros cataclismos cada vez

mais formidáveis estão eternamente reservados à humanidade.

Cálcula-se em cincoenta mil o número diário de nascimentos. Em média a raça branca duplica em 80 anos, a amaréla em 60 e a negra em 40. Onde ir buscar o seu sustento?

Quanto mais aumentarem as populações e e se desenvolverem as descobertas e os preparados, mais extensos serão esses desencadeamentos da ferocidade animal.

Decorrerão dezenas e centenas de séculos, antes que pela lei de Malthus, antes que pela harmonia dos credos e antes que pela tolerância das raças e das classes, o mundo humano se aproxime de qualquer sonhado equilíbrio.

Partindo deste princípio fatal da guerra, achamos também que esta é a acção menos hipócrita e a mais leal desta eterna luta do homem contra o homem, do animal contra o animal, quer se trate do alimento, quer do sentimento. Ela é apenas, por isso, a revelação ou a concretisação do que, no íntimo, os homens são uns para os outros, logo que uma diferença de interesses surja entre dois indivíduos.

Lancêmos uma pòstazita a dois felinos gémeos, recêm-nascidos, alvos como duas açucênas, e verêmos que êles, mesmo fartos e brincalhões, suspenderão o seu amor fraterno para se engalfinharem ferozmente um no outro, logo que bocado cáia entre ambos. Os animais são como os homens e estes são como os povos. A fraternidade universal nunca passará da utopía.

Perante esta fatalidade, nunca a Bélgica, a Sérvia e a Roumênia se nos apresentaram com

maior vitalidade ou remoçaram, como hoje. Por todos os países por onde mais transitaram os tufões da destruïção e do sofrimento, mais nêles se observa a reacção com todos os encantos da criação e do aperfeiçoamento. **« Homens e povos só se levantam depois que cáem». De um edifício que arde e fica reduzido a escombros ressurge sempre uma obra mais bela !**

*

* *

E' minha convicção profunda, repito, de que todo o nosso grande mal nacional, deriva desta aludida doença, de quási todos os portuguêses andarem com os olhos voltados para dentro e para baixo, em lugar de os dirigirem para fóra e para o alto, para êsse esfôrço patriótico pela existência, estimulada pela ância de domínio.

Nós jàmais teriamos chegado a esta ignobil crise de caracter, de que uma das suas provas concretas é o nosso desequilíbrio financeiro, nunca sequer sonhado nas mais terríveis crises da nossa história, em que não havia o recurso ao papel moeda, para encobrimento das realidades, se dentro de muitos mais de nós vibrassem essas energias leais ou probas que por via de regra só emergem das almas purificadas pela guerra. E se não, vejamos como a Turquia, a Itália, a Espanha, a Alemanha, a Polónia, o Japão, a China e os Estados Unidos (de Roosewelt) prosperam e pompeiam pela mão dos baptisados pelo fogo sagrado dos campos de batalha, ao passo que a Rússia, mística e sem

vontade, se afoga num mar de lama, proclamando a revolução social, a abolição da hierarquía militar, que a conduziu á sua deserção do campo da honra, atraiçoando a França, como fôra previsto com onze anos de antecedência pelo eminente poeta Merejkowsky, no prefácio do seu livro «O Tzar e a Revolução», em seguida às perturbações que ali se produziram (1907) após os desastres da guerra com o Japão e que se não dariam, ou nunca seriam tão extensos se a Rússia cultivasse as virtudes bélicas.

Portugal nunca atravessou uma crise como a actual, porque o nosso acontecimento de 1914 a 1918, não foi guerra nem foi paz, não passando as nossas operações, cá dentro, de um fornecimento de contingentes.

Enquanto alguns embarcavam para a África e para a Flandres, isto é para fóra da Pátria, combater e morrer no doce contentamento de uma exaltação da sua bandeira, a quási totalidade desta nação de caracter ainda por formar, aproveitou o ensejo para ficar por cá a dar largas ao seu defectismo político e financeiro, a lançar-se desenfreadamente na traficância material e moral, da qual ainda não desistiu, sendo filhas desse vampirismo designadamente essas ligas das «forças vivas» contra o Estado e do povo contra o Trabalho.

O venerando general Morais Sarmento, o maior apóstolo do nosso levantamento nacional e ao qual o país deve inapreciáveis serviços, em numerosos e brilhantissimos estudos, cita também algures a opinião do grande filósofo Vogüe, segundo a qual « a certeza da paz daría origem, em cincoenta anos, a uma corrupção e

decadência mais prejudiciais ao homem do que a mais nefasta das guerras». Byron, Hume, Renan, Roosewelt, Lewaal, Conte, Dragomirof, Zola e mil outros grandes homens dizem outro tanto.

Com efeito, ninguem desconhece os horrores físicos da guerra, mas também nenhum homem verdadeiramente patriótico pode negar que é ela o que mais contribue pela sua beleza moral, para a formação e fixação da alma nacional, porque, sem esta, não ha civilisação possível.

Na Itália o próprio partido socialista reconheceu muito antes da Grande Guerra que a sua pátria carecia de uma política de acção ou de qualquer comunhão dolorosa para a constituïção dessa nova alma nacional: e nêsse programa de solidariedade colaborou. Por êste motivo, a Itália de hoje é bem diferente da de hà trinta anos, embora essa orientação mavórcia principiasse por lhe custar a grande derrota de Adua em 1896, sendo ocasião de frizarmos mais uma vez o exemplo da Bélgica: antes de 1914, este país, pelo seu comércio, pela sua indústria, pela sua agrícultura e pela solução dos seus conflictos entre o capital e o trabalho, era considerada a nação modêlo, a-pesar-de se discutir se por cima de flamengos e valons poderia existir uma alma belga. A guerra, enlaçando-os a todos pelo sacrifício comum, resolveu este problêma.

Acêrca da França, que a fraternidade de Jean Jaurés ia atirando para o precipício, diz Barrés: «A guerra foi um mal e um bem, dos maus fez péssimos e dos bons óptimos. Trouxe

a ruína, a devastação e a morte, mas simultâneamente retemperou caracteres e revigorou almas, que estavam quási a perder-se de todo. Nós sofremos com ela em toda a ternura e mágua do nosso sentimento, mas com ela também beneficiamos. A raça, que se abatia pavorosamente, reergueu-se, empinou-se e bracejou. O alento gerou-lhe o espiríto militar, que também aqueceu e saltou de um momento para outro. E com esse espiríto veio a disciplina, fulcro e esteio de toda a reorganização futura. Cáem lágrimas, mas sóbe o sangue. Amontoam-se cadáveres sôbre cadáveres e ao mesmo tempo enrijam-se ânimos, vontades e decisões. Ao lado da piedade soluçante, apruma-se a virilidade dum povo, olham-se e não se odeiam: ambos ajoelham-se e rezam com orações de palavras diferentes, mas de egual sentimento, que as une ao levantarem-se, e as faz caminhar de mãos dadas na estrada da vida . . . Quantas e quantas vezes o sofrimento é a origem de uma redenção!»

Diz Jean Finot: «Os povos são como os indivíduos: a dôr espiritualisa-os e engrandece-os. Esta, é como êsses venenos que, tomados em pequenas doses salvam o organismo. O próprio reino vegetal vive e renasce sob os golpes do sofrimento. Os jardineiros atormentam fortemente as plantas, donde desabrocham depois esplendidas flores. Um exemplo se dá com a raça judaica, cuja superioridade intelectual provém das perseguições que constantemente sofre». Diz ainda o grande filósofo Samuel Smiles: Na guerra, o sofrimento é virtude tão nobre como o valor. Platão classifica

o sofrimento como uma recompensa de herois, de todos os mártires que se sacrificam pelo próximo. Rodin entende que mesmo no sofrimento o artista encontra a trágica volúpia da admiração.

Roosewelt, presidente dos Estados Unidos, num seu livro notável diz também que a guerra é um grande mal, mas não é o peor dos males. Peor do que isso é a falta de dignidade nacional para a não afrontar bem, e a falta de brio militar, para não a conduzir melhor. O próprio Contesse, presidente da Confederação Suiça, país por sua natureza neutral, disse um dia solenemente aos adidos extrangeiros que assistiram ás manobras do seu exército: «*E' degradante que possa haver um povo, que aspire a disfrutar a paz à custa da protecção alheia*».

Um dos nossos mais talentosos jornalistas e liberais, ainda hà pouco se fazia éco da sua imensa desilusão perante o renascimento da mentalidade agressiva das nações. Ateou-se a Grande Guerra, animando-se os combatentes com essa ideia sublime do seu sacrifício ser pela próxima paz e fraternidade dos povos, mas eis que mal se assinou o tratado de Versailles, que pôs termo oficial a essa longa conflagração de mais de quatro anos, de novo estes voltam à realidade das concorrencias ou das lutas pelo domínio. A França e a Inglaterra mais de uma vez depois de isso se mostraram os dentes, designadamente por causa da Síria e da Palestina, e nós sem nos lembrarmos de que a Espanha tem grandes interesses ligados a essa questão do Mar Latino. Que poderá fazer a Sociedade das Nações, à qual os Estados Uni-

dos não quizeram associar-se, a-pesar da iniciativa dessa assembléa partir de Wilson, num futuro conflito de interesses desta potência com o Japão ou com a Inglaterra, ou desta com a França?

Por seu turno o tratado de Locarno (1925) em que também não tomaram parte os Nortamericanos (a primeira potência do mundo), bem como outras importantes nações, tornando obrigatória a arbitragem, mas não limitando os armamentos, por com isso não concordar a Gran-Bretanha (a segunda potência), êsse tratado e outros só vão utilisando aos diplomatas, que desde 1919 andam nas mais deliciosas excursões, inundados de ajudas de custo em ouro. As nações, coonestando a ferócia dos seus interesses com êstes tratados, apenas vão dando tempo aos seus preparativos, hoje muito mais elevados do que em 1914 ou 1918. *Depois de amadurecidas as questões nada as deterá:* a Itália, porque precisa de expelir a densidade da sua população e aspira voltar ao antigo império romano, quere a Saboia, a Corsega o mar Egeu, a Tunisia; e, para tudo isto póde já hoje mobilizar 2:200 aviões!!!

— a Polónia, porque precisa do corredor de Dantzig e da alta Silézia, que a Prussia lhe disputa; a Sérvia porque precisa do porto grêgo de Salonica; a Russia e a Roumênia por causa da Bessarabia, pomo de discórdia que se calcula venha a ser o motivo de uma segunda conflagração mundial, devida ao jogo das alianças [1];

---

(1) Trad. de V. C. do «The Literary Digest».

a União da Áustria à Alemanha, que uns «querem e outros não; a questão entre as minorias entre o Báltico e o Egeu; o nacionalismo chinez, a lei de emigração americana contra os amarelos e o possível choque dos Estados Unidos com o México; — eis já fermentos de futuras guerras.

Promessas de Paz? São desculpas da guerra. Essa paz perpétua, que só para os mortos... vai existindo, já a prometeram a Revolução Francesa, Napoleão, Wilson e Lenine, cada vez com menor resultado.

Nada fez nem fará mudar essa fórmula defendida por Bismarck: «*A fôrça prima o direito*», o qual é um princípio relativo à situação de cada um, no momento; e contra a fôrça não há argumentos. «*A necessidade não tem leis*», disse a Alemanha ao violar a neutralidade dessa Bélgica, que soube mostrar ao mundo que a palavra Paz nada significa perante a palavra Honra.

*

* *

Os projectos de um comunismo de paisanos, que presentemente ainda fazem muitos dos que sofrem o trabalho, e que supôem ver no exército as suas algêmas, nunca vingarão. Essa Rússia dos camponezes ainda há pouco realisou manobras na Bessarábia numa força de 500:000 homens com 200 aviões, de nada lhes aproveitando as doutrinas de um dos seus maiores pensadores, o Conde de Leão Tolstoi, anarquista cristão, o qual, em 1904, publicára um livro contra a guerra, com citações de Camille

Flammarion, de Anatole France, de Alfonse Karr e de Pascal. E das suas academias militares saíram êste ano 6:000 oficiais. A preparação da Rússia arrasta a do Oriente e a do Ocidente.

A justiça de cada um só existe na fôrça material de cada um; e merece o espesinhamento aquêle que, devendo resistir contra quem atenta contra os seus **direitos,** *pelo contrário se baixa e implora do adversário o cumprimento dos seus* **deveres,** *esquecido de que «em toda a criatura humana dorme um tirano; a questão é desperta-lo».*

O já referido Jaurés, um dos maiores apóstolos do pacifismo, por ocasião da questão Ferrer, arrastou cem mil homens à embaixada de Espanha, em París, para que êste outro caudilho de uma sociedade mais perfeita não fosse fusilado; e a devido tempo, dirigiu-se aos povos da Rússia, da Alemanha e da França clamando que, para se ser patriota, não era preciso agredir a pátria dos outros. Em vésperas da Conflagração, a 31 de Julho de 1914, Jaurés foi assassinado por um exaltado, que não se enganou julgando a França perdida pelas suas doutrinas. A plebe francesa, dez anos depois, victoriosa, recolheu-o no panteão, como a Marat, o demagogo sanguinário, ou como a Napoleão, o épico. Mas, afinal que ganhou a humanidade com êsse pacifismo? Que se veja, se essa doutrina tinha por sincero fim evitar a efusão de sangue: apenas fez derramar mais. Alguns batalhões francêses não teriam sido vergonhosamente dizimados por sentenças do Conselho de Guerra; a Rússia não teria desertado do campo da honra; a

guerra teria durado menos tempo; e êsses desgraçados servos do tzarismo teriam, quiçá, alcançado com menos sangue êsse vislumbre de felicidade, a qual pretendem agora atingir mandando ensinar às crianças das escolas soviéticas o ódio de morte à burguezia, envenando assim com a peor das guerras a alma da infância!

Embora o prazer, cada vez maior, de viver não corra de feição para um regresso ao militarismo puro, ou para voltarmos a ver as casernas repletas de prussianos, os povos transformar-se-ão cada vez mais, insensivelmente, em vagos formigueiros milicianisados, que aproveitarão a noite para se deslocarem e se subtraírem aos projécteis químicos da aviação, que inundarão a todos com a morte, arrastando homens e mulheres, velhos e novos, nessa imensa sementeira de dôr.

Embora venham a variar os pretextos ou as razões dos novos conflitos e os «modus-faciendi» dos combates, a fatalidade da guerra não se modificará.

As noticias dos últimos jornais, registando o extraordinário fenómeno mais uma vez notado, designadamente na Alemanha, de nascerem tantos indivíduos do sexo masculino, a mais do feminino, quantos os soldados que aproximadamente morreram na guerra de 1914-1918, nos demonstram, à evidência, que a Mão da Providência acompanha de perto esta fatalidade da guerra.

A sua menor freqüência provável será compensada pela certeza da sua maior amplitude, tornando fracas todas as fronteiras

militares e inúteis todas as zonas de refúgio.

Admitindo mesmo que a quantidade social venha algum dia a vencer a qualidade espiritual, assim como já hoje a qualidade Militarista, está sendo vencida pela quantidade Milicianista, *a guerra permanecerá na sua referida fatalidade eterna*, indo atingir cada vez mais êsses pacifistas, esses senhores que a não querem lobrigar, prègando a dissolução do exército, de má fé ou porque se deixaram embriagar por leituras como as dêsse famoso Kropotkine.

E, assim, a Aviação—o mais recente e triunfante agente de destruïção ou de combate, transportando o que apenas até hoje existia na Terra e no Mar para essas regiões cada vez mais altas, trágicas e emocionantes dos Ares, e aproximando-se cada vez mais de Marte, desta mitológica divindade da guerra, só veio proclamar dali que esta, com permissão de «Deo Super Omnia», prosseguirá na sua trajectória de uma soberanía imortal!

V

A Pena de Morte

> **A Pena de Morte é a corôa da moral e da disciplina social de um Povo.**

A falta de aplicação da pena de morte num país, não pode realmente deixar de ter essencial influência na fraquêsa do caracter nacional.

Por força de uma doentia brandura de costumes, em 1 de julho de 1867, reinando D. Luiz I, aboliu-se entre nós a pena de morte, de que resulta poderem-se os bandidos rir de gozarem de prerogativas superiores ás da Lei.

Em princípio, abomino todos os espectáculos sangrentos, que representam a dôr, o sacrifício de alguém ou mesmo de um rato.

Como tal, na África, no sertão, onde fui outróra senhor absoluto, com suspensão de garantias, dei ali sempre provas do meu respeito pelo sagrado direito da vida humana, jámais consentindo castigos cobardes, e poupando inuteis derramamentos de sangue (como se vê

a pag. 275 da «Revista Militar» n.º 4-1917); mas, como cidadão dedicado à minha Pátria, que sinto em decomposição moral, em confronto com outras, e sobretudo como capitão algo conhecedor da psicologia dos campos de batalha, onde o chefe fica por vezes responsavel pela conduta das suas tropas, em que toda a autoridade é insuficiente para conter a massa desmoralizada pela educação ou pelo fogo, é absurdo, chega mesmo a ser uma criminosa inversão, consentir-se em que qualquer exaltado ou tarado possa ser traidor à Pátria ou dispôr da vida de qualquer cidadão honrado, sem a certeza de que a sua cabeça pagará o seu acto.

Se a disciplina nacional ou do nosso exército foi sempre frouxa, em prejuizo do nosso edifício patriótico, como no capitulo II se demonstra, a obediência do cidadão ou do soldado ás mais difíceis exigências do dever, deixa de ser uma obrigação, para passar a ser quási em favor da sua vontade, desde que desaparece de si a coácção.

Tal abolição é a impunidade e esta a causa de a vida dos nossos maiores governantes, que precisam de desagradar para sanear, ficar a todo o momento á mercê dos que se vendem ás seitas secretas.

Não! A legislação, que não compreende a pena capital, não é, não pode ser, um Código de Justiça, mas sim de Injustiça; e, como prova, Portugal é o único país do mundo que anda á parte da melhor justiça.

Em nome da mais rudimentar moral, jámais deve gozar a vida aquêle que, sem ate-

nuantes ou sem ser em desagravo, levou o luto e a desgraça a um lar ou a um povo, atirando com uma preciosa ou radiosa existência para a sepultura.

Não se compreende essa falsa humanidade, essa bondade hipócrita, essa civilisadora brandura que não defende o sagrado direito de viver, consentindo que não seja enforcado aquêle criminoso comum que, daí a pouco, pode ser posto em liberdade por uma revolução ou por uma anistia.

Não se compreende que virtude é essa de um homem que, a frio, sem combate, comete um assassinio político com a certeza absoluta de que não pagará no patíbulo dos verdadeiros mártires da Pátria, ou das Ideias o seu gesto sangrento.

Revéla mais bondade aquêle que péde a pena de morte para o bandido, do que aquêle que deseja que se poupe a vida a toda a espécie de criminosos, ainda que a título de que alguém possa estar inocente. Por isso, a pena de morte nunca deixou de ser lógica no mundo, nem jámais deixará de o ser enquanto houver guerras e enquanto os homens não chegarem a ser anjos, para dêles desaparecer o sentimento chamado *Vingança.*

Muito se tem declamado contra esta palavra, que a mais santa doutrina não perfilha, mas sem dúvida que só clamam contra ela aquêles que a pódem temer. Os homens de bem pódem afoitamente dizer que «a vingança é o deleite dos deuses».

A vingança — diz o nosso abalisadíssimo jurisconsulto, criminalista e historiador, o vene-

rando General Morais Sarmento, glória nacional: «a vingança ináta a todos os animais na proporção da sua inteligência, em desagravo da ofensa recebida, é o início do direito penal. Na época do domínio bárbaro na Península, o espírito de vingança chegou a ser um direito hereditário, mas de natureza a poder ser resgatado por dinheiro entre as partes litigantes ([1])», representando já isto um progresso para que não sucedesse, como ainda sucede, entre os negros, de um parente ter de resgatar com a vida o crime que o seu parente homiziado cometeu.

A vingança e a desforra nunca deixarão de gozar dêsses fóros de justiça; e fraco ou indígno é aquêle que se dispensar dêsse prazer do desagravo, seja êle qual fôr, e que deve ser quanto possivel de talião: olho por olho, dente por dente. Na China, por exemplo, o envenenador é justiçado com o mesmo veneno.

A justiça mais perfeita será sempre aquela que poder dar um castigo equivalente ao delicto. A renúncia do esfôrço para se liquidar quem, sem razão, quiz assassinar e assassinou, toca pelas raias da cobardia, que nenhum Código deve cimentar. E porque à face da razão o delinqüente não é competente para ser juiz de si mesmo, é apenas por isto que há o julgamento prévio, para determinar o mais aproximadamente possível o que merece.

Mesmo entre as sociedades primitivas, em que o forte tratava de destruir o fraco, para

---

1 V. «D. Pedro I e a sua época».

viver, o homicídio foi punido com a morte. Depois a sociedade tornou esta mesma pena extensiva a crimes contra a propriedade. Esta aplicação radicou-se nas épocas guerreiras, em que a vida se dava de barato. Os povos mais pacíficos vão-na reduzindo ao mínimo, reservando-a apenas para o tempo de guerra, onde a sua aplicação pouco impressiona os combatentes, que vivem em familiaridade com a morte.

O filósofo e sábio biólogo, Felix Dantec, pondo de parte o dogma do valor sagrado da vida humana, de incontestável utilidade para os tímidos, e procurando apenas saber se a pena de morte será eficaz ou não, para evitar um maior numero de assassinios, diz que as opiniões divergem atualmente, segundo as conveniências ou probabilidades que cada um tem de ser assassino ou assassinado, nada nos demonstrando as estatísticas, dificeis de nos poderem revelar algo, através deste crescer de população e de civilização.

Os burguêses, assustados, reclamam-na como protecção; e os intelectuais (a que melhor se poderia chamar metafísicos sentimentais), declaram que a pena de morte é coisa infame, odiosa e repugnante, não tendo a sociedade o direito de matar. E dizendo que não há juri mais severo para os ladrões do que o composto de proprietários, mostra, implicitamente, que não haverá juizes mais severos para os crimes contra a honra ou os interesses da Pátria do que os compostos pelos mais puros e intransigentes patriotas. **Se há alguém que possa pensar na supressão da pena de morte, que prin-**

cipie esta supressão pelos candidatos a assassinos.

Dantec diz ainda que repelimos a pena de morte como infame, porque estamos acostumados a um genero de vida que nos torna cobardes em presença da morte; e cita êste espectáculo ilógico: homens a perseguirem encarniçadamente um criminoso, porque consideram ameaçado o seu sossêgo, se o crime ficar impune; e depois, condenado à morte, a terem pêna dêle, durante que espera o cutelo, porque se colocam no lugar déle e téem mêdo como êle.

Mas, até nesta perseguição, neste impulso popular freqüente contra o que fez mal a outrem, nesta aplicação sumária da lei de Lynch (antigo magistrado militar da Flórida), se revela o instincto das multidões pela Pena de Morte.

Até certo ponto é util que, passados esses momentos de indignação pública, haja esta repugnância burocrática pela pena de morte, *que só pode ser defendida por alguém què, pelo exercício deste grande mal, pretende evitar um mal maior*, perante o crescente aumento da criminalidade pública ou progressivo perigo que corre a sociedade. Se não existisse esta natural repugnância, esta moral, os homens abater-se-iam uns aos outros de cada vez que se estorvam.

Nestas opiniões, pró e contra a pena de morte, não devemos ver, pois, maus instinctos nem bôa índole, porque se trata apenas de meros critérios em procura do que será mais conveniente. *A bondade, tem limites. Ela acaba onde deve principiar a justiça, que deve ser cega e equitativa, sem bondade nem maldade.*

E' assim, de olhos vendados, com uma balança e espada nua, que a mitologia representa a donzela Themis, filha de Jupiter e de Astréa.

Depois de isso, nem as leis de Moisés, nem o direito canónico, deixaram de reconhecer a pena de morte, quando ela é necessária para se evitar o mal maior, que evidentemente resultaria da liberdade de acção dos homens ou da insuficiente punição.

*

* *

Além disto, *eu não preconiso a pena de morte sómente porque a brandura de costumes, seja evidentemente uma fraqueza*, mas porque a sua falta de aplicação a considero a causa imediata da falta de um mais vivo espirito de sacrifício pela Pátria, de que é dotado o povo e conseqüêntemente o nosso exército que, sem ela não precisa de recorrer às preciosas qualidades natas ou atávicas dos seus soldados, os quais só pelo heroísmo e pelo sacrifício ou pelo esfôrço podem concorrer para que Portugal ocupe o lugar que lhe pertence nêste promontório ocidental, como faról da Europa, de onde, nos tempos da pena de morte, saíu mar em fóra, descobrindo e iluminando o mundo. Infelizmente, só à custa de vidas se caminha em justiça ou em civilsação.

E' ultra-absurdo exigir-se que um soldado morra pela Pátria, sem por outro lado ser coagido a isso por um dever tão grande que à sua falta no cumprimento desse sagrado dever, de

morrer glorificado, corresponda a pena de morrer infamado.

Os senhores deputados da nação portuguêsa, que se deixaram ir numa corrente, tão absolutamente idealista, abolindo a pena capital para os crimes militares na primeira Constituição da Rèpública, escutando o generoso folheto por essa ocasião distribuído pelo douto sr. L. M. Marrecas Ferreira, praticaram um êrro crasso que, passado três anos, em vesperas da nossa Intervenção na Guerra, teve de ser apressadamente corrigido.

Não pode deixar de haver o direito de matar, onde ha o dever de morrer, sendo insuficientíssimo, para se evitar que um exército debande e deixe uma vitória ou uma glória por uma derrota ou uma vergonha, a competência que o chefe tem para recorrer aos meios extremos de coacção, admitindo que haja depois testemunhas e juizes que justifiquem ou apoiem êsses meios.

Tão pouco não se pode confiar em que um exército atinja tal grau de civismo que não venha a ter um militar criminoso.

Um moral incomparavelmente superior ao nosso, já por educação, já por interesse na causa, tinham os exércitos aliados na Grande Guerra *e, todavia, foi necessário fuzilar ali 346 Inglêses e 2.199 Francêses, alguns dos quais por dizimação, afóra muitos outros eliminados sem julgamento prévio, como entre nós sucedeu.*

*

* *

Com efeito, infelizmente, veio também a haver entre nòs necessidade imperiosa de, na Flandres, se dar o exemplo da pena de morte, sobre um soldado em serviço em Infantaria n.º 13, *capturado em flagrante passagem para o inimigo*, à frente das linhas de 23, para onde tinha ido de castigo, *reincidindo assim na sua tentativa, praticada dias antes*, nas linhas do 24.

A brandura dos nossos costumes desde logo se viu ali em dificuldades, para passar por cima da piedade daquêles que se empenhavam para que se não praticasse essa scena tão trágica e fóra dos nossos hábitos; e, como o não conseguisse, porque os inglêses passariam a ter o direito de não confiar em nós, *eis a mesma brandura, ou antes o mesmo defectismo indigena, desvirtuando palavras e factos, fantasiando coisas ou emitindo juizos falsos*, sem reflectir que o carrasco nunca é o Pelotão de Execução, a quem por sorte coube essa triste missão; nem tão pouco os Jurados, que dão o crime por provado, *sacrificando a bondade do seu coração ao bem do exército ou da Pátria;* nem ás vezes os solénes depoïmentos das Testemunhas, nem o Organisador do processo, na convicção absoluta do crime ou dos crimes; nem o Promotor, pedindo um exemplo capital para salvaguarda do interesse e da honra em perigo diante do inimigo e dos aliados; nem a Repartição de Justiça, reconhecendo a existência do crime nos autos; nem o

Juiz Auditor, confundindo o Reu com as suas preguntas; nem êste, comprometendo-se gravemente com as suas respostas; nem o Presidente do tribunal, concordando com a decisão do juri. *Os carrascos remotos destes desgraçados são por vezes, na verdade, sòmente aquêles miseraveis que, por paixão, os defendem*; *aquêles que os habituam aos desvarios, tendo obrigação especial de lhos coïbirem.*

Julgo que nenhum jurado dá o crime por provado sem fazer duas preguntas á sua consciência: 1.ª, sinto-me eu capaz de algum dia vir a cometer tal crime? 2.ª, as circunstâncias merecem e exigem a penalidade?

A guerra é, como demonstrei, uma das fatalidades do mundo, no qual impera a vontade de Deus, guerra que não pode fazer-se sem exércitos, do mesmo modo que êstes não podem existir sem fusilamentos nem sem êsse mal das condecorações. Prémios e castigos não exercem influência sómente sobre quem recáem, ao acaso, mas exercem-no sobretudo sobre todos os outros pelo exemplo.

Não ha dúvida que para um exército sem moral não basta a pena de morte para lha dar, mas, *para mim, é ponto de fé profunda que esta sentença de 15 de agosto de 1917, cuja execução teve lugar em 16 de Setembro na Flandres, foi de certo tempo em diante a única fôrça que agüentou o nosso Corpo Expedicionario*, até aos lamentaveis factos de perigo para a segurança do Exército e de desdouro para a honra da Pátria, que se podem lêr a pag. 44 da monumental obra histórica «A 2.ª Divisão Portuguesa» pelo ilustre major do estado maior Vasco de

Carvalho, e que sucederam precisamente nas vesperas da Batalha de 9 de Abril de 1918 (1).

Este estado de indisciplina, de defecção, não pôde deixar de se repercutir na mesma Batalha de La Lys, seguidamente à qual desde logo advinhei o corneteiro que veio a ser o cabeça de motim a que se refere o «Livro da Guerra», a pag. 215, e o qual era dos que menos serviço tinham nas trincheiras. Notei o facto e cumpri o meu dever, arrostando sempre com os ódios, *mas porque o defectismo nacional, de que venho tratando, se fôsse concretisando pavorosamente na Flandres, essa cabeça escapou, como tinham escapado as de 6 de Abril, e, daqui, o suceder a revolta de uma outra Brigada e ainda a revolta de restos de uns Batalhões que tiveram de ser metralhados a êsmo, no dia 19 de Outubro de 1918, sendo mortas sem julgamento treze praças e feridas outras, às quais ninguem chama inocentes, a-pesar da sua falta vaga ser incomparavelmente mais leve que a concretamente atribuida ao «chaufeur».*

*

* *

A pena de morte é a única que mais subordina os povos, quanto mais atrazados êles são, à autoridade ou ao dever, e, quem julgar o contrário, engana-se, porque o que sucedeu em vesperas da Grande Guerra, em

---

(1) V. «A 2.ª Divisão Portuguesa» — 2.º Milhar. — Largo do Directorio, n.º 8-3.º — Lisboa.

que a pena de morte foi restabelecida no código, sucederá imediatamente no dia em que um Govêrno de Fôrça ou a Pátria se encontrarem em perigo. A Lei Marcial será a primeira medida de Salvação Pública — e assim deve ser, desde que se não trate de regimes, mas da salvação da Pátria, quando ameaçada pelo estrangeiro na sua independência. *O instincto de conservação é o mais forte dos animais.* **Sem o temor da infâmia da pena de morte, as tropas fogem sistematicamente como pardais, assim como um número cada vez maior de novos pacifistas venderá a Pátria ao inimigo, em troca de uma simples pesêta. Não nos iludamos nem pretendamos ser superiores aos outros povos que, afinal, nem por isso nos elogiam.**

Da mesma opinião devem ser os nossos extremistas, a avaliar pelo diário «O Mundo» de 18 de maio de 1924, que diz: «O jornal «A Batalha» fez hontem em editorial, a toda a largura de quatro colunas, a apología declarada da pena de morte. Fê-la, não para justificar a eliminação, sentenciada por um tribunal, mas para cobrir com os sofismas da delirante hermeneutica revolucionária os fanáticos que, intitulando-se os sacerdotes de uma justiça subterrânea, executam na praça pública a tiro, á punhalada ou à bomba, aquêles que o ódio da seita sumariamente julga, condena e liquída, arvorando-se simultâneamente em Queixoso, Acusador, Juiz e por fim em Verdugo».

A êste respeito diz «O Seculo» de 28 de outubro de 1923: «Dizem que em Portugal não existe a pena de morte e realmente ela não

existe nas nossas leis. Todavia aplica-se à margem destas. Não se trata de matar num momento de irreflexão, num ímpeto de alucinação ou de ferocidade. Trata-se de matar por sentença... dos ódios, dos fanatismos, das vinganças das associações secretas... sem piedade alguma para com os orfãos. Portanto, a pena de morte existe em Portugal, com a agravante de existir fóra das leis do Estado».

Por sua vez a «União Militar» n.º 6 de 1 de Abril de 1922, diz: «Somos na Europa o único país onde ela não existe. Ainda há poucos dias a Câmara dos Comuns de Inglaterra regeitou por 234 votos, contra 86, o projecto de lei em que se propunha a sua abolição. Se a supressão da pena de morte é tida pelos seus defensores como prova de progresso *¿quererão fingir que somos o povo mais adiantado da Europa?* Somos pela pena de morte para militares e civis, em tempo de guerra e de paz».

Até o já referido sr. Dr. Mendes Correia, cuja superioridade mental e scintífica constitue uma das nossas maiores glórias, abundando nas ideias do sábio Ferri, é partidário da pena capital, segundo se vê das suas seguintes palavras de há dias:

«A colectividade não deve ser sacrificada ao problemático benefício de um indivíduo — muitas vezes, de um indivíduo que, pelos seus defeitos morais e pelos seus crimes, constitúe uma aberração hedionda, indígna da mais selvagem e rudimentar natureza humana».

«Ao médico-legista o Código Penal apresenta sêcamente o dilêma da *responsabilidade* ou da *irresponsabilidade,* questão metafísica que

tem dividido irredutivelmente as escolas filosóficas e que o determinismo permitiria resolver pela irresponsabilidade de todos os criminosos sem excepção, o que seria de monstruosas conseqüências sociais. O problema devia ser pôsto noutros termos. Como preconisavam Garófalo, Lombroso e a escola italiana de antropologia criminal, caberia, dentro dum justo critério de defêsa colectiva, julgar sobretudo, segundo o gráu da *temibilidade* do criminoso. Dubuisson e Vigoureux mostraram ainda a conveniência de ajuizar da *intimidabilidade,* e Saldaña recentemente poz em fóco a importância duma escolha das penas de acôrdo com a sua *eficácia*.

«Dêste modo, nenhuma piedade mal entendida ousaria sobrepôr-se à necessidade de **eliminar** pura e simplesmente—como preconisava Lombroso—os criminosos natos mais perigosos, os loucos morais mais sanguinários, os facínoras provadamente incorrigiveis e eminentemente nocivos à sociedade. Essa eliminação é preferivel sem hesitação a um regime carcerário ou hospitalar desprovido de proficuïdade correcional.

«Noticiaram há dias os jornais uma tentativa de assassinato na Penitenciária de Lisboa. Um recluso quiz vingar-se doutro que êle supuzera têr denunciado um plano de evasão, e deu-lhe umas facadas no ventre. O criminoso estava já condenado por... outro homicídio. O sistema penal a que êle fôra submetido, teve alguma eficácia? Tê-la-há algum dia?».

Na verdade, todos os países téem a honra de compreender a Pena de Morte nos seus Códigos, como a expressão máxima contra o

crime ou em favor da moral universal, *menos nós, que por isso blasonamos de ser o povo mais civilisado da Terra!*

Uma humanidade essencialmente carnívora, que faz da caça, da pesca e das touradas uma diversão, e que se alimenta na sua maior parte de sangue e de cadáveres, não quere reconhecer que as mesmas leis imparciais da Natureza, devoradora e renovadora, a condenarão eternamente ao sofrimento e à morte; tal qual sucede às próprias plantas, que o homem degola e devora, e acha coisa injusta e natural a Guerra e a Pena de Morte!

Esta, é o expoente máximo da energia e da moral dos povos, devendo temê-la apenas a escumalha social, os párias ou os réprobos que, de navalha de ponta e mola, andam sempre à cata do crime.

Assim: a Rússia e a Inglaterra téem a fôrca; a Alemanha o machado e o cêpo; a França a guilhotina; a Espanha o garrote; os Estados Unidos a cadeira eléctrica, tendo-se experimentado ultimamente os gazes asfixiantes; o Brasil, a Itália, o México, a Sérvia, o Japão, todas as mais brilhantes e generosas nações a aplicam de qualquer fórma como ainda há pouco a aplicavam os povos atrazados.

Quer os negros mais selvagens, dando a cicuta a beber aos feiticeiros, quer os portuguêses mais avançados jogando as suas bombas sem se importarem uns e outros com os inocentes, toda a gente aplica a pena de morte. Sómente o que já se tem procurado, é que se poupe ao supliciado todo o tempo de sofrimento moral que vae da sentença à execução e que

esta lhe produza a mais insensivel dôr física.

Esta é a única conquista a que tem jus a civilisação, pois que antigamente por toda a Europa a morte por crimes ou por pecados de fé, como por exemplo as relações de um cristão com uma moura ou judia, chegava a ser atroz, pelo fogo, enterramento, despedaçamento, e vulgarmente entre nós por decapitação ou enforcamento, agravada com mutilações, havendo também para simples delictos o cortamento de mão por furto, da língua por calúnia ou heresia; arrancamento de olhos, confiscação de bens, proscripção da memória do justiçado, etc. Ainda hoje na China o parricida ou fratricida é serrado vivo da cabeça aos pés; o homicida voluntário é punido pela empalação; e outros são queimados ou esquartejados.

Inclusivamente, todo o parlamento vibrou de aplauso perante as frases do Ministro do Interior quando este, em 29 de maio de 1924, emitiu a sua opinião de que os inimigos da sociedade tinham de ser julgados e executados pela Polícia no próprio local dos seus crimes.

Citando tudo isto, eu pretendo demonstrar que a *pena de morte não repugna, a não ser a algum santo, que ande perdido cá por este mundo ou a alguém que receie vir a merece-la*, sendo exclusivamente por este receio que ela não é desde já introduzida de novo na legislação geral. Não é por efeito da civilização, mas sim pelo mêdo próprio.

Argumenta-se que não há necessidade dela, porque a prisão perpétua ou os trabalhos forçados constituem um sofrimento muito maior.

Esta lógica é de Calino, pois, está claro que sofre mais um grilheta enquanto vivo do que depois de fuzilado! E a prova está em que os condenados a penas maiores não se suicidam nem pedem uns aos outros para se estrangularem.

Jà se apregoavam aquelas mesmas liricas palavras quando há anos, um incendiário, lançou o fogo a catorze inocentes, na Rua da Madalena, em Lisboa, e quando o Cabo 115, assassinou com premeditação dois oficiais, um, por pretexto fútil e outro sem motivo. Passado pouco tempo andava bem protegido em Loanda, não sabendo eu já a quem repulsar mais se ao cabo 115, se a quem o protegia. Passado mais algum tempo era anistiado, comerciava e enriquecia; e, segundo me constou, acontecendo passar por êle um filho da primeira vítima, dificilmente foi contido para nesse momento se não vingar, para não fazer justiça por suas mãos.

Não são êstes os únicos escândalos flagrantes da brandura dos nossos costumes ou da inversão da moral, protegendo-se os criminosos, com grave esquecimento das suas victimas.

Botelho Moniz, no seu livro «O 18 de Abril» diz: «O crime de deserção em tempo de guerra, que em qualquer país seria punido com a pena de morte, entre nós foi anistiado seguidamente ao findar a guerra. *Quem será o parvo que ámanhã se deixará mobilisar?* O presidiário E..., que em França desertou para o inimigo, traíndo a Pátria, e na Alemanha espiava e servia de carrasco dos prisioneiros portuguêses, este homem que em outro país seria fuzilado mil vezes, se mil vidas tivesse...», foi por Botelho Moniz

encontrado a servir de amanuense da Penitenciária. E assim sucessivamente.

Há pouco, em certa noite, em Lisboa, indo um indivíduo descuidadamente com sua esposa pelo areal da Junqueira viu-se de repente amarrado por uns meleantes que mesmo na presença do marido a violentaram.

Seguidamente, outros, no Porto, encontrando uma mulher a dormir junto de um portal derramaram-lhe gazolina e pegaram-lhe o fogo, indo falecer ao hospital.

Pela Provincia, mata-se um homem por um cigarro.

Que merece isto?

*

*   *

Diz-se mais que a execução da pena de morte faz quási sempre atraír compaixão para os que sóbem ao patíbulo. Este argumento também nada vale, porque apenas prova que sentimos a perda da vida, tanto do assassinado como do assassino. E' justo qne este pesar suceda pelo que morreu e pelo que matou, porque *a pena de morte é a expiação. Por cima da sepultura de todo o desgraçado se estende o manto do perdão*, cessando todo o ódio, ainda que êle seja um Landru ou um Barba Azul. Esta compaixão é também o mais das vezes uma questão de simpatia religiosa por quem morre cristãmente arrependido.

Em França está verificado que só a pena de morte evita os «apaches», que téem a mania de anavalhar a polícia. Na austera Inglaterra,

tão filantrópica e liberal, executa-se em média um criminoso por semana, sem nenhuma ostentação nem scenàrio, nem descrições jornalísticas. Ninguém sente piedades. Verdugos não faltam e a justiça segue o seu curso. A ordeira Suiça abolira-a em 1874. Ao fim de algum tempo, a população alarmada com o recrudescimento dos crimes, pediu o seu restabelecimento por uma maioria de vinte mil votos. A Toscana, que foi o primeiro Estado a aboli-la, em 1853, viu-a restabelecida pelo menos desde que se unificou a Itália. Saxe, que a aboliu no ano imediato, tem-na lá, pelo menos desde que se constituiu o Império Alemão. A Roumênia, que a revogou em 1865, há muito que a lá tem de novo, bem como a Holanda, que a tinha abolido em 1870. As grandes nações, essas, então, nunca a aboliram, desprezando sempre as piedosas propostas dos castrados ou dos imorais.

Alega-se ainda contra a pena de morte— *e êste é o único argumento de peso* (*posto que insignificante*), o facto de ela ser irremediável, no caso de um êrro judiciário, como no recente crime do expresso de Andaluzía, em que dois dos reus, para se defenderem, comprometeram um terceiro, sendo o sacerdote autorisado a revelar a confissão daquêles, em que reconheciam a inocência dêste, só depois de todos três executados; ou como outro êrro célebre sucedido em 1865 na Bélgica, que tem levado o rei a comutar desde então as penas de morte até à Grande Guerra, em que houve uma execução.

A justiça certa, absoluta, não passa de uma aspiração. Nada há de perfeito no

mundo, para que ela deixe de oscilar eternamente entre a inocência e a culpa.

Já fui juiz de pretos e de brancos, tenho sido jurado várias vezes, levantado autos graves; já fiz a defesa e a acusação escritas de grandes processos no Tribunal de Angola; e já fui reu, com honra (como consta de livros e dos jornais); conheço, portanto, como poucos, as falibilidades de toda esta aspiração chamada Justiça, que um volume de Herbert Spencer ainda não conseguiu definir; mas, nem por isso deixo de reconhecer que **nunca houve regra sem excepção, para que a pena de morte seja obrigada a ser a única coisa infalivel no mundo.**

Esta circunstância, de poder ser executada injustamente, apenas contribue para ser mais temida e a sua aplicação mais acautelada. O receio previne o que a execução castiga. De resto, a sorte ou o acaso continuarão infinitamente a imperar no seu domínio de Mistério.

Para se acautelar qualquer inocente, que a revisão do processo reabilitará, não se deve deixar ficar na prisão a fazer despesa ao Estado, à espera das anistías, a infinidade de bandidos cujo lugar é no cadafalso.

É um dos preceitos de guerra: «No caso de dúvida, é preferível afundar um submarino amigo do que deixar escapar um inimigo, que irá afundar os nossos couraçados».

As execuções **da pena de morte descongestionarão imediatamente as cadeias, e permitirão a redução de milhares de agentes da fôrça pública, pois, actualmente, quando**

há qualquer alteração da ordem em Lisboa e Porto, é necessário mobilisar a Policia, a Guarda Rèpublicana e a Guarnição Militar, passeando-se carros com metralhadoras pelas ruas, quando de outro modo, deixando o povo de andar todo armado de pistola como anda, qualquer Esquadra de Policia nos garantiria a ordem pública no seu distrito. A primeira execução que houvesse de novo em Portugal faria recuar de quinhentos quilómetros a coragem sanguinária dos maiores fascinoras, muitos dos quais é bom que não saibam as comodidades de que gosam em certas Prisões, em promiscuidade com algumas boas almas, que tão imerecidamente também ali caem!

*

* *

Por um voto, dependente deste acaso, de um Jurado ser inteligente ou estúpido, generoso ou faccioso, pode um acusado transitar de inocente para culpado, como qualquer indivíduo transita de vivo para morto, por uma pistola que um distraído dispara involuntariamente. *O único preventivo para diminuir essa hipótese consiste em que nesses julgamentos de pena capital se aumente o número de jurados normal e que tal sentença só possa executar-se por uma maioria pelo menos de quatro quintos.*

Fóra de isto, qualquer casualidade influe para se julgar bem ou mal de um reu. E eu posso citar o seguinte exemplo sucedido: Um dia um soldado foi julgado por haver abusado

de uma menor, desprotegida, à qual o advogado se referiu no seu discurso como a uma rameira que pretendia fazer casar com ela o acusado. O **Júri** desejou ouvir a queixosa, mas, como esta não aparecesse no tribunal, supôz que estivesse tão culpada que até se desinteressava da sua questão. O crime foi portanto dado por não provado. Quando se encerrava a audiência chega, enfim, a menor. Era uma criança formosissima e irradiando a candura de um anjo. Perante a sua apresesentação todo o Júri se sentiu e declarou repêso, mas... a sentença estava proferida.

A simpatia é o melhor agente do sentimento. Em casos idênticos, a simples antipatia por um reu o pode condenar inocentemente. **Como evitar estas excepções? Dever-se-á todos os dias andar a tomar a excepção pela regra?**

Num tribunal, que Dantec compara ao desempenho de um drama, em que o acusado, as testemunhas, o promotor e o defensor são os actores e os jurados são os espectadores, poucas vezes o Promotor e o Defensor são justos, indicando os prós e os contras, não só porque cada um tem o mesmo interesse de enganar o juri, mas ainda porque nem todos os Promotores de justiça possuem a coragem moral de afrontar a opinião contrária à sua liberdade de consciência, que aliás deve ser sagrada e intangivel, bem como a dos jurados. Em casos ambíguos a condenação será um triunfo para o acusador, como a absolvição o será para o defensor. Do mesmo modo assume grande responsabilidade moral o jurado que considerando a culpa atenuada ou ilibada e compreendendo que

pode ter peso na opinião dos seus colegas, não tome a palavra para evitar que se possa cometer um erro terrível.

A forma como os Quesitos podem ser ditados e respondidos também pode sugestionar ou determinar uma sentença absolutória ou condenatória.

Conhecedor destes êrros judiciários, uma das primeiras mentalidades do nosso país, propoz em 1913 a substituição do **Júri** de então por médicos antropologistas e psiqùiatras, aos quais incumbiria examinar todos os delinqüentes e ajuizar do condicionalismo especial que motivou os seus crimes. Esse exame e êsse juizo constituíriam a base para a escolha das penas no interesse da sociedade, substituindo assim jurados ignorantes, escolhidos sem um critério scientífico, por técnicos, selécionados pela sua competência especialisada e pela sua reconhecida capacidade moral.

A instituição do Júri aparece pela primeira vez por um projéto de Código datado de 1820, inspirado pelo movimento filosófico da Revolução Francêsa, *contra a arbitrariedade de que dispunha o juiz para definir os factos crimes e determinar as penas*. A sua constituição tem sido variável desde então, havendo tempos em que para se julgar, por exemplo, um capitão faziam parte dos jurados dois seus superiores, um oficial de igual graduação, um soldado, um sargento e um subalterno. Toda a tendência tem sido para que a diversidade de critérios possa dar uma melhor média. Hoje a melhor disciplina está acautelada e nenhum inferior pode julgar o seu superior hierárquico. O direito

de julgar tornou-se extensivo a todos os oficiais, sempre mais ou menos cultos, que melhor conhecimento possam ter não só dos deveres de disciplina, mas das necessidades de disciplina, incluindo oficiais-advogados, contabitabilistas, engenheiros, psicólogos, filósofos, líberais ou mesmo rotineiros, e isto parece representar a ideia de ser a sociedade, as classes, e jamais qualquer casta scientífica que deve julgar pelo seu critério intelectual e social, visto ainda estar por descobrir que do mesmo modo não há espécies criminosas e não criminosas, e visto que tudo é relativo.

Com efeito, a ideia da substituição do Juri por peritos, condêna-se, já porque os melhores peritos só poderiam ser talvez os criminosos da mesma espécie e as suas vítimas, e já porque todo o cidadão deve ter o direito para julgar o seu concidadão, *salvo para se verificar, apenas por excepção, como já se faz, a requerimento do representante do Ministério Público ou da Defesa, se o delinqüente é ou não um anormal patológico, tanto mais porque — diz o sábio antropólogo Dr. Mendes Correia* — «embora haja entre os criminosos uma proporção enorme de degenerados e desequílibrados, o criminoso não constitue um tipo biológico definido, como pretendia a escola lombrosiana. O que distingue o normal do anormal é apenas um conceito social e jurídico. O delinqüente é normalmente um homem normal, filho sómente da sua imperfeição moral» ou, incidentemente, a conseqüencia de um assomo ou ímpeto que o Código, aliás, prevê, para preguntar à Sociedade e não à Sciência, se o reu merece ou não ser julgado

nêsse momento do crime, no uso das suas faculdades mentais.

Tal intervenção sciêntifica só pode admitir-se para consulta do júri e nunca para dispensar o júri.

— *O reu é ou não um louco?* Isto é o que os tribunais podem preguntar à Sciência.

— *O reu cometeu ou não o crime?* Isto é o que, de facto, o juiz pregunta à Inteligência da Sociedade.

— *Merece muito ou pouco castigo?* Isto é o que responde a Consciência do Juiz de Direito.

Assim é que está certo. Cada um na sua funcção.

Diz o grande filósofo Samuel Smiles, no capítulo x de «O Dever»: «Um abismo separa as classes. Os pobres sabem muito melhor do que os ricos o que a pobreza necessita». Aplicando êste pensamento à questão, pregunto: a sciência dos aristocratas saberá julgar êstes casos, melhor do que a inteligência dos plebeus?

Pobre humanidade, que eternamente andará à procura de solução para toda a contradição de que se rodeia a sua existência física, psíquica e social!

Pelo menos, se algum dia o povo deixar de ser julgado pelo povo; se tivermos em breve em Portugal uma instituição jurídica diferente da actual, como os reacionários já começam a advogar na imprensa, sem apresentação de prova alguma concreta a favor do que alegam, adeus Democracía! O povo poderá ir mandando fabricar as suas algêmas. Voltará a ser escravo de uma nova casta.

Repito: ao dever que a sociedade nos impõe, de nos julgar pelos nossos actos, deve corresponder o direito de sermos tambèm todos julgadores dos actos dos outros. Contra isto não há discussão.

Sò o Povo Soberano deve poder julgar de Facto, pela mesma razão de que só aos magistrados se deve reservar o poderem julgar de Direito.

Alèga-se que só a Sciência ilumina o caminho da Justiça, a qual não consiste em condenar ou absolver ao acaso duma consciência inculta, mas em julgar sem êrro perante uma lúcida avaliação das circunstâncias! Mas, onde está essa sciência infalivel, ou esta seja sinònimo de saber ou de conhecimentos, uma vez que os mais recentes tratados de Psicologia ainda nada nos ensinam ácerca da arte de adevinhar de que lado está a razão, relativa, a culpa ou a inocência, tanto mais no nosso país, em que por efeito do abandono da moral religiosa e mesmo cívica, as testemunhas de cada vez mais se servem da «Palavra de Honra» para fazerem condenar ou absolver, consoante as suas paixões?

Neste país tão decaído, em que essa palavra tão fácilmente rasteja pela deshonra, tanto nos homens de alta posição, como já disse a páginas 30, como nos da mais baixa condição, onde irão buscar um juri de vates ou de videntes, que dê razão á inocência, absoluta ou relativa, de um desgraçado?

Que confiança nos pode merecer essa

Sciência, uma vez que dois senhores, egual-

mente diplomados, o Agente do Ministério Público e o Advogado do Réu, um diz que é preto, onde o outro diz que é branco, só porque cada um toma assento á direita e outro á esquerda do Tribunal ?

Quem nos diz que o actual júri não julga com eqüidade são apenas as contraditórias opiniões de cada um, a que às vezes a opinião pública dá vulto, sugestionada pelas notícias pagas pela parte que tiver mais dinheiro.

Ora, o júri, é a representação dêsse mesmo público, em que uns jurados julgam que *sim* e outros que *não*. Para que condenar esta consciência soberana do juri composta actualmente por todas as classes sociais?

Pretende a sciência ter descoberto o elixir do justo ou do injusto, os segredos do pensamento, quando os maiores sábios da terra nunca estão de acôrdo mesmo em casos concretos?

Admite-se que a actual constituição do juri nos Conselhos de Guerra deva ser melhorada com mais dois jurados nos crimes de pena maior, elevando-se o número de 5 para 7; e que nos Tribunais Comuns o juri seja ligeiramente retocado no sentido de que façam também parte dêle homens cultos (o que aliás não deixa de ser perigoso, se algum se ali apresentar com o caracter de orientador e fazendo o jogo da acusação ou da defesa), mas jàmais devemos pensar em

fazer julgar o popular por uma classe única, que possa representar a escravidão dos infelizes a qualquer casta que viva acima das suas conflitosas condições sociais, não as sentindo e perseguindo-as.

Um tratado de Sciência Infusa ainda ninguem o escreveu, e, por isso, o resultado de um juri composto de diplomados, em que haja homens eivados de teorías, não está livre de ser tanto ou mais erróneo do que o veredicto de cidadãos diversos, em geral menos cultos, em que haja indivíduos práticos na esperteza.

Se assim não fôsse, de há muito que os homens mais ignorantes teriam deixado passar toda a posse da Terra para as mãos dos bachareis, dos licenciados ou dos doutores.

A inteligência é que domina e deve dominar a sciência. Mas, em última análise ou argumento, basta que a ideia da constituição do juri, por uma classe social, seja contrária à Democracia, ao sagrado princípio da mesma egualdade de direitos e deveres, para merecer ser radicalmente regeitada por atentatória da dignidade humana, pela qual todo o homem moderno deve pugnar e lutar.

*

* *

Nesta transcendente questão da Pena de Morte, que se preconisa como frontispício de uma nova Moral, de uma nova Disciplina ou de uma nova Energia Nacional, contra esta nossa lamentavel e tradicional brandura de costumes, não para se principiar a fuzilar Monárquicos, Rèpú-

blicanos ou Bolchevistas, qualquer que seja a sua acção ou reacção; nem mesmo para crimes vulgares, passionais ou acidentais, em que freqüentemente o assassinado é peor que o seu homicida; nem para os que furtam um pão «para os quais a opulência é uma provocação, enquanto uma era de mais equitativa distribuição da riquesa o não evita»; e muito menos para essas desgraçadas que cometem infanticídios únicamente porque são víctimas de uma sociedade ainda muitíssimo defeituosa; *mas que se preconisa exclusivamente para crimes extraordinários, como são os de dúplo homicídio premeditado, os de esquartejamento premitado, os que matam para roubar, e os que lançam bombas contra o adversário particular ou às cegas contra o inocente, fóra do caso de luta leal, politica ou social colectiva, contra os agentes da auctoridade;—a Sociedade Portuguêsa, tem por sacrossanto dever não fazer excepção à moral de justiça de todo o mundo, devendo desafrontar todas essas vìctimas ou sacrificados, que não pódem erguer-se dos túmulos, para clamarem Vingança e o fiel cumprimento da lei de Cristo, que disse:* **«Quem com ferros mata, com ferros morre»!**

VI

O nosso Ideal Nacional

> — Quereis ser espanhois? — Não!
> Pois, se não, nada temos a fazer,
> por enquanto, do que entrarmos na
> Ordem e no Trabalho, e Militari-
> sarmo-nos.

Portugal, Galiza, Biscaia, Leão, Castela, Aragão, Navarra, Catalunha e Maiorca, foram Estados árabes filhos da Hispânia, cujos primeiros ocupadores se perdem na noite dos tempos.

O padrão da massa dominante da população do nosso território, na época luso-romana parece ter sido então o tipo *mediterrâneo-ibero-insular*, vindo do neolítico (o periodo mais recente da edade da pedra): moreno, de estatura um pouco inferior á mediana, em que haverá infiltrações de sangue norte-africano, sem que, todavia, se revelem na nossa população actual fortes afinidades negroides, trazidas das colónias; bem como fôra talvez no periodo eneolítico (princípio da edade dos metais) em que foram

celtizadas pelo tipo alto, louro, de olhos azuis e guerreiro.

Todos esses Estados, constituídos por êste referido tipo, se foram por fim grupando em tôrno da irmã central—a Castéla—, com excepção do nosso país que, por influências ancestrais, comprovadas pela nossa acentuada individualidade étnica, já véem revelando o seu superior espírito de refracção, o seu orgulho, de que é prova o grito de Viriato, sôlto dos píncaros do Hermínio, ou a sua ânsia de emancipação aclamada em Ourique.

Assim no-lo revelam a história e a arqueologia: o espírito separatista e o amôr á liberdade nos velhos lusitanos. «Nem a celtização, nem a romanização modificaram inteiramente o fundo cultual dos castros, em que os nossos antepassados procuravam defesa. A antropologia descobre afinidades entre tipos físicos de então e os dominantes de hoje. Todos estes factos servem de sólido alicerce á consciência da grei e outorgam pergaminhos vetustos e preclaros à nação, portuguêsa». (Assim o diz o Dr. Mendes Correia em «Os Povos Primitivos da Lusitânia»).

Evidentemente que sem êste espirito inconfundivel e indomavel de Portugal, um único Estado constituído por toda a Península, estava naturalmente indicado, a exemplo do da Itália e da Alemanha de hoje, que egualmente já foram muitos pequenos Estados.

Para isso, para a constituïção de um Império do Ocidente, já muito trabalhara a ambição dos nossos reis, como o prova a intrigalhada política do período afonsino, em que a morte

de D. Inês de Castro não é mais do que um episódio. A chamada «inconstância» de D. Fernando I, o desvio que D. Afonso V intenta para o coração da Península, o casamento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, com uma filha de Fernando e Izabel, e o próprio brazão de D. Manuel, com a esféra armilar, simbolisam tôdo este ideal imperialista.

Banham-nos os mesmos rios, os homens são os mesmos, quer em virtudes, quer em defeitos, e alumia-nos o mesmo astro central, parecendo que por tudo isto Portugal e Espanha deviam gravitar na mesma órbita planetária. Ambos unidos e fraternos seriam mais fortes do que os atuais valores de cada um somados; constituiriamos uma potência de primeira ordem, numa posição estratégica sem egual.

Porém, a primitiva necessidade que tivemos de aceitar e estreitar a nossa aliança com a Inglaterra, especialmente contra o mesmo espírito da absorção de Castela e depois da Espanha, muito maior do que nós e de quem a Inglaterra sucede ser secular inimiga e portanto a nossa mais forte garantia de interesse; o sangue derramado nos campos de batalha por portuguêses e inglêses contra os castelhanos; a dolorosa experiência de sessenta anos de domínio felipino; as descobertas e conquistas, que outorgáram ás quinas, sêlo da nossa estirpe, uma glória imortal; a língua de Portugal e do nosso império sul-americano; oito séculos de história, enfim, tudo isto nos repéle para sempre e de tal modo, que, *se o perigo espanhol é alguma coisa, êle constitue simulta-*

neamente o maior estímulo, para mantermos vivida a nossa ânsia, excepcional na Península, de independência ou de liberdade, que muita honra nos faz. Foi por ausência de estímulo que Roma começou a decair ou que todo o seu império se desconjuntou, quando, deixando de ter inimigos, passou a deliciar-se na Paz. A nossa indispensável aliança é, também, como disse, uma das origens da nossa falta de esfôrço, mas nem por isso essa secular aliança pode deixar de ter a sua razão de subsistência.

Portuguêses nascemos e portuguêses livres havemos de ser sempre, ainda que algum dia possamos vir a experimentar mais amargas vicissitudes, mas quási que os interesses britânicos são incompativeis com uma União Ibérica.

Pela situação geográfica da Inglaterra e da Espanha, pela esquadra daquela, a nossa tradicional aliança oferece-nos a garantia de uma paz mais duradoura e de um socorro mais eficaz, do que se passassemos a ser o inverso, aliados da Espanha contra aquela, que continúa a ser a orgulhosa detentôra do sceptro de Neptuno e que na Grande Guerra deu provas do seu grande poderio moral e material, improvisando um exército de milhões de homens, que prontamente lançou nos campos de batalha aptos a luctarem e a morrerem.

Todos os nossos antigos e modernos estadistas assim o téem compreendido, para que a hipótese de um futuro consòrcio militar com os nossos visinhos, visando ao nosso divórcio dos inglêses, deva ser, pelo menos, por enquanto, pôsto completamente de parte.

A teoria de «uma aliança seja com quem fôr e contra seja quem fôr» poderá parecer á primeira vista a mais conveniente; mas ela não passa, afinal de uma fórmula rude, que não desejariamos ver usar para connôsco.

A nós não nos convem outra aliança que não seja a que temos tido sempre, desde a tomada de Lisboa aos mouros, desde as pretensões do Duque de Lencastre ao trôno de Castela, desde Aljubarrota e desde a Companha Peninsular, até êsse nosso último combate, em comum, na Lawe (Les Lobes), *na Flandres, de 9 a 11 de abril de 1918.*

«Fôra um inglês Gilberto, — diz o nosso ilustre historíador, Victoriano Cesar,—o primeiro bispo de Lisboa (1147); fôra o desejo de D. Fernando se expandir à custa de Castela que o levára a aliar-se com Eduardo III e depois com Ricardo II de Inglaterra; fôra a aliança de familia, pelo casamento de D. João I com D. Felipa de Lencastre que déra lugar à Ínclita Geração que ergueu Portugal ao apogeu da sua glória; fôra ainda a aliança dos principes e dos soldados (1762 e 1797) que consolidára a nossa Restauração».

A Inglaterra nunca deixará de ser a metrópole do mais vasto Império Moral de língua inglêsa, *constituindo de resto uma insensata irradiação de ideias «uma mera frase ou uma pura ingenuidade poética» essa de uma Aliança Atlantica (!), que o Brasil não póde querer senão com a União Ibérica*, e depois dos seus poderes navais organisados, por só assim, pelo abraço de todos os povos latinos da America Central e do Sul, poder fazer face ao espírito

imperialista da raça anglo-saxónica dos Estados Unidos da América do Norte.

*

* *

Evidentemente que nem todos pensam deste modo, da aliança anglo-lusa, tantas vezes acusada, mas os seus argumentos não possuem consistência alguma, chegando mesmo a ser ás vezes deprimentes para o nosso brio nacional, como se nós fossemos uma colónia que a Inglaterra tivesse obrigação de proteger ou de poupar incondicionalmente, através da nossa voluntária decadência.

Por exemplo, Oliveira Martins (que um lente da Faculdade de Letras classifica de grande estilista mas de deploravel historiador), esquecido de como a Espanha ainda ultimamente nos ficou com Ceuta e Olivença e tendo apenas presente o Ultimátum que a Inglaterra nos dirigiu em 1890, diz: «Esta, tem-nos levado directamente ou por intermédio da Holanda, o nosso antigo Império Industânico, Zanzibar com Mombaça e o Cabo da Boa Esperança. Bem assim, tem feito de nós um campo sempre aberto de operações contra a nossa visinha, como sucedeu na Guerra da Sucessão (de 1703 a 1713), em 1793, em 1801 e em 1807. A nossa aliança com a Espanha é a única que nos restituirá aquêle papel que a natureza nos destinou na intervenção no mundo. D e s l i g a d o s, vegetaremos sempre miseravelmente; aliados, seremos fortes e respeitados».

A Espanha, comnôsco de portas abertas a todos os seus inimigos e com Gibraltar ao seu

flanco, será sempre relativamente fraca ou vulnerável; e, se assim não fôsse, onde iría já a nossa independência?

Admitindo que a Inglaterra nos levou o Industão, teriamos nós tido a força e capacidade que ela tem tido para organisar, manter e defender esse Império de 320 milhões de almas? ¿ Não foi para a termos por nós, contra a Espanha, que démos Bombaim e Tanger em dote da Infanta Dona Catarina de Bragança, filha de D. João IV, a fim de contrabalançarmos o casamento de uma Infanta de Espanha com Luís XIV de França? Foi a Inglaterra que em 1769 nos mandou abandonar voluntariamente Mazagão, a nossa última relíquia de Marrocos?

Deixemo-nos de veleidades ou de mentiras patrióticas, que para nada nos são úteis.

Preconisando-se também, já então, uma aliança de Portugal com os *Estados Unidos*, ácerca da qual voltou a pensar-se no fim da Grande Guerra (1918), em que estes estiveram comnôsco nos **Açores**—Oliveira Martins—agora com maior razão, diz, que «a Grande Confederação Nortamericana, pelo aumento desmedido da sua produção industrial, só ambicionava pôr o pé na Europa para intervir nas questões que lhe conviessem e para disputar os seus mercados, nada tendo nós que esperar da America».

Tal substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos, em que ainda há pouco se falou no Parlamento, não daria nunca lugar a que Portugal começasse a ser vitima de uma outra exploração, como de isso são provas o arrebatamento do Panamá á Colombia, a fomentação da agitação do México e a escravisação das

Antilhas, enquanto não podem fazer o mesmo á Argentina—*pela simples razão de ser mais fácil ficarmos sem os Açores e sem a Aliança Britânica, do que a Inglaterra e a Europa consentirem que os Estados Unidos tomassem posse dêsse arquipélago.*

Sou eu o primeiro que emite esta opinião em Portugal e faço-o sem receio de errar.

Por sua vez o consideradissimo historiador Antonio Sardinha, defendendo a mesma nossa aliança com a Espanha diz: «Na Peninsula aliam-se o factor geográfico e o factor humano, para que o futuro nos seja mais propicio do que a actualidade dolorosa que atravessamos (1924). A raça está incólume e a posição na Península á boca de dois mares não se modificou ainda. O que importa para valorisar tão importantes elementos, é que se opére quanto antes, tanto em Portugal como em Espanha, a necessária reforma intelectual, atraz da qual virá a reforma politica indispensável. O principal objectivo desta reforma, desde que as mazelas internas se hajam cauterizado, deve dirigir-se á reorganisação do Poder Naval».

*

* *

Do mesmo modo a *União Ibérica*, que a própria visão geográfica tanto parece suscitar «como águias que olhando do alto vissem tudo aplanado», jamais será possivel, não só por todos estes interesses morais ou políticos, que se criaram atravez de oito séculos, mais ainda porque, principalmente, os portuguêses tive-

ram sempre, como fica dito, uma certa repulsa por aceitar qualquer hegemonía, que a altiva Espanha ainda menos admite a um país muito menor e que se lhe não adianta nem pela sua civilisação nem administração.

Tal experiência falhou desde Felipe IV, ainda que os defensores dêste consórcio digam que toda a glória das descobertas, quer do caminho da India, quer da América, não seria possível sem que um ideal comum nos houvesse já unido; que a posse da corôa de Portugal em 1580 foi assumida em nome de títulos jurídicos ou de direitos dinásticos, em que os exércitos intervieram só como último argumento; que nunca os Felipes tentaram reduzir-nos a provincia de Espanha; que foram sobretudo as relações de boa vizinhança, servidas por uma língua até então muito mais semelhante, e a mistura do sangue das duas nações pela aliança dos reis e das familias ilustres que isso facilitaram quási de tácito acôrdo.

Desde a mais longínqua antiguidade até ao presente que os povos peninsulares, como duas electricidades eguais, tendem mais a repelirem-se do que a atraírem-se, sem embargo de haver sempre quem, por aquela referida visão, venha insistindo na União.

O Padre Antonio Vieira foi acusado de conspirar em Roma para se destronar Felipe IV e casar-se então a sua única herdeira, D. Maria Tereza de Austria com o nosso Principe D. Teodosio, filho de D. João IV, sob a condição de Lisboa ser a capital duma monarquia dual. Em 1787, Carlos III, a propósito do «Pacto de Familia» **recomendava que, à Espanha, nada inte-**

ressava na Europa senão a encorporação de Portugal e de Gibraltar nos seus dominios e que enquanto isso não fosse viavel se deveria usar com Portugal uma união de amisades e de parentescos . . . [1].

Egualmente o General Gomes Freire foi acusado pelos reacionários de ainda, no alvorecer do século XIX, conspirar com a maçonaria portuguêsa e espanhola para as duas coroas peninsulares passarem ao domínio, ímpio, de Espanha, em cujo trono se sentava uma princesa nossa.

Mais tarde pensou-se no casamento de Isabel II com D. Pedro V. Em 1865, o nome de el-rei D. Luís I viu-se aclamado em Madrid, por uma das muitas agitações que precederam a de 1868, a ponto de se ver na necessidade de tornar público que português havia nascido e português queria morrer. A aceitação da coroa espanhola seria então o alastramento da guerra civil a toda a península.

Seu pae D. Fernando egualmente a recusou talvez, principalmente, porque pondo como condição a separação para sempre das duas coroas, *o general Prim, queria, pelo contrário, que essa reunião das coroas podesse dar-se, se assim um dia as duas nações com isso viessem a concordar.* «Delirava-os a ideia de uma Peninsula Ibérica unida como a Suécia estava com a Noruéga e a Austria com a Hungría. Que nação tão grande e poderosa chegariamos a formar!»

Finalmente, em nossos dias, a Maçonaria

---

(1) Latino Coelho—«Historia Politica e Militar» — Vol. II, pag. 19.

não terá cessado de defender o sonho duma Républica Federal Ibérica, livrando a Espanha de uma coroa reacionária, mas este espírito, não de repulsa, mas de emancipação dos povos peninsulares, ainda mais célere e naturalmente explodiria, se o chefe de êste Estado deixasse de residir em Madrid, central, e passasse a residir em Lisboa, na periferia.

Exposta assim singela mas clarissimamente como é mister, toda a nossa incompativel situação peninsular, a que não pode ser indiferente todo êste nosso plano de Ressurgimento, somos levados á conclusão de que nem esta nossa actual separação da Espanha, nem uma simples aliança militar com ela (admitindo que a Inglaterra a consentia, depois de permutar Gibraltar por Ceuta) **assegurarão a felicidade Ibérica, que, para nós, só é possivel quando nos acharmos na posse da hegemonía a que tem jús o mais assomado e o mais glorioso dos povos peninsulares.**

Separa-nos o próprio ciume da glória de que são exemplo os raids da aviação ultimamente feitos, em que bastou que fôssemos ao Rio de Janeiro e a Macau, para que os nossos visinhos se determinassem desde logo a írem a BuenosAires e a Manila.

Os nossos mútuos ressentimentos, as nossas desconfianças e todos os nossos mal entendidos só poderiam desaparecer, **quando alguns povos da Espanha actual, designadamente a Galiza e a Catalunha, atingindo o zenite do seu fulgente destino, voltassem a poder desfraldar livremente os seus brazões.**

*

* *

Fóra destas condições, deixarmo-nos ser mais hispânicos para sermos menos lusíadas, é caso para relembrarmos o que o citado Príncipe de Lichnowsky conta no seu livro em alemão «Portugal—1842»:

Quando Napoleão, em Baiona, preguntou ao Conde de Lima, — que pretendeis vós, portugueses, — *Quereis ser espanhois?*

O embaixador recuou repentinamente, levou a mão aos punhos da espada, e respondeu-lhe indignadamente:

— **Não!**

Pois, se não, (e para que não), enquanto êsse nosso Ideal Nacional, Galaico e Catalão, não pudér ser atingido, **o Portugal de hoje, infelizmente tão agitado e debilitado pelos facciosismos, próprios de uma nação de moral secundária, nada mais tem a fazer do que entrar na Ordem e no Trabalho, e Militarisar-se para a sua defesa,** *mantendo-se e dignificando-se na sua Aliança Tradicional com a magnificente Inglaterra, na certeza porém de que esta não deixará nunca os seus interesses pelos nossos, numa eventualidade com a União Sul Africana ou em qualquer outra a que a nossa indefesa nos arraste.*

As fantasias de uma aliança com o Congo, com o Brazil e com a América do Norte, que nos venham garantir contra tudo, não passam de mais uma modalidade de todo êste nosso comodismo descrito, de todo êste nosso defectismo e mesmo de toda esta nossa falta de bom senso,

que me levaram a ousar este brado de alarme, todo êle consagrado à grandeza da Pátria, à elevação do Exército e ao triunfo da Rèpública.

FIM

«*A Situação Portuguêsa*»
entrou no prélo
em
30 de Março de 1926.

INDICE

Erratas

Paginas	Linhas	Onde diz	Deve dizer
15	3	Ummal	Um mal
16	28	.	,
63	19	prcisa	precisa
88	12	Portugal e	Portugal é
89	30-31 e 32	Estas linhas saíram trocadas, devendo a última ser a antepenúltima.	
91	29	atrbuida	atribuída
96	35	como e	como é
130	26	E	É
188	1	«que —	que —
198	12	déle	dêle
199	18	natas	innatas

4 Opiniões ácerca do «Livro da Guerra»

De Sua Excelência o Senhor Presidente da Républica, Dr. António José de Almeida:

«O Livro da Guerra é um monumento aos mortos e uma lição aos vivos, escrito numa rajada de lealdade, de virilidade e de patriotismo».

Do Mui Ilustre Coronel do Estado Maior, Eleito pela Comissão Central dos Padrões, para escrever a «Bibliografia da Grande Guerra»:

«O autor, oficial que se tem notabilisado pelos seus serviços nas colónias, principalmente nos Dembos, mais uma vez manifestou as suas qualidades combativas e de acendrado patriotismo, na Grande Guerra.

E' pois com todo o conhecimento, porque foi actor, que nos narra os factos mais culminantes da Flandres, descrevendo-nos duma ma-

neira clara e expressiva o que foi a batalha de 9 de Abril, entrando em pormenores sôbre a acção do Batalhão de Infantaria n.º 13.

Com êste livro de subida importância, prestou à história e letras pátrias um relevante serviço».

Do Ex.^mo^ Snr. Manuel Ribeiro, «o melhor valor mental da nossa geração»:

«E' sem dúvida o mais intenso, emocionante e documentado livro sôbre as operações do nosso exército na Grande Guerra ...

Gostamos da exposição imparcial e desembaraçada destas memórias das Trincheiras da Batalha e do Cativeiro, que revelam no capitão David Magno um oficial de espírito aberto e franco, muito culto e conhecedor de assuntos profissionais».

Extracto de «A Educação Portuguesa», n.º 26 de 1922:

«Neste livro, em estilo claro e fluente, de relatório militar e histórico, há páginas de empolgante beleza literária e patriótica. A acção do 29 na Red Honse e do 13 em La Couture e na Lawe, em nenhum livro se encontra feita com maior fidelidade e detalhe, a par de um grande sentimento, que não teve necessidade de eliminar as minúcias e de fantasiar os quadros, para os tornar sugestivos e épicos».